

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Luciana Silva Martins de Souza

**PRÁTICAS SOLIDÁRIAS COTIDIANAS ENTRE OS MORADORES
DO PARQUE RESIDENCIAL PADRE JOSIMO**

SÃO PAULO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Luciana Silva Martins de Souza

**PRÁTICAS SOLIDÁRIAS COTIDIANAS ENTRE OS MORADORES
*DO PARQUE RESIDENCIAL PADRE JOSIMO***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em PSICOLOGIA SOCIAL, sob a orientação do Prof.º Doutor Salvador Antonio Mireles Sandoval.

SÃO PAULO
2006

*Aos meus pais,
Maria José e Afonso,
e ao meu irmão Alexandre –
por todo o seu apoio, a sua compreensão,
e por terem acreditado em mim.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria José, a melhor companheira que eu poderia ter ao meu lado na preparação desta dissertação. Obrigada por todo o incentivo e pela generosidade de ter me ajudado na revisão desta dissertação.

Ao meu amor Daniel, que sempre esteve ao meu lado nos momentos certos.

Aos amigos e familiares que compartilham de minha vida, sabiamente encorajando cada novo passo. Especialmente Ellen, Iraci, Armando, Letícia e Leda.

Ao meu tio, Prof^o Dr. Felipe Gomes da Silva, que desde minha graduação me incentivou a seguir este caminho. Sua ajuda foi essencial nos primeiros passos deste projeto.

Ao amigo e melhor professor do mundo, Dr. Mauro AmatuZZi.

A Anita Kurka, pelo “encontro” buberiano que tivemos nas caronas para São Paulo. Suas reflexões e apoio foram imprescindíveis.

Ao CNPQ, que, financiando este estudo, possibilitou a sua realização.

Ao meu orientador Prof^o Dr. Salvador Sandoval, que com sabedoria e bom humor tornou possível este trabalho.

À Prof^a Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva, que desde o início participou e deu importantes contribuições para esta pesquisa.

Ao Prof^o Dr. Celso Zonta, por ter gentilmente aceitado o convite para participar da Banca Examinadora.

Ao Prof^o Dr. Paulo Salles de Oliveira, pelas ricas reflexões que nos orientaram no Exame de Qualificação.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Política, principalmente Carol, Regina, Bruna e Dreyf, pelas contribuições e pela amizade que desenvolvemos nos congressos.

Aos moradores do *Padre Josimo*, que participaram desta pesquisa e nos privilegiaram com tão rico conhecimento.

“nos espaços internos de seus mundos de vida e trabalho, os sujeitos, os grupos e as comunidades cujas culturas constituímos de fora como “populares”, não são bricolagens, nem fragmentos independentes. São estruturas muito complexas de relacionamentos.(...) São conjuntos de trocas de bens entre formas de serviços regidos por princípios de direitos e deveres, são (...) misturas de almas através de coisas e de coisas através de almas.” (BRANDÃO, 1995, p.13)

RESUMO

Esta é uma pesquisa empírica que desenvolve uma reflexão psicossocial sobre o cotidiano das comunidades populares e as práticas solidárias nelas existentes. Este estudo foi realizado a partir das experiências dos moradores do *Parque Residencial Padre Josimo*, ocupação recentemente legalizada de Campinas (SP).

Acreditamos que a solidariedade, cultura tão presente no dia-a-dia dos moradores de comunidades populares, seja mais do que uma prática de ajuda mútua, constituindo-se numa expressão do sentimento de igualdade, reconhecimento e pertencimento. A solidariedade possui ainda um aspecto político, aparecendo em alguns estudos como um quesito fundamental de motivação para a luta e a organização comunitária.

O objetivo desta pesquisa é o estudo da solidariedade enquanto fenômeno psicossocial. Para isso foram investigadas as práticas de cooperação e ajuda mútua existentes no cotidiano de moradores do *Padre Josimo*. Procuramos descrevê-las observando as circunstâncias em que aparecem e o significado que possuem para eles, com o intuito de analisar as bases psicossociais que as compõem.

Para isso utilizamos o referencial teórico da Psicologia Social Comunitária Latino-americana, que vê o indivíduo como um sujeito ativo, capaz de controlar e modificar seu ambiente, gerando melhorias na sua vida. No campo da produção científica, isso implicou numa construção de conhecimentos que se deu através de uma relação dialógica entre pesquisador e pesquisado, conferindo aos participantes da pesquisa o lugar de sujeitos desta, e co-produtores do conhecimento obtido.

O método adotado para a inserção na realidade do campo de pesquisa foi o da observação-participante, por preservar a aproximação e a convivência com as pessoas da comunidade nas mais diferentes atividades. As atividades vivenciadas, e os conhecimentos adquiridos, foram registrados em diários de campo. Além disso foram realizadas entrevistas com onze moradores, a partir de um roteiro semi-estruturado. Todos os dados coletados foram analisados à luz da teoria das Representações Sociais, que forneceu subsídios para a compreensão dos significados e sentidos das práticas em questão para os moradores.

PALAVRAS-CHAVE: solidariedade, comunidade popular, cultura, cotidiano.

ABSTRACT

This is an empiric research that develops a psychosocial reflection on the daily of the popular communities, and its solidarity practices. This study was accomplished analyzing the experiences of the residents of the *Residential Park Priest Josimo*, an occupation recently legalized situated in Campinas, São Paulo, Brazil.

We believe that solidarity, a culture so present in the popular communities' residents' day by day, be more than a practice of mutual help, constituting an expression of the feeling of equality, recognition and pertaining. Solidarity still possesses a political aspect, appearing in some studies as a fundamental motivational requirement for fight and community organization.

The objective of this research is the study of solidarity as a psychosocial phenomenon. For that, the cooperation practices and existent mutual help were investigated in the daily of *Padre Josimo's* residents. We tried to describe these practices observing the circumstances in which they appear and the meaning that they possess for the residents, with the intention of analyzing the psychosocial bases that compose such practices.

For that we used the theoretical referential of the Latin-American Community Social Psychology, that sees the individual as an active subject, able to control and modify his/her atmosphere, generating improvements in his/her life. In the field of the scientific production, that involved a construction of knowledge through a dialogical relationship among researcher and researched, where the participants of the research performed the role of its subjects and co-producers of the obtained knowledge.

The method adopted for the insert in the reality of the research field was the observation-participant method, which preserves the approach to, and the coexistence with the community's people in the most different activities. The lived activities, and the acquired knowledge, were registered in field diaries. Besides, eleven residents were interviewed with the use of a semi-structured itinerary. All the collected data were analyzed to the light of the theory of the Social Representations, which supplied subsidies for the understanding of the meanings and senses of the practices for the residents.

KEY-WORDS: solidarity, popular community, culture, daily activities.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Referencial Teórico: A Psicologia Social Comunitária na América Latina	10
Descrição Geral do Bairro: <i>o Parque Residencial Padre Josimo</i>	16
CAPÍTULO I	
COMUNIDADE E COTIDIANO COMO CONTEXTOS DE ESTUDO	
1.1 Comunidade numa perspectiva psicossocial	30
1.2 O olhar sobre a vida cotidiana e a valorização de saberes	36
1.3 Cultura: entre a história e a recriação de novas práticas	39
1.4 Cultura popular e desenraizamento	41
CAPÍTULO II	
SOLIDARIEDADE	
2.1 Reflexões em torno do conceito de solidariedade	44
2.1.1 A teoria da coesão social de Durkheim	45
2.1.2 O estudo de Ignacio Martin-Baró sobre o grupo humano	49
2.1.3 Solidariedade, pertencimento e interdependência	52
2.1.4 Cotidiano e cultura solidária	55
2.2 Práticas de solidariedade: da segurança econômica à organização da vida política e social	57
CAPÍTULO III	
METODOLOGIA: REFERENCIAIS E CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO	
3.1. Referencial Metodológico	
3.1.1 Um estudo sobre Representações Sociais	65
3.1.2 O uso da observação-participante e a constituição do campo de pesquisa	68
3.2. Objetivos	70
3.3. Participantes	71

3.4. Instrumentos	72
3.5. Procedimentos	73
3. 5. 1 Considerações sobre as entrevistas-piloto	74

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Descrição e análise das Práticas Solidárias Cotidianas	76
4.1.1 Desemprego e situação de extrema pobreza	79
4.1.2 Acidentes	82
4.1.3 Problemas de saúde	83
4.1.4 Maternidade, crianças e cuidados	84
4.1.5 Construção	85
4.1.6 Proximidade	87
4.1.7 Amizade	90
4.1.8 Compartilhamento de recursos	92
4.1.9 Trocas de favores	93
4.2. Análise dos significados que são compartilhados	94

CONCLUSÃO	97
------------------------	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
-----------------------------------------	------------

ANEXOS	105
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa de campo que se destina ao estudo de práticas solidárias entre os moradores do *Parque Residencial Padre Josimo*, bairro¹ localizado no Distrito de Nova Aparecida, em Campinas (SP), originado há cinco anos através de um movimento de ocupação. Minha inserção neste bairro se deu em agosto de 2003, através de um amigo, também colega de profissão, que desde o início tem acompanhado a sua consolidação. Este pediu minha orientação para um grupo de mulheres que vinha se organizando para formar uma cooperativa de produção de pães². Fui desta forma apresentada ao grupo, e vim aos poucos a conhecer suas famílias, vizinhos e lideranças locais. Participei por cerca de três meses de reuniões semanais nas casas das mulheres que se interessavam pela idéia do cooperativismo. A idéia não se concretizou: uma arrumou trabalho, outra se mudou do bairro, as outras desanimaram, enfim: elas decidiram deixar a cooperativa para depois. Enquanto discutíamos a questão da organização solidária, eu observava como naquele local eram freqüentes as práticas de cooperação e ajuda mútua entre os moradores.

Comecei a acreditar que a compreensão destas práticas – atreladas à vida cotidiana e às regras existentes numa localidade específica – poderia nos ajudar a entender de solidariedade, tal como vínhamos tentando propor através das incubadoras para as cooperativas populares.

Desenvolvíamos nosso trabalho em cooperativas populares muitas vezes afastadas do bairro de origem dos trabalhadores. Nos grupos de trabalho, estávamos sempre preocupados em conhecer o modo de vida e o dia-a-dia dos cooperados, para que a formação que propúnhamos fizesse mais sentido. No bairro, comecei a perceber a manifestação de uma preocupação e um cuidado com o outro que me chamou muita atenção: constatei a pré-existência de um tipo de relação que é a base para a organização do trabalho em cooperativas

¹ Estamos chamando de “bairro” um espaço de habitação, geograficamente delimitado, que possui características específicas em função de sua história de desenvolvimento. No caso do *Padre Josimo*, após quatro anos e meio de ocupação e negociação com o proprietário da terra, seus moradores conquistaram o direito de moradia no local. Temos conhecimento de que “bairro” é um conceito utilizado na organização das cidades para definir uma unidade político-administrativa. Além deste conceito, existem outras sub-divisões, como “vilas” e “parques”, cujos nomes têm esse mesmo sentido. Referimo-nos também a este espaço como “comunidade”, pois nossa intenção é enfatizar o sentido psicossocial do espaço, e não sua referência político-administrativa (que no caso do Padre Josimo, é Parque).

² Nessa época, eu estava trabalhando (desde janeiro de 2002) no Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA) da Cáritas de Campinas (SP), formando grupos populares que desejassem fundar cooperativas. Minha experiência com Economia Solidária começou quando trabalhei, em agosto de 2001, no projeto de extensão “Universidade Solidária Regional”, o qual me despertou bastante interesse, levando-me, em 2002, ao curso de “Economia Solidária e Desenvolvimento Local” (organizado pelo Instituto de Psicologia Social e pela Faculdade de Economia da USP-SP), e a começar a trabalhar no CRCA.

autogestionárias. Digo “a base” porque, como veremos adiante, embora a idéia de solidariedade trazida pela Economia Solidária seja mais ampla e complexa (no sentido do compromisso e organização) do que uma simples prática de cooperação e gentileza entre vizinhos, esta última pode ser o gérmen da primeira.

É nisso que se baseia este estudo: numa crença da potencialidade por trás de um modo de vida modesto e corriqueiro, que revela a cooperação como atitude que permeia o cotidiano. Por isso nos propomos a investigar numa perspectiva psicossocial as práticas solidárias cotidianas: o que as motiva, como acontecem, qual o significado que possuem para os moradores.

O emprego do termo “modesto” tem o sentido de caracterizar as práticas que surgem da proximidade, do contato costumeiro, diário e afetivo entre os vizinhos. Este termo serve às características atuais do lugar estudado, que, como pudemos observar, não possui hoje grandes projetos, movimentações e ações coletivas, embora gestos de cooperação e reciprocidade entre vizinhos possam ser freqüentemente observados. Esta é uma consideração interessante para este estudo, pois manifesta algumas acepções de solidariedade existentes: uma que se dá no plano interpessoal e mais funcional, e outra, mais comunitária, que emerge de um movimento social onde as pessoas passam por um processo de conscientização política, e a solidariedade é tida como a espinha dorsal que estrutura e mantém o movimento.

No bairro em questão é difícil fazer essa separação, porque ao mesmo tempo em que observamos com mais freqüência práticas que se dão na esfera interpessoal (sendo por isso que estas foram eleitas para estudo empírico), estamos analisando uma ocupação cujos moradores, em menos de cinco anos, conseguiram grandes conquistas, entre elas a regularização dos lotes. Isso nos faz pensar que ambas as esferas coexistem no mesmo espaço e provavelmente se constituíram reciprocamente. Como neste momento podemos observar apenas as práticas solidárias interpessoais, partiremos delas, mas tendo em vista, se assim for possível, a compreensão desta dialética ao considerarmos não só a observação-participante, mas também a história da consolidação do bairro e da origem de seus moradores.

Segundo contam os moradores mais antigos, embora tenha se iniciado por uma ocupação, o *Padre Josimo* não surgiu de uma mobilização cuidadosamente organizada e planejada de sujeitos. A intenção de ocupação foi passada de boca a boca, atraindo pessoas de diferentes regiões e de todo lado, cada uma por si, em busca de um lote onde pudessem viver longe do aluguel. Isso talvez explique os “maus-bocados” pelos quais passaram os moradores no início. Mas em menos de dois anos, estes mesmos moradores conseguiram mudar o

quadro. Hoje não existe uma organização política permanente e consistente dos moradores³. Os líderes freqüentemente se queixam de que a adesão dos moradores às assembléias e a participação na Associação são muito pequenas: “são sempre os mesmos”, dizem. No entanto, quem vê de fora (como nós) percebe que o dia-a-dia é composto de pequenas mobilizações, se é que assim podemos chamar agrupamentos formados para: ajudar um morador a erguer seu barraco ou a laje de sua casa; auxiliar uma família que esteja passando por dificuldades materiais ou familiares; executar obras no bairro, como a construção do barracão da Associação ou do parque das crianças, entre outras. São estas as práticas cotidianas que nos propomos a estudar.

O objetivo desta pesquisa é investigar a natureza das práticas solidárias dos moradores de um bairro popular⁴. Procuramos identificá-las e descrevê-las, analisando as circunstâncias em que aparecem e o significado que possuem para eles.

Além disso, como não encontramos uma teoria que se propusesse a estudar este fenômeno numa abordagem psicossocial, tornou-se objetivo deste trabalho analisar a solidariedade nesta perspectiva. Entendemos que cooperação, práticas de ajuda ou apoio mútuos, aparecem como manifestação de solidariedade, mas não como sinônimo absoluto desta. Acreditamos que ela também pode ser compreendida a partir de um viés psicossocial, e pretendemos com isso contribuir para uma nova percepção do fenômeno.

Consideramos esta análise de suma importância, pois “solidariedade” é um termo bastante difundido, que tem sido utilizado em situações muito distintas, em diferentes discursos, por diversas ideologias, e que muitas vezes parece permanecer em um nível de abstração ainda pouco explorado pela Psicologia Social. Portanto realizamos um estudo psicossocial, num contexto específico, que pode contribuir para o aprimoramento do entendimento do termo.

A pergunta que desejamos responder é: *Quais são as bases psicossociais que sustentam práticas solidárias cotidianas numa comunidade popular?* Para isso, partimos do estudo de Montero (2004b) sobre os aspectos constituintes de comunidade e o que ela chamou de “substrato psicossocial” desta. Este trabalho da autora nos serviu como referencial para a análise dos resultados.

³ As comunidades e movimentos sociais possuem um ritmo próprio. Para Montero (2004b) as comunidades possuem um caráter dinâmico e contínuo de construção e desconstrução; de maneira semelhante, Gohn (1997) analisa que os movimentos sociais possuem um fluxo e refluxo de ação e passividade.

⁴ O “popular” possui aqui um duplo sentido: ao mesmo tempo que revela a carência material, expressa a riqueza da sociabilidade existente no dia-a-dia do bairro. Achamos que este é o termo que melhor representa essas características.

O conceito de comunidade está sendo utilizado de acordo com a abordagem da Psicologia Comunitária: uma qualidade que se atribui a um espaço de habitação, geograficamente delimitado, onde existe uma dinâmica de relacionamentos advinda da proximidade e de contatos freqüentes entre seus moradores (MONTERO, 2004b). A consolidação desta teia de relações é caracterizada, entre outros aspectos, por práticas de ajuda mútua, e o sentido que estas possuem para os moradores é o que, para nós, caracteriza essencialmente “comunidade”. Estamos considerando, portanto, um espaço físico de habitação valorizado pelas relações que são construídas nele. Como pretendemos realizar um estudo sobre as relações de solidariedade que emergem neste espaço, o uso deste conceito torna-se claro: estamos pressupondo um espaço em que tais redes estão estruturadas.⁵

Referimo-nos aqui à solidariedade existente entre um grupo de pessoas que compartilham certas condições comuns, ou seja, que possuem um senso de identificação, um certo reconhecimento de si no outro que perpassa a questão da ajuda mútua. No caso de um bairro, as condições comuns dão-se no mínimo em função do pertencimento a um espaço geográfico que é compartilhado, que por sua vez determina e é determinado pelas relações que são ali construídas. Numa perspectiva psicossocial de comunidade, por trás dessas relações estão “pessoas que se reconhecem como parte, que desenvolvem uma forma de identidade social devido a essa história compartilhada e que constroem um senso de comunidade” (Ibidem, p.198, tradução nossa). Ou seja, há um significado que ultrapassa a questão do “lugar”, dirigindo-a para uma questão de “afetividade”. Portanto, podemos dizer que é a partir do senso de comunidade coletivamente construído que as práticas de solidariedade se desenvolvem.

Vale dizer que freqüentemente o tema da solidariedade é tratado como uma ação que vem de fora, e é estendida em direção àqueles que supostamente necessitam dela. Neste ponto, nosso foco é outro. Concordamos com a concepção de solidariedade trazida por Spink (2004), que a define como uma prática de horizontalização – quer dizer, uma prática que se estabelece em condições de igualdade, não em detrimento das diferenças pessoais, mas sim de posições sociais –, e também com a definição de Paul Singer para o movimento da Economia Solidária.

⁵ Segundo Montero (2004c), Rede é uma forma de organização social na qual se produzem trocas contínuas de idéias, objetos, experiências. É uma estrutura que permite difundir e deter, atuar e paralisar, na qual as pessoas encontram apoio e refúgio, além de recursos. Serve de fio condutor de tais relações, que podem ser desde relações familiares até movimentos sociais; o que muda é o tipo de relação estabelecida: familiar, de vizinhança, de troca de bens e serviços, de informação.

Singer (2002) propõe com este movimento uma nova organização social e econômica para a superação das mazelas produzidas pelo capitalismo, projetada de forma que a produção industrial e a organização comunitária da vida social estejam em comunhão. Ou seja, a Economia Solidária seria capaz de exceder os objetivos puramente econômicos para gerar melhorias nas vidas das pessoas, de forma que estas, em vez de se submeterem às tensões e às angústias características da competitividade, possam encontrar conforto e amparo no meio dos seus iguais. Portanto, a solidariedade aparece como uma alternativa de superação dos ideais competitivos ao propor que os participantes da atividade econômica cooperem entre si, em vez de competir. Como se pode ver, a solidariedade trazida pelo autor é a que está por trás da idéia de uma organização comunitária e autogestionária, que depende das pessoas diretamente envolvidas e da sua disposição de aderir aos princípios da solidariedade, igualdade e democracia na vida cotidiana. Então, ao lado da esfera econômica, traduzida pela organização do trabalho, a proposta da Economia Solidária vai além, ao pensar que este é um projeto de transformação social, que depende da solidariedade entre seus participantes: “A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato com desiguais (...)” (ibidem, grifo do autor, p. 9) e “A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade(...)” (op.cit., p.10). Esta descrição do movimento serve de exemplo para o que estamos querendo destacar: uma solidariedade que ocorre *entre* e não *para*. Portanto, estamos considerando nesta pesquisa que, embora estejam sob o rótulo de solidariedade – tanto as ações verticais vindas de agentes externos quanto as horizontais, entre os participantes do próprio grupo ou comunidade –, são relações qualitativamente diferentes e não podem ser analisadas ou estudadas como se fossem a mesma coisa. O mesmo cuidado se aplica à solidariedade trazida pelos diferentes discursos. Com isso estamos querendo dizer que não é um termo de fácil estudo; se o analisarmos, como estamos fazendo, acabaremos concluindo que não existe um tipo de solidariedade, mas sim “solidariedades”.

Um exemplo dessa divergência é o discurso propagado pelos canais de comunicação social. A solidariedade tem sido um tema de ampla repercussão na mídia (seja através de programas de arrecadação de recursos para obras sociais ou de recrutamento de voluntários para algum projeto social) e sido enfatizada em discursos políticos como algo importante no mundo hoje, com o qual os cidadãos deveriam se importar. Se olharmos mais atentamente para o motivo desta “pressão”, uma das conclusões às quais podemos chegar é que se refere,

quase sempre, a uma transferência de responsabilidades da esfera estatal para a sociedade civil. Com a política neoliberal de privatização de serviços básicos para a população – lógica do Estado mínimo –, sobrou para a sociedade civil cumprir com as obrigações anteriormente estatais, através dos rótulos da “solidariedade” e “fraternidade”, enquanto que para o setor privado a “responsabilidade social” das empresas virou um trunfo para atrair consumidores, ganhar clientes e concessões estatais. Dentro deste contexto, observa-se o crescimento do terceiro setor através das inúmeras organizações filantrópicas, especialistas em captar recursos para realização de tarefas que deveriam ser garantidas pelo Estado; com isso, cumprem um papel ideológico importante (COUTINHO, 2004). Acreditamos que o perigo desses discursos é tratar direitos, que foram arduamente conquistados ao longo da história, como uma questão de benfeitoria ou de solidariedade, e não de dever estatal.

Por outro lado, nos discursos humanistas, a busca de solidariedade e de um estilo de vida mais comunitário tornou-se uma preocupação corrente, em face de um sistema social, econômico e político, que constantemente ameaça todas as formas de comunhão entre as pessoas. Devemos admitir que este é um discurso de certa forma presente nesta pesquisa, pois a motivou e sobre ele se apóia a preocupação social deste estudo.

Baseado, quase que exclusivamente, nas forças do mercado, o sistema capitalista neoliberal propaga a pobreza mediante a discriminação e a exploração, tendo a competição como princípio mediador das relações sociais. Nesta era do “salve-se quem puder”, o individualismo impera como uma lógica de sobrevivência e acaba dificultando possibilidades de solidariedade entre as pessoas (ABDALLA, 2002). Desta forma, a racionalidade capitalista promove uma fragilização das relações sociais e contribui para a fragmentação do sentimento de igualdade e de responsabilidade coletiva que poderia acompanhá-las. Freitas (1996) nos mostra que esta preocupação já foi levantada em outros momentos pela psicologia. Segundo a autora, embora alguns pensem que a urgência de atuar para uma sociedade mais igualitária tenha passado, atualmente “(...) presenciamos uma pobreza, uma miséria e uma fome muito mais cruéis e desumanas, que têm contribuído para minar e destruir as formas básicas de convivência humana e solidária.” (p.77). No entanto, encontramos poucos estudos que se dirigissem à compreensão do convívio solidário existente. Em contrapartida, encontramos em diversos autores a justificativa necessária para a realização desta pesquisa. Ainda na análise da autora, é justamente “(...) neste contexto e para esta realidade que as práticas da psicologia em comunidade deveriam ser discutidas e construídas, de tal modo que

pudessem colaborar para a construção da identidade e para o desenvolvimento de uma consciência crítica, nas pessoas, no seu cotidiano.” (Ibidem).

O estudo dos diversos fatores que desagregam relações humanas e sociais não é a nossa preocupação nesta pesquisa, mas sim uma análise dos aspectos que as sustentam e fortalecem dentro de uma comunidade, apesar de toda uma lógica contrária. Neste contexto de competição e exclusão social, o conhecimento dos motivos que mantêm pessoas solidariamente integradas, e de certa forma resistentes à cultura do individualismo, mostra-se de suma importância para que sejam pensados outros caminhos para a superação deste momento e reorganização da sociedade (por exemplo, a proposta da Economia Solidária). Estamos propondo com isso um olhar para os modos de vida neste espaço, no sentido da valorização de saberes e práticas de sua população.

Para a comunidade científica, esta pesquisa constitui-se como uma ferramenta importante ao contribuir para a compreensão da realidade de bairros populares, através da análise psicossocial de um fenômeno que é freqüentemente observado nesses lugares. A originalidade desta análise deve ser considerada, pois tanto poderá ser útil teoricamente para a composição de outros estudos complementares, quanto possui uma aplicação pragmática, podendo ser considerada em projetos educacionais, sociais ou culturais.

As dificuldades vividas nesses bairros, que crescem nas periferias das grandes cidades, muitas vezes se traduzem pela falta de acesso a recursos e equipamentos sociais, e a luta pela moradia digna é uma batalha que é travada diariamente (isto pode ser visto no trabalho diário de conscientização que os líderes fazem). Estes são apenas alguns indícios que mostram que a sociedade brasileira está equilibrada sobre bases de desigualdade. O Brasil está entre os quatro países mais desiguais do mundo, sendo campeão em desigualdade social na América Latina, e o pior é que, segundo pesquisa do Banco Mundial, está estrategicamente estruturado para continuar perpetuando essa situação: a elite econômica e política se perpetua no poder, criando mecanismos financeiros e legislativos para manter o comando e obter vantagens ⁶. Além de ser um fato catastrófico, isso significa que a única alternativa de transformação social, no sentido de igualdade de acesso a bens e serviços, só pode vir das bases. Esses são os dados que têm motivado intervenções de agentes externos – entre eles, psicólogos – em bairros e grupos populares.

⁶ Segundo estudo do Banco Mundial publicado no jornal FOLHA DE SÃO PAULO. Página B1.Folha Dinheiro. 21 de Setembro de 2005. *Bird vê ‘armadilha da desigualdade’ no país.*

Com isso, abriu-se um campo de atuação que muitas vezes é ocupado de forma irrefletida, acabando por reproduzir a situação existente. O que acontece é que na maioria das vezes a intervenção é orientada por cartilhas e instruções que provêm de pessoas que nunca viveram a situação que pretendem “remediar”, mas julgam-se detentoras deste conhecimento. Ou seja, não se interessam na maioria das vezes pelas experiências concretas das pessoas, por saber como têm se organizado para passar por isso tudo, como sobrevivem, que saídas têm encontrado (FREIRE, 1983; FREITAS, 1996; MONTERO, 2000; SPINK, 2004). Não consideram este saber, não o convidam para compor a formação dos agentes externos, estabelecendo com isso uma relação vertical, dominadora e, conseqüentemente, reprodutora. Neste argumento reside também a relevância desta pesquisa: acreditamos que ao tentar compreender as bases psicossociais que sustentam práticas de cooperação cotidianas, podemos contribuir com um conhecimento construído conjuntamente pela academia e o saber popular.

De acordo com Spink (2004), a capacidade de organização sempre existe numa comunidade, independentemente da intervenção de agentes externos. Para o autor, um dos problemas da psicologia tradicional é não reconhecer esta capacidade, é não estender um olhar atento para como as pessoas costumam fazer as coisas, abandonando suas idéias de que precisa ensinar o que é “autêntico” ou “correto”. Além de outros autores, Wiesenfeld (1998), ao considerar a existência das potencialidades endógenas de um bairro, mostra que a Psicologia Comunitária na América Latina tem dirigido sua atenção para este olhar.

Concordando com a autora, um estudo como este não consiste em idealizar o bairro: “Ao contrário, se trata de aceitá-lo reconhecendo que os problemas estão igualmente presentes na chamada cidade formal, e que, assim como existem nesta, também existem em tais bairros valiosos recursos (...) e numerosas potencialidades” (ibidem, p. 47, tradução nossa), que devem ser utilizados por eles, para que, através de sua luta, conquistem o mesmo direito que todos têm de usufruir de seus equipamentos e benefícios. As práticas de solidariedade são consideradas em nosso estudo como um valioso recurso que estas comunidades possuem para se auto-organizar e, como nos mostram as teorias dos movimentos sociais⁷ – principalmente

⁷ Segundo Gohn (1997, p.249), “a apreensão da maioria dos fenômenos sociais envolvidos nos chamados ‘novos’ movimentos sociais abrange dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macroobjetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas(...) E a amálgama das ações que ocorrem nesse plano é de ordem subjetiva, expressa pelo sentimento e por ações de solidariedade. B. Moore Jr. (1987), Castoriadis e Benedict (1981) e Thompson (1981) contribuíram para a fundamentação da categoria dos movimentos ao chamarem a atenção para essa dimensão subjetiva, construída ao longo de um processo histórico de luta, no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns é um fator fundamental.”.

dos “novos movimentos sociais” –, podem ser um fator importante para a mobilização e luta na esfera política (SANDOVAL, 1989a, 1989b).

Este trabalho possui uma ênfase transformadora, o que justifica a escolha de uma ocupação, local onde geralmente se concentra a parcela da população desprivilegiada pelo sistema – tanto em relação aos escassos investimentos públicos, quanto em relação às análises que freqüentemente são feitas sobre ela. É nosso desejo que esta interpretação fundada na psicologia social possa contribuir para a luta emancipatória que essas pessoas travam, e oferecer uma reflexão que possibilite que elas se encarem de uma nova maneira.

Concordando com Wiesenfeld (1998), existe uma lacuna no conhecimento dos bairros populares, que são geralmente descritos em termos de características físico-estruturais e a partir de dados sócio-demográficos de seus habitantes, sem considerar a dinâmica existente em seu cotidiano e certos aspectos, muitas vezes positivos, das comunidades que surgem. Compartilhamos da mesma motivação da autora ao realizarmos uma pesquisa que se proponha a conhecer a dimensão humana e social do bairro, que enfatize os modos de vida cotidiana, que busque conhecer, a partir dos moradores, sua realidade. Desta forma, esta pesquisa busca difundir outras possibilidades de percepção dos espaços populares, distintas do olhar tradicional marcado pelo sensacionalismo, pobreza e violência.

No artigo de João Ripper, *O olhar solidário das favelas*, o escritor enfatiza que enquanto a cidadania aparece como algo que deve ser doado à população da comunidade popular, esta não só é vista como um grupo de pessoas que precisam ser trazidas para “a civilização” e para seus valores, mas também como composta por pessoas cujos estilos de vida não possuem nada que possa contribuir para a sociedade. Segundo o autor, isso revela uma concepção sobre os pobres que por um lado enfatiza “a ‘carência’, vendo-os como ‘coitadinhos’, logo inferiores; ou ‘potencialmente criminosos’, que acha que o morador de favela tem mais a tendência de ingressar no crime” (p.37). Através de um trabalho nas favelas cariocas, ele observou que várias vezes seus espaços representavam “um projeto de cidade mais humano”. Um exemplo é a alta sociabilidade que compõe o dia-a-dia da favela, onde observou que “quase todos os vizinhos se falam e há mais solidariedade nos momentos de dificuldade”. De acordo com Ripper (2003, p.38), “os economistas costumam se referir as essas comunidades como ‘de baixa-renda’(...) por que insistir em defini-las sempre pelo negativo, pelo que não têm, por que não se referir a elas como comunidades de alta sociabilidade? A favela tem muito a dizer à cidade, basta ter abertura intelectual e afetiva para perceber isto.”

Assim como Wiesenfeld (1998), Ripper (2003) e Spink (2004) observam, podemos encontrar uma riqueza nas experiências cotidianas vividas nesses espaços: “a capacidade que as classes populares demonstram, cotidianamente, de resistir e persistir, de fazer da vida uma arte marcada por culturas e práticas diversas, mas que têm em comum a dignidade e a solidariedade” (RIPPER, 2003, p. 40).

Como esta é uma investigação descritiva e interpretativa de práticas que foram construídas e negociadas num espaço específico, acreditamos que estudos do cotidiano e da cultura local são de suma importância para os objetivos desta pesquisa. Segundo Campos (1996), a cultura se constitui como processo psicossocial importante “(...) na descrição das práticas específicas de determinadas populações e dos significados compartilhados pelos membros do grupo em relação a sua prática.” (p.164). A autora observou, a partir de uma análise bibliográfica da Psicologia Social Comunitária, que as categorias de consciência e cultura são geralmente focos de estudos e intervenções. Considerando isso, acreditamos que este referencial traz importantes contribuições para esta pesquisa.

Referencial Teórico: A Psicologia Social Comunitária na América Latina

Segundo Freitas (1986) e Montero (1994), todo trabalho que adote este referencial deve ter uma posição política claramente definida. Neste sentido, o cientista assume um compromisso através de sua ação no contexto que estuda: seja atuando como catalisador de mobilizações, ou através da produção de uma ciência popular. Partimos deste referencial, preocupando-nos com a produção de uma ciência popular, isto é: com a valorização dos saberes, subjacentes a um modo de vida cotidiano, que podem ser conhecidos através de uma relação de proximidade e co-produção entre pesquisador e pesquisado.

Para melhor compreensão e clareza do referencial, achamos que seria importante apresentar uma revisão histórica da constituição deste campo epistemológico, de acordo com Maritza Montero, psicóloga social e pesquisadora venezuelana, uma das maiores representantes da área.

Tendo como preocupação o contexto de desigualdade social e dependência, persistentes ao longo da história dos países latino-americanos, o campo da Psicologia Social Comunitária se constituiu na década de 70 no continente, através do interesse de psicólogos em responder às necessidades concretas da maioria da população. Para isso, foi necessária uma grande revisão da ciência psicológica – principalmente das teorias da Psicologia Social

existentes – que pudesse torná-la adequada aos objetivos de mudança social, e que atendesse à “necessidade de ver o homem como um sujeito ativo, capaz de enfrentar estes problemas e de se transformar à medida que transforma o âmbito social.” (MONTERO, 1990, p.94, tradução nossa).

O contexto histórico anterior ao desenvolvimento desta área (anos 50 e 60), era o de um processo de modernização e desenvolvimento desordenado, marcado nitidamente pela formação de bairros à margem das grandes cidades – fruto do empobrecimento rural. Conhecer o impacto gerado por estas mudanças, e as conseqüências negativas advindas deste, tornou-se o objeto central de estudo dos cientistas sociais. No entanto, os métodos tradicionais de pesquisa – desenvolvidos em laboratórios, através de uma nítida distância entre o pesquisador e o objeto de estudo – eram insuficientes para a compreensão desta dinâmica social. Estava sendo buscada uma compreensão da realidade que permitisse intervenções direcionadas à mudança dos seus aspectos concretos. Desta busca originaram-se dois caminhos principais: o do desenvolvimento de comunidades (promovido na maioria das vezes por organismos do Estado) e o da pesquisa-ação (MONTERO, 1990). O desenvolvimento de comunidades foi um campo de intervenção e pesquisa introduzido no Brasil em 1945 por Helena Iraci Junqueira, através do curso de Serviço Social. Os estudos que daí surgiram, exerceram influência fundamental para a posterior constituição da Psicologia Comunitária no Brasil, como área de intervenção interdisciplinar.

No segundo caminho, destacaram-se as pesquisas de Orlando Fals Borda em 1959 na Colômbia, cujos princípios metodológicos e objetivos rapidamente se difundiram por todos os diversos campos científicos do continente: “(...) investigar para transformar, partindo da atividade dos indivíduos envolvidos, descartando toda concepção passiva dos mesmos.” (MONTERO, 1990, p.92, tradução nossa). Borda (1999) descreve o processo de busca deste método, que serviria às causas populares sem que para isso fosse necessário prescindir da ciência:

“(...) alguns de nós abandonaram os recintos universitários (reconhecendo serem, em geral, fábricas de quadros para o imperialismo capitalista) ou pusemos em quarentena os marcos de referência de ciência ortodoxa e parcelada transmitida pela universidade tradicional (...). Saímos então a campo para experimentar a interdisciplinaridade, reformular conceitos e trabalhar com as populações à base da sociedade, descartando as três atitudes (...) características do intelectual alienado: a ingenuidade, o moralismo e o compromisso consciente com o sistema. O conceito-guia foi o de colocar o conhecimento a serviço dos interesses populares (...)” (Ibidem, p.141).

Foi ele que definiu a “função catalisadora” do profissional, termo utilizado por Maritza Montero ao descrever diretrizes de atuação em trabalhos comunitários que estejam exclusivamente a serviço dos interesses populares.

Embora reconheça a influência decisiva do sociólogo para a constituição do campo na América Latina, Montero (1990) lembra a participação da psicologia neste processo, observando que a primeira idéia de pesquisar enquanto se atua foi dada pelo psicólogo Kurt Lewin em sua obra *Resolving social conflicts*, de 1948. De toda forma, a psicologia passou a considerar o trabalho em comunidades como um campo específico de atuação a partir das décadas de 60, nos Estados Unidos, e de 70, na América Latina. E, embora nos dois hemisférios a base da Psicologia Comunitária fosse a Psicologia Social, os objetivos fundamentais e os aspectos metodológicos diferiam imensamente. Montero (1990) explica que o primeiro uso do termo “Psicologia Comunitária” se deu na obra do norte-americano Anderson Bennett, em 1965. A origem da área neste país está essencialmente relacionada ao movimento pró-saúde mental na comunidade, baseado numa abordagem clínica e na política de guerra à pobreza.

Na América Latina, onde estavam sendo desenvolvidas práticas dirigidas à solução de problemas sociais, os psicólogos sociais – sensibilizados diante dos conflitos sociais existentes e convencidos tanto da limitação dos métodos de pesquisa, como da necessidade de integrar a população à solução dos problemas vivenciados por ela – passaram a desenvolver técnicas e estudos que possibilitassem acesso e intervenção no nível psicossocial destes problemas. Isso se constituiu numa preocupação própria da área, que era descartada nos trabalhos de desenvolvimento comunitário: “(...) processos de ordem psicossocial (eram) muitas vezes questionados, ignorados ou pressupostos no desenvolvimento de comunidades, e (eram ao mesmo tempo) fundamentais para alcançar o êxito, propondo soluções integrais.” (ibidem, p.94, tradução nossa).

Em 1978 foi criado um comitê gestor de Psicologia Comunitária na Sociedade Interamericana de Psicologia, onde se descobriu que vários psicólogos de diferentes países latino-americanos estavam adotando métodos e objetivos semelhantes de intervenção. A busca de sustentação teórica deste campo se revelou através da associação do enfoque psicossocial às abordagens das ciências sociais latino-americanas. Montero (2004a), numa análise da relação entre Psicologia Social Comunitária, Psicologia Crítica e Psicologia da Libertação, destaca que as principais influências recebidas pela Psicologia Social Comunitária

latino-americana vieram: da educação popular de Paulo Freire, da teoria de Karl Marx e Frederich Engels, da fenomenologia, da teoria da construção social da realidade de Berger e Luckman, da sociologia crítica de Fals Borda e da teoria da dependência. A partir delas, passou-se a pensar em princípios que fundamentassem uma teoria da mudança social na Psicologia Comunitária. Com isso, Montero (1990) reuniu quatro pontos principais. O primeiro consiste no combate aos fatores internos do subdesenvolvimento e da dependência, ou seja, numa compreensão de que existem variáveis internas que reforçam a situação de dependência, as quais se refletem nas representações negativas que os povos têm de si – portanto, num reconhecimento de que o indivíduo está atrelado a um contexto econômico-social do qual recebe influências, e as “retroalimenta” através de suas próprias ações. A partir daí, como segundo ponto, é estabelecida uma definição clara dos objetivos teóricos básicos: uma atividade desalienante, conscientizadora e socializadora, quer dizer, que traga em seu bojo a idéia de combate a uma ideologia imposta, através do exercício de um controle ativo por parte das pessoas submetidas a ela. Com isso, trabalha-se com a idéia de consciência e atividade:

“A partir de Marx, a ideologia tem sido entendida como um falso modo de pensamento, como uma falsa consciência, que serve para manter e estabilizar uma situação social favorecedora de um determinado grupo, e que é produto de um processo histórico no qual se dão particulares condições materiais de vida. Mas este nível de explicação do fenômeno deve ser complementado com outro, psicológico, que permita compreender sua ação e seus processos de uma maneira global, ao incluir também o nível individual: Assim, a ideologia não é só falsa consciência, senão também ação inconsciente do indivíduo.” (Ibidem, p.100).

O terceiro princípio de fundamentação da teoria é a análise dos níveis de alienação. Este processo é manifestado quando a pessoa desconhece as conseqüências de sua ação e mesmo as origens desta. Neste nível, é visível a influência do marxismo. A pesquisadora sugere que o estudo se dê em dois níveis: o social, concernente às determinações sócio-econômicas que separam o indivíduo e sua ação, e o subjetivo, direcionado para as conseqüências psicológicas desta fragmentação. Desta maneira, tal consideração muda a idéia de que os aspectos psicológicos são os responsáveis pelas más condições nas quais vivem pessoas e grupos.

Finalmente, o quarto e último princípio se baseia na ação da comunidade e das pessoas envolvidas, que deve se traduzir em termos de autogestão. Além da autogestão trazer uma concepção de comunidade capaz de desenvolver novas relações entre seus moradores ou

participantes, de planejar e executar ações para melhoria de suas condições, este princípio define a postura que devem ter os agentes externos a ela: “Se esperarmos que a comunidade realize, mas não lhe permitirmos decidir a respeito do destino ou das condições da sua ação, ou se lhe impusermos, com maior ou menor sutileza, a tarefa a ser realizada, as circunstâncias alienantes irão se manter, e o poder e o controle continuarão sendo utopias.” (Idem, p. 103, tradução nossa).

Com isso, práticas de Psicologia Comunitária passaram a ser desenvolvidas junto à população no fortalecimento de iniciativas autogestionárias, em atividades que promovessem consciência e libertação das relações de dominação e exploração às quais ela estava submetida (CAMPOS, 1996). Como afirma Martin-Baró (1997, p.22): “(...) se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos sócio-econômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas (...)”. Desta forma, entende que o psicólogo atua nas bases subjetivas de manutenção das relações de dominação.

Com isso em vista, podemos dizer que se propaga uma intervenção contestadora do sistema opressivo que dá prioridade às capacidades existentes, e, a partir daí, às atividades que busquem o despertar de uma certa consciência crítica com relação às desigualdades e injustiças sofridas, promovendo a libertação de estigmas historicamente construídos e possibilitando ações que visem a transformação social.

Para Freire (1992), não é uma libertação que chega ao acaso, mas sim um resultado da práxis da busca, obtida através do conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Com isso, liberdade é conquista e não uma doação: exige busca. Esta parece ser a motivação, o desejo que há por trás da autogestão. A libertação é um processo histórico coletivo, baseado na idéia do autor de que “os homens se libertam em comunhão”, a partir de uma relação dialógica não hierárquica e não autoritária (FREIRE, 1983). A Pedagogia do Oprimido proposta pelo educador é a que não pode ser elaborada pelos opressores, pois consiste num instrumento de descoberta crítica dos próprios oprimidos, por si mesmos.

Quanto à produção do conhecimento, queremos ainda considerar algumas reflexões apresentadas num estudo de Montero (2000), sobre construções e sentidos da ciência na Psicologia Social Comunitária. Primeiramente, a autora faz uma crítica aos paradigmas científicos convencionais, que costumam distinguir claramente três campos: o epistemológico, o ontológico e o metodológico. A autora acrescenta a estes mais dois aspectos: a natureza da relação entre pesquisador (agente externo) e pesquisado (agente interno, chamado de sujeito-

produtor de conhecimento), e a autoria e propriedade do conhecimento produzido. Esses dois aspectos são considerados tanto como parte da dimensão epistemológica como da ontológica, mostrando, portanto, que não há uma delimitação rígida destes campos.

A epistemologia neste modelo, refere-se a um conhecimento que é construído a partir de uma relação dialógica, o que nos leva a compreender imediatamente a natureza de um ser que é sujeito ativo na produção do conhecimento. Então, a quem se deve a autoria e a propriedade do que é produzido? Esta é uma questão ética, que à medida que reconhece que nem todo conhecimento obtido na pesquisa provém do campo científico, assume que o conhecimento não deve servir exclusivamente a ele; isso vale tanto para a definição do estudo e sua relevância quanto para a devolução dos dados.

Com isso se distingue do modelo científico dominante, que “assume a relação entre o objeto cognoscível e o sujeito cognoscente como radicada na individualidade do sujeito, prescindindo das relações sociais sem as quais a atividade de conhecer, outorgando significado, construindo e desconstruindo objetos, não se produz.” (Ibidem, p. 74). Esta perspectiva dialógica, além de ter recebido as já citadas influências do marxismo e da teoria da dependência, resultou também de reflexões advindas do construcionismo social, onde a construção da realidade não pretende anular sua existência, mas apenas propor uma maneira de compreendê-la como produto social, mediado por atos e símbolos que variam historicamente conforme os grupos e a sociedade. Assim chegamos a um conhecimento que é socialmente construído (numa relação que envolve múltiplas interações), que é produzido de forma dinâmica, onde “sujeito” e “objeto” são indissociáveis, considerados numa relação de influência recíproca. A natureza do ser é de um sujeito ativo, que pensa, atua e cria, que possui conhecimentos que são essenciais para a pesquisa: “ao considerar que o sujeito participa do trabalho e investigação comunitária, está somando a eles seu saber (...) na construção de outros novos: novo conhecimento científico e novo conhecimento popular.” (Op.Cit., p.77).

Tendo brevemente apresentado parâmetros de construção científica da Psicologia Comunitária na América Latina, podemos ver, com base na sua história, como a consideração de processos psicossociais (chamados pela autora de variáveis ou fatores internos), contribuiu não só para um avanço na compreensão de comportamentos pessoais e coletivos, como também para orientar futuras intervenções junto a grupos populares. Com base na teoria da dependência, a psicologia contribuiu ao analisar as representações negativas que os povos têm de si e ao definir, a partir disso, categorias de atividade, consciência e alienação. Da mesma

maneira, procuramos nesta pesquisa distinguir os aspectos psicossociais que sustentam as práticas solidárias, acreditando que o conhecimento destes poderá aprimorar intervenções, e contribuir com iniciativas autogestionárias.

Descrição Geral do Bairro: *o Parque Residencial Padre Josimo*

Este é um capítulo breve de apresentação do bairro. Para descrevê-lo, usamos como fontes de informações alguns documentos da Associação (atas, diários, boletins e informativos), os diários de campo (incluindo conversas informais), e algumas partes das entrevistas. Mais a respeito dele poderá ser encontrado no capítulo analítico, onde são discutidas as percepções dos moradores sobre o bairro e sua história.

A possibilidade de fugir dos aluguéis, e o desejo de concretizar o sonho da casa própria, foram os principais fatores que atraíram os moradores para o bairro. Segundo Prado (1994), reivindicações de moradia e habitação fazem parte da história do país, e as primeiras movimentações nesse sentido datam das décadas de 10 e 20 do século passado. O autor lembra que, em meados de 1910, surgiu a Liga dos Inquilinos, um movimento de base anarquista contra o alto valor dos aluguéis. Fossem em prol da queda dos aluguéis, ou da permanência nas vilas operárias, as lutas eram freqüentes.

Os moradores contam que já esperavam encontrar uma situação difícil (quase todos tinham ouvido falar em ocupação antes ou já haviam participado de alguma), e sabiam que teriam que lutar muito. De certa forma, já estavam acostumados com a vida de luta. São, na sua maioria, imigrantes provenientes do Norte e do Nordeste, não têm estudos, e entre eles existem muitos que são vítimas do desemprego estrutural. Estes tentam se manter com os “bicos” que aparecem de vez em quando, e também com a ajuda da família, dos amigos e dos vizinhos. Em entrevista, L. falou das dificuldades que tem enfrentado para trabalhar em Campinas, as quais, para sua surpresa, têm sido maiores do que no Pará:

“Mas quando eu morava lá, no meu tipo de olhar e de trabalho, que eu sou pintor, sou autônomo, trabalho mais de autônomo, mas pra minha surpresa, lá era mais prestativo, o trabalhador, aqui em Campinas, na região de São Paulo, eles têm medo, né, eles não aceita a pessoa sem entrar num escritório, receber a pessoa, entendeu, eles têm medo das pessoa. Acha que a pessoa é um bandido, que vai fazer coisa errada, (...), não se aproxima nem dum portão de entrada numa empresa. E lá não. Lá chegava numa portaria de empresa, quero falar com fulano de tal, posso saber sobre o que é, pode, eu trabalho de pintor, quero saber se tem trabalho na empresa, (...) quero saber se tem algum tipo de trabalho para me fornecer,

porque preciso ganhar meu pão, então quero saber isso, falar com o gerente, com o dono, ou qualquer encarregado aí, que possa me atender. Tá bem, aguarda um pouquinho aí, que vou ver se pode lhe atender. E tinha aquele privilégio lá de sempre chegar nas empresa e chegar até o patrão, o gerente pra falar. Aqui eu não tenho. Nunca tive, entendeu?”

Localização e aspectos físico-estruturais

O *Parque Residencial Padre Josimo* é um núcleo residencial localizado no sub-distrito de Nova Aparecida, em Campinas (SP), região que beira o cruzamento das Rodovias Anhangüera e Dom Pedro I. É anexado à Vila Padre Anchieta, um bairro urbanizado⁸ que conta com várias facilidades sociais de atendimento à população: posto de saúde, terminal de ônibus, creche, escola, praça de esportes e lazer, mercado, padaria, centro comunitário, feiras, comércio, etc. Essas facilidades atendem à população do *Padre Josimo* e de outras ocupações ao redor.

A região vem passando por mudanças e se urbanizando cada vez mais. Em 2005 foi inaugurada uma nova escola de ensino fundamental e médio (Escola Estadual Dr. Roberto Marinho) nas proximidades, e em janeiro de 2006 foram concluídas as obras de prédios do CDHU na região.

Como se pode ver no croqui do bairro (ANEXO IV), o *Padre Josimo* se distribui em 10 ruas bem planejadas e organizadas, onde moram hoje cerca de 250 famílias⁹ com renda familiar média de R\$ 300,00¹⁰. O bairro é composto basicamente por famílias, migrantes do Norte e Nordeste na sua maioria, e poucas são as pessoas que moram sós. A concessão do terreno foi conquistada em julho de 2005. No mês de setembro, a topografia da terra começou a ser feita pela prefeitura, porém os recursos que acompanham a regularização ainda não chegaram. As ruas são de terra, a fonte de energia elétrica é clandestina – uma reclamação constante dos moradores, porque, com as panes de energia elétrica, eles frequentemente perdem geladeiras e televisores –, e a fossa séptica é cavada no terreno de cada família, para que não atrapalhe as vias públicas.

Nos informativos de circulação local (produzidos pela Associação; vide exemplo no ANEXO V), os moradores encontram as informações de como proceder para preservar um

⁸ Uma pesquisa sobre a história desta vila está sendo feita pelo Laboratório de História Oral do Centro de Memória da UNICAMP.

⁹ O número exato de famílias residentes, de medidas do bairro e dos terrenos não foram encontrados nos documentos. Estão sendo considerados os números cedidos informalmente por moradores, e avaliações baseadas na minha própria observação.

¹⁰ Média baseada no censo de 2002.

ambiente seguro e saudável de moradia. Além disso, os informativos representam uma forma visível da ideologia e do processo de organização do bairro, mostrando-se como parte do trabalho de conscientização feito com cada morador. Nos finais de cada informativo há sempre uma frase de efeito, como por exemplo:

“Vamos continuar unidos e com bom diálogo para resolver nossos problemas, pois só assim conseguiremos o direito de moradia digna”, ou: “Viver em comunidade é cada um respeitar as diferenças um do outro e estar em harmonia com todos, acatar as decisões tomadas em conjunto.”

As residências variam entre barracos de tábuas e casas de alvenaria, conforme as possibilidades de cada família, tendo cada terreno uma medida de cerca de 45 m². As obras e melhorias nas casas são constantes, e observamos que na maioria das vezes são executadas pela mão-de-obra existente no bairro. Mas tudo é negociado, cada caso é um caso. Quando o serviço é mais pesado (como a construção de uma laje, por exemplo), o dono geralmente oferece algum “agrado”. Presenciamos uma obra destas, e enquanto observávamos travamos um diálogo com M.G., que morava em frente à obra.

“(…) havia um grupo de sete homens trabalhando no telhado de uma casa. Fiquei observando aquilo, e M., percebendo meu olhar, disse: ‘Você está olhando porque não está acostumada com isso, não é? Onde você mora não tem isso’; de fato, ela sabe. Comentou que ajudam por interesse, porque depois o dono oferecerá um churrasco e cerveja para aqueles que ajudaram. Perguntei: ‘E se ele não oferecesse o churrasco?’ ‘Seria mais difícil, porque a laje é muito trabalhosa de ser feita. Mesmo com churrasco não deixa de ser um trabalho voluntário, porque não estão recebendo nada pela mão-de-obra.’ Perguntei novamente: ‘Mas isso é bastante comum aqui, não é, dos vizinhos colaborarem uns com outros?’ ‘É, muito’, M. respondeu. Contou que no bairro onde morava antes (Parque Brasília, bairro urbanizado, região central de Campinas), só se via pedreiros trabalhando, nunca amigos. M. conta que ali as pessoas sempre se ajudam. Fala do morador que mora na esquina, que é paralítico e dorme dentro de um carro enquanto sua casa não fica pronta: ‘Os homens do bairro se juntam para erguer a casa dele. Ele compra o material, mas a mão-de-obra é de graça, é voluntária’, diz M.” (Diário de Campo, 22/10/2005)

Os espaços destinados ao lazer são a praça e um campo de futebol. A praça é, sem dúvida, o espaço mais agradável de todo o bairro. Através do diário de A. (coordenador geral da Associação, que elaborou alguns diários quando a Associação ainda não existia, não havendo qualquer ata), pudemos notar que ela foi cuidadosamente projetada para abrigar os encontros entre as pessoas. No início, deu um bocado de trabalho:

“(...) Dirigimo-nos para a praça e vários moradores iriam tapar o famoso poço; começaram a trabalhar, porém pararão na dureza e dificuldade, o poço era mais fundo do que se imaginava e o desânimo pegou a todos os homens que estava ali e se desanimaram, a falta de alguém fazer linha de frente foi o maior problema e mais ainda nossa desunião. Porém aconteceu aquilo que eu de minha parte mais queria uma moça se manifestou e disse que seu marido trabalha com caminhão basculante e que poderia tapar o poço, então ficamos assim quando ele arrumace teria sido feito o trabalho.” (Parte de um dos primeiros diários de A., escrita no dia 02/12/2001).

Hoje não existe nem marca desse poço. É uma praça bastante arborizada, que por sua tranquilidade costuma reunir moradores para um bate-papo entre vizinhos, abrigando também as brincadeiras das crianças. Possui alguns balanços que, apesar do seu estado precário, atraem as crianças do bairro. No início da ocupação, quando ainda não havia sido construído um barracão para a Associação, as assembléias e reuniões eram feitas na praça. Até hoje, é este o espaço que abriga as festas e grandes assembléias do bairro.

O campo de futebol, embora seja bastante utilizado pelos times (no *Padre Josimo* existem três times de futebol), e pelas crianças e jovens (que soltam pipas naquele imenso espaço livre), é uma área particular, que não pertence ao bairro. Mas, por iniciativa de um morador (L., que foi entrevistado por nós), eles conseguiram negociar com o proprietário o uso provisório do campo, em troca da sua manutenção.

“(...) eu corri atrás muitas vezes, e consegui uma documentação para mim fazer aquele campo ali, ampliar como você viu agora, né (...) Aquela área ali pertence ao quartel de um coronel. E aquilo ali eu consegui uma autorização que está guardada no meu guarda-roupa, e aí ampliei aquele campo ali, e compro bola (...) E o pessoal vai lá, pede autorização pra fazer um campo maior, e ele falou: ‘Não. Aquela área lá, daquela árvore pra cima eu autorizei pro L. Enquanto a gente não ocupar, quem pode mexer lá é ele, porque aquela área ali a gente cedeu pra ele mexer, zelar aquilo ali pra ele até quando nós for usar. Quando nós for usar, aí ele vai perder o campinho dele.’ Porque isso é o que nós combinamos, eu tô lá enquanto ele não usa a área, quando ele disser ‘ó, L., a gente vai usar a área’, o campinho vai sair, fazer o quê, né. (...) eu gosto muito de bola porque eu tenho 49 anos, meu esporte é bola, se eu num brincar no dia, durante o dia a bola um pouquinho, eu fico doente. Eu gosto do esporte.” (Trecho da entrevista feita com L.)

E desde então L. organiza os times de crianças e os campeonatos infantis, corre atrás de doação e de arrecadar dinheiro no bairro para comprar bola, uniforme e troféu. Compartilha com as crianças seu sonho antigo de se tornar jogador de futebol:

“Eu falo pra eles: ‘Tá vendo, ó, o que eu faço pra vocês, eu compro bola, eu consegui fazer o campo, eu corro atrás de máquina pra ampliar o campo melhor, cê viu que a máquina passou lá, né? Isso aí é um desempenho que faço pra vocês, não é pra mim, porque vocês tão na carreira. (...)”

O processo de ocupação: tensões entre a persistência e o medo

A primeira tentativa de construção do bairro se deu em 1999, através de um movimento de ocupação que foi derrotado, resultando em muito sofrimento para a população. Em meados de 2001, houve uma nova iniciativa de ocupação da terra abandonada, quando enfim, através de muita luta, o *Josimo* se estabeleceu. Os moradores contam que a área estava abandonada, e o mato crescido servia de esconderijo para crimes, estupros, tráfico de drogas e desmanche de carros.

Como contam os moradores, o processo de ocupação consiste em entrar, limpar, dividir os lotes, abrir as ruas, levantar os barracos e morar. Embora nem todos respeitem as normas, a construção das casas de tijolos e alvenaria só deve ser feita após a legalização do uso da terra, para evitar riscos de demolição futuros quando a medida de cada lote for regularizada. E neste processo, histórias e relações vão sendo construídas.

Como analisa Wiesenfeld (1998) em seu estudo sobre a consolidação de bairros pobres em Caracas, todos os esforços das pessoas que lutam pela moradia coexistem com o risco de desalojamento, e isso as obriga a viver em um estado de incerteza, de expectativa diante da mobilidade, quando o que se deseja é estabilidade:

“ (...) Mas todos os dias, você vivia , todos os dias você sabia que o homem tava na justiça. Então você escutava um barulhinho de máquina: ‘pronto, vai tirar todo mundo’. Tinha gente que vinha lá do Renascença: ‘tem 3, 4 trator parado lá em baixo.’ Você descia lá pra baixo, tava os trator parado lá. E você vivia com medo, dormia com medo e acordava com medo pelos bandidos, e vivia com medo, e acordava com medo pelos donos da terra. Você tá entendendo? O pior era isso. Você sabia que a qualquer momento ia sair.” (Trecho da entrevista concedida por V.)

Enquanto o processo corria na justiça, apesar do medo relatado na entrevista, a população se mantinha ativa. E. conta que eles foram até à COHAB e perguntaram o que deveriam fazer, para não perderem daquela vez.

“(...) A gente fomo lá saber como é que tá o projeto do bairro tal. Aí a gente foi lá um dia numa reunião, esperemo 3 horas pro Miguel (diretor da

COHAB) atender a gente, aí quando a moça falou pra ele que era o pessoal do Padre Josimo, que era o coordenador novo, aí ele mandou a gente entrar para atender a gente. Nossa, quando a gente começou a falar, perguntou pra ele como que tava o bairro, ele disse que o bairro tava abandonado, que não ia ter jeito, achava que a gente não ia conseguir, só se a gente se esforçasse muito pra conseguir a terra, porque os dono tava em cima pra ver uma reintegração de posse pra tomar, né, o terreno. E aí o A. perguntou para ele o quê que a gente poderia fazer pra conseguir isso. Ele disse que a gente ia ter que trabalhar muito, muito. Principalmente com projeto social. Foi daí que a gente teve a idéia dos projeto social pro bairro. Porque quando a gente tem uma idéia assim, pelo menos um projeto, dois projetos social, alguma coisa assim pra ajudar o pessoal que tá lá dentro, aí ia ficar mais difícil do dono tomar. Ele disse que ia ver um jeito da gente conseguir pagar o terreno, a gente pagava na COHAB e ela depositava o dinheiro em conta lá no... pro rapaz, o dono, pra ver se a gente não perdia. Aí começou a luta nossa (...)" (Trecho da entrevista concedida por E.)

Além de implantarem alguns projetos de assistência social, os moradores conseguiram juntar a quantia estabelecida para a negociação das glebas ocupadas pelas famílias.

Quatro anos e meio depois: a grande vitória

Ao perguntarmos “*quais as maiores conquistas do bairro, na sua opinião*”, tivemos também um consenso: a regularização do lote. Em julho de 2005, foi conquistado o direito legal à propriedade. No dia cinco de julho de 2005, às dezenove horas, foi realizada na praça do bairro uma assembléia para comunicar aos moradores a desapropriação e concessão da terra. Tivemos a felicidade de participar deste dia, e sentir de perto a alegria e emoção de todos. Estavam presentes cerca de 150 moradores, adultos, crianças, jovens e idosos, toda a diretoria da Associação, representantes do poder público e da COHAB. Houve um clima de festa e comemoração. Os moradores e amigos do bairro se emocionaram e, todos juntos, aplaudiram muito essa conquista. Em comemoração a este dia foi organizado um “arrasta-pé” e um bingo no domingo, dez de julho, às catorze horas. Todos foram convidados. No dia vinte e nove de julho de 2005, às oito horas, um ônibus partiu do bairro para a Prefeitura e o pessoal assistiu à assinatura, pelo prefeito, do ato de concessão de terra para os moradores do Padre Josimo. E aí, como disse um dos moradores, começou uma nova luta: pagar os boletos da COHAB.

Como costuma dizer A., “*a luta se faz no dia-a-dia*”, na mobilização para que os moradores não se contentem apenas com essas coisas, ficando de braços cruzados à espera de que o Estado forneça os recursos dos quais o bairro precisa. Desde a primeira assembléia

(registrada) da Associação, em novembro de 2001, este é um discurso típico das suas lideranças:

“(...)Pessoal até quando vamos esperar pelo poder público para resolver nossos problemas? Vamos nos unir e mostrar nossa força. (...)”
(Trecho de diário de A., de 29/11/2001, aparentemente sobre a primeira reunião realizada no bairro com a presença de um advogado e de autoridades).

Esta preocupação das lideranças representa o que Wiesenfeld (1998) chama de potencialidades sociais endógenas. Citando Guitián (1993), a autora ressalta que a possibilidade de se consolidar um bairro depende do “reconhecimento de suas limitações e potencialidades naturais e sociais, exógenas e endógenas” (p.36, tradução nossa). As características naturais referem-se à topografia da terra habitada, às possibilidades de risco em caso de terrenos instáveis; as sociais exógenas, à postura de mediação do Estado e das instituições necessariamente envolvidas, inclusive o risco de desalojamento; e as sociais endógenas, aos recursos que a comunidade tem, ou não, para enfrentar os riscos. No seguinte trecho do diário de A. (02/12/2001), podemos observar a sua disposição para enfrentar os desafios de construção do bairro:

“O dia amanheceu claro e dava para perceber que seria bem promissor. Logo de manhã as 06:00 acordei e já saí a procura de nos organizar para evitar tragédias no bairro. Como sempre fiz, procurei e pedi ajuda de todos os moradores para que nosso trabalho não fosse interrompido (...)”

Em tal momento de regularização, a continuidade da luta e o compromisso dos moradores parece ser o mais importante. O acesso às condições dignas de moradia não pára por aí. Segundo informativo da CONAM e Facesp¹¹ obtido nos arquivos da Associação, após a Conferência do HABITAT da ONU em Istambul, o conceito de moradia mudou. Não se trata mais de apenas prover ao cidadão um terreno ou teto para ele morar, é necessário também fornecer requisitos que atendam às necessidades básicas do ser humano, como saúde, saneamento, segurança, educação e lazer, entre outros. De acordo com esses movimentos, as ocupações foram a forma encontrada de colocar em prática a luta pela moradia.

¹¹ Confederação Nacional das Associações de Moradores e Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo

Prado (1994) analisa que nas décadas de 70 e 80 o aumento do déficit habitacional gerou assentamentos clandestinos, e, com eles, as organizações de grupos e movimentos populares de bairro, e o início da discussão na esfera da política pública. “As ocupações coletivas colocaram em xeque a viga mestra do capitalismo: a propriedade privada, e explicitaram algumas contradições que ameaçavam a injusta divisão do solo urbano” (p. 39).

Uma história de mudanças

Concomitantemente à luta pela regularização, haviam outros desafios. De acordo com os relatos, um grande desafio depois do assentamento foi arranjar estratégias para lidar com os moradores que praticavam atividades ilegais no bairro, coisa que já acontecia naquele espaço muito antes da ocupação. Vários moradores tiveram medo de se envolver na época do início do bairro, pois este, sem organização, estava totalmente à mercê do crime. Como disse N., o bairro “*era mais desgovernado que plantação de cará*”.

No entanto, bastou a eleição de novos coordenadores (entre estes, A. e E.) que buscassem ativamente trazer melhorias para o bairro, para que essas práticas se dissipassem. Eles contam que começaram a tomar as rédeas do bairro, e isso, junto com a chegada de famílias inteiras, foi reprimindo a ação ilegal. Um dos eventos que favoreciam as más práticas, apontado por quase todos os entrevistados, era que no início da ocupação muitas pessoas se aproximavam para tirar proveito da situação, e não para morar. Isto é, tais pessoas escolhiam um lote de terra, capinavam, erguiam um barraco de dois cômodos e o colocavam a venda. Esta falta de compromisso (tratada pelos líderes como uma forma de exploração, vide ANEXO V) foi vista pelos entrevistados como um dos motivos de desorganização inicial do bairro. Desta forma, a organização do bairro veio cerca de dez meses após o assentamento, e a ascensão de lideranças eticamente comprometidas foi fundamental para a história de conquistas e vitórias do bairro.

De um lugar nascido em meio a uma atmosfera sombria, apática e violenta¹², o bairro tornou-se, depois de um ano, um lugar bastante interessante para se viver. Se lhes perguntamos se valeu a pena a ocupação e todo sofrimento do início, a resposta é unânime.

“É uma conquista muito... doída, então não tem o que paga. Se alguém chegar, ó, te dou tanto, não quero e não quero! Não tem dinheiro. Se

¹² Os entrevistados contam que no início, quando o bairro estava sob o domínio de “bandidos” – termo usado por eles –, estes se impunham andando armados pelas ruas, ameaçando a todos, ditando toque de recolher e regras tais como apagar a luz depois das 22 horas. A troca de tiros durante a noite era freqüente.

chegar aqui, com o que for, não vai pagar aquilo que eu passei.” (Trecho de entrevista concedida por V.)

“Valeu, valeu tudo, tudo”.

Pesquisadora: *“Você está contente de estar aqui?”*

“Nossa! Contente? Eu tô... no céu, bem dizer! Até meus parente, vêem os conhecido, fala: ‘Nossa, em vista do que era, o que tá hoje!’ ”
(Trecho de entrevista concedida por F.)

Podemos identificar um processo de organização e construção do local que se deu principalmente pela presença de uma liderança ativa. Segundo A., havia uma preocupação de literalmente transformar o caos que era o *Josimo*. Quando conseguiram que “os bandidos” saíssem, os líderes fecharam o cerco com ações de conscientização e melhoria. A contenção ao uso de drogas na praça, por exemplo, foi uma ação que deu certo. A. conta que hoje, quando chega em casa depois do trabalho, por volta das dez e meia da noite, e vê jovens conversando na praça, passa por lá para cumprimentá-los e constata que a conscientização foi bem feita. Ele conta que não foi difícil o pessoal entender que deveria preservar aquele ambiente, para que as crianças de lá pudessem crescer com mais liberdade e saúde. *“O diálogo sempre foi o nosso grande aliado”*, diz ele. Conta que, com relação a atos ilegais, eles fizeram o contrário da coordenação anterior. Em vez de ignorar tais atos e fingir que não estavam vendo nada, eles procuraram os culpados, na base do diálogo e do respeito, e tentaram obter o apoio deles para o movimento enquanto moradores, pessoas que usufruíam do bairro como todos. A. acredita que o fato dos indivíduos serem tratados na camaradagem, sentindo-se respeitados e não ameaçados, tenha contribuído para que eles se mudassem de lá. Durante a explicação, ele faz a seguinte metáfora:

“Tem uma poça na rua. O que tem parado ali? Água suja. Qual o único jeito de limpar a poça? Jogando água limpa. Com o tempo, aquela água vai levando a sujeira embora.” (Diário de campo, 20/08/2005)

O falecido Dr. Euzébio Matoso Berlink, advogado do bairro, é sempre lembrado com bastante carinho, como uma pessoa que foi fundamental para as conquistas do bairro. Segundo o que E. relatou na sua entrevista, quando o advogado soube que existiam pessoas sérias e interessadas em erguer o bairro, se aproximou. No diário de A., do dia 02/12/2001, ele é retratado com respeito, como uma pessoa humilde e sábia:

“(...) quase no encerramento Dr. Eusébio apareceu para surpresa nossa, trajando bermuda rasgada camiseta e boné, colocando-se igualmente a todos e mostrando um lado até então desconhecido por nós. Agora sua maneira de falar era outra, sua voz baixa em um tom sempre calmo dava-nos esperiências, para que pudéssemos vencer, passava para nós aquilo que um homem velho tem de melhor – a esperiência e a seriedade de um advogado dado aos humildes e miseráveis. (...) se mostrou claro como não fazer hierarquia quando estivermos com o povo, isso deixa as pessoas inibidas e por isso elas não participa.(...)”

Embora não seja muito citado pelos moradores, existe um apoio recíproco entre o bairro e o Partido Comunista do Brasil. Além de alguns arquivos encontrados, numa das reuniões da Associação constatamos esta ligação (diário de campo, 03/04/2005). J. levantou a lebre, dizendo que “alguém ouviu” que os proprietários iriam pedir reintegração de posse e que a Secretaria estaria escondendo isso deles. A. disse que não deviam se basear em boatos e que deveriam confiar no secretário, que tinha sido eleito por eles. B. também disse que tinha plena confiança no secretário, pois o conheciam há muito tempo (o secretário é do PC do B).

Em seis de janeiro de 2002, foram definidos em assembléia os lotes que futuramente serviriam para as atividades da Associação. A construção aconteceu em 2003, ano em que esta pesquisa ainda não estava sendo realizada, mas estivemos presentes e pudemos participar. A construção atraiu o interesse dos moradores, que contribuíram com mão-de-obra, materiais usados, dinheiro para comprar mais materiais, e na preparação de café e comida para os que estavam lá trabalhando (sem que isso tivesse sido solicitado). Surpreendeu-nos o nível de contribuição e envolvimento de moradores que nem sequer participavam das reuniões da Associação (esta foi uma das experiências que determinaram o tema desta pesquisa). Como relatamos em outros momentos desta dissertação, descobrimos aos poucos um bairro onde os moradores possuem uma maneira “informal” de participar e se auto-organizar que dá bons resultados (SPINK, 1989). No entanto, a informalidade não é tão grande assim, pois a presença da liderança ativa, “fazendo linha de frente”, tem se mostrado fundamental.

Grupos, eventos e o sistema informal de organização

Assim, a “*Associação de Moradores e Amigos do Residencial Padre Josimo*”, que já estava em atividade desde dezembro de 2001, foi formalmente criada em abril de 2002 (data de abertura do CNPJ). A Associação se reúne mensalmente, aos domingos, e as reuniões são geralmente vazias: contam apenas com a presença dos líderes que possuem cargos, mas nem mesmo estes comparecem sempre. Uma das atividades pelas quais os membros da Associação

se responsabilizam, é a de ir buscar na Prefeitura os boletos da COHAB e distribuí-los de casa em casa. Eles acreditam que o comodismo é “um mal” do Josimo. Às vezes as pessoas não estão satisfeitas, mas não fazem nada para mudar: não participam, não dão idéias, e, apesar dos informativos e do contato freqüente com os líderes, geralmente estão desinformadas sobre o que está acontecendo. Um exemplo é a distribuição das cestas básicas. E., que era líder na época e implantou esse sistema através de um contato com assistentes sociais da região, conta que a distribuição acabou porque ninguém ia atrás das cestas: *“o povo às vezes tá passando fome, mas não se mexe, espera que alguém faça por eles.”*

Percebemos que na opinião de vários moradores, principalmente os jovens, o Josimo é um bairro parado e desanimado, onde os moradores não se interessam por nada. Já houveram várias iniciativas que não deram certo (por exemplo a de um grupo, que se desfez, de jovens que trabalhavam com teatro e conscientização ambiental). Esses moradores dizem que quando vêm pessoas de fora, é diferente. Os projetos de extensão universitária que se realizaram no bairro em 2004, voltados para crianças e adolescentes, contaram com participação maciça destes. Eles gostariam que isso acontecesse mais vezes. Ficaram chateados quando alguns professores de universidades da cidade estiveram lá, apresentando projetos e prometendo levar estagiários, e nunca mais apareceram (isso se deu em 2003).

Observamos a existência de poucos grupos organizados. Além da Associação, existem os grupos religiosos: o dos evangélicos neopentecostais, que possuem três templos no bairro, e o dos católicos, que possuem uma capela ligada à Igreja Católica do Padre Anchieta. Além destes, existem os três times de futebol no bairro, que treinam jogadores e organizam campeonatos sempre que possível.

Quanto ao comércio, existem três bares no bairro (os donos são moradores) onde alguns homens (na maior parte das vezes) costumam se reunir para beber e jogar bilhar, e onde se vende de tudo um pouco (cervejas, refrigerantes, doces, salgados e alguns utensílios domésticos).

Às vezes o bairro realiza algumas festas e comemorações. O pessoal me contou que na Páscoa do ano passado houve uma mesa enorme e farta na praça, cheia de pratos feitos com doações dos moradores, onde todos comeram à vontade. Na época das festas juninas, às vezes são feitas quermesses com barracas, brincadeiras e dança. Os moradores que quiserem isso, podem montar suas barracas para ganho próprio sem serem repreendidos pelos outros, mas sempre há aqueles que percorrem as casas pedindo qualquer donativo para a festa, e os que fazem comidas e bebidas para consumo gratuito. No dia das crianças, L. costuma organizar

um campeonato de futebol entre as crianças e há distribuição de doces e refrigerantes, advindos de doações angariadas junto aos comerciantes da cidade.

Resumindo: é um bairro pequeno, com poucas atuações na esfera política mais ampla, mas muito interessante pelas mobilizações diárias e pela história que possui. Sabemos que grande parte das suas conquistas se deve ao compromisso de alguns líderes, mas acreditamos que os encontros informais entre os moradores, os contatos freqüentes do dia-a-dia, aparentemente distanciados da “política formal”, representem um papel importante nisso. A mediação com o governo e a COHAB é a atividade principal da Associação, que se responsabiliza pela parte representativa e burocrática do bairro. Esta parece ser uma área de pouco interesse para os moradores. Eles costumam se envolver e participar sempre que são chamados – seja para a construção de uma obra do bairro ou para organizar uma festa –, mas pelo que temos visto, reunião não é com eles.

Quem foi Padre Josimo?

A escolha deste nome fala do bairro, de seu povo, e principalmente daqueles que o idealizaram. De acordo com Martin-Baró (1989), “(...) o nome que se dá a um grupo não é algo socialmente insignificante; constitui-se no selo que atesta a realidade grupal, é o ‘cartão de visita’ que identifica o grupo perante a consciência coletiva. (...)” (p.17, tradução nossa).

O assentamento foi realizado no início de 2001, na mesma época em que os meios de comunicação de massa divulgavam a condenação dos assassinos do Padre Josimo. A notícia que corria o mundo teve influência sobre a escolha deste nome por um dos líderes do bairro na época.

Ao perguntarmos para A. quem foi Padre Josimo, ele nos disse que não participou da escolha do nome, mas que sabia que era um militante que havia lutado pela causa da reforma agrária no norte do país. Perguntou se não poderíamos ajudar a conseguir algum material sobre o padre para a comunidade. Desta forma pesquisamos na Internet, selecionamos alguns documentos, e compilamos algumas informações sobre o Padre Josimo.¹³

Padre Josimo Moraes Tavares nasceu no estado do Pará, e foi criado no estado de Tocantins. Foi um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e no ano de 1986, aos 33 anos, foi assassinado na secretaria da CPT Araguaia-Tocantins (Imperatriz-MA).

¹³ Os documentos utilizados foram encontrados nos sites: www.camara.gov.br/cdh, www.sedep.com.br/noticias, <http://jbonline.terra.com.br> e www.nosrevla.com/blogz.

Josimo havia sido enviado em 1983, pela Igreja Católica, para exercer atividades pastorais junto aos camponeses da região do Bico do Papagaio. O padre era adepto da Teologia da Libertação (corrente da Igreja Católica comprometida com a luta pelos empobrecidos e oprimidos) e participava da formação sindical dos trabalhadores rurais. Em decorrência dessa atuação, passou a exercer grande liderança no lugar e a ser perseguido pelos que defendiam os interesses dos latifundiários. Sem temer, Josimo enfrentou os políticos e os latifundiários denunciando em suas viagens a violência e a injustiça contra trabalhadores rurais, o que incomodou membros da União Democrática Ruralista (UDR), gerando um conflito que se acentuou em Augustinópolis (GO) durante o lançamento de uma campanha nacional em favor da reforma agrária.

Na opinião de Josimo, a Igreja devia cooperar com a fundação de sindicatos e a organização de trabalhadores em classes, para que estes pudessem reivindicar seus direitos. A CPT foi criada pela Igreja para atender às necessidades do trabalhador rural, que se via oprimido, e para combater os latifundiários nesse aspecto.

O mandante principal da morte foi Osmar Teodoro da Silva, um vereador do PMDB de Augustinópolis (GO). Só foi preso no final de 2001, no interior do Pará, portando outra cédula de identidade, após o caso ter sido veiculado na mídia junto com uma série de reportagens sobre a violência no sul do Pará. Foi condenado em setembro de 2003 a uma pena de 19 anos de detenção.

Consta das informações coletadas que o padre estava certo de que iria morrer, pois já havia sofrido um atentado. Duas semanas antes de sua morte, ele apresentou à assembléia diocesana, em Tocantinópolis (TO), um texto que ficou conhecido como seu “testamento” e teve ampla repercussão:

*"Tenho que assumir.
Estou empenhado na luta pela causa dos lavradores indefesos,
povo oprimido nas garras do latifúndio.
Se eu me calar, quem os defenderá?
Quem lutará em seu favor?"*

*Eu, pelo menos, nada tenho a perder.
Não tenho mulher, filhos, riqueza...
Só tenho pena de uma coisa: de minha mãe, que só tem a mim
e ninguém mais por ela.
Pobre.
Viúva.
Mas vocês ficam aí e cuidam dela.*

*Nem o medo me detém.
É hora de assumir.
Morro por uma causa justa.
Agora, quero que vocês entendam o seguinte:
tudo isso que está acontecendo é uma conseqüência lógica do meu trabalho
na luta e defesa dos pobres, em prol do Evangelho, que me levou a assumir
essa luta até as últimas conseqüências.*

*A minha vida nada vale em vista da morte de tantos lavradores
assassinados, violentados, despejados de suas terras, deixando mulheres e
filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar”.*

Diante dessas informações, vemos que não foi um nome escolhido aleatoriamente. Levamos o texto acima para o bairro e o lemos junto com A., na casa de M. Além de A., estava presente J., que também não tinha a menor idéia de quem era o Padre Josimo.

A. leu em voz alta o texto e foi contando sua história, compartilhando a identificação que sentiu:

“Desde criança ouve falar de reforma agrária e de latifúndio. Nunca gostou da palavra ‘latifúndio’. Desde pequeno ouve seu pai falando de reforma agrária. No fim da leitura, eu digo: ‘bonito, né?’ e ele diz: “é bonito, mas eu não sou o Padre Josimo”. Diz que não está disposto a morrer por essa causa, porque tem mulher e filhos.

(...) A. ajudou a fundar o “Partido dos Trabalhadores” em Sumaré. Quando tinha 14 anos, socialismo e comunismo eram palavrões. Mas ele procurava nos dicionários e não via nada de ruim associado a essas palavras. Na época, ia à “Congregação Cristã”; ouviu o pastor falar mal do comunismo e dizer aos fiéis que não deviam votar nunca num partido que tivesse bandeira vermelha. Ele nunca mais voltou, saiu de lá irado, pois achava que os partidos de bandeira vermelha eram os que zelavam pelo povo. Diz que sua maior luta sempre foi pela reforma agrária.” (Diário de campo, 20/08/2005).

A idéia de chamar o bairro de “Residencial” veio de A., que achava que este termo impressionava melhor as pessoas do que “Núcleo”, nome sugerido pela Prefeitura.

“Se eu digo que moro num núcleo não tem tanto peso... mas se digo que moro no Residencial Padre Josimo... a pessoa fica imaginando que é um lugar bom, bonito”. (Diário de campo, 20/08/2005).

Finalmente, A. descreve a significação do bairro para ele:

“Muitos vão para a igreja encontrar Deus e um sentido em suas vidas; tudo isso eu encontro aqui, no dia-a-dia entre meus iguais. (...)”

CAPÍTULO I

COMUNIDADE E COTIDIANO COMO CONTEXTOS DE ESTUDO

1.1 Comunidade numa perspectiva psicossocial

Numa perspectiva psicossocial a definição de comunidade indica a existência de relações e interações tanto nas atividades que são realizadas, quanto no que é sentido pelas pessoas. São relações que se constroem pela proximidade (MELLO, 1981; DURKHEIM, 1999; MONTERO, 2004b), na especificidade de um contexto sócio-histórico e cultural onde as pessoas compartilham determinados interesses e necessidades. Ao se reconhecerem como participantes deste processo, as pessoas desenvolvem uma identidade social e constroem a partir dela um senso de comunidade, identificável pelo “nós”. Com isso, Montero (2004b) recorda a afirmação de Heller (1988, apud MONTERO, 2004b) sobre a necessidade de enfocar comunidade como “sentimento”, e não como “lugar”. Esse sentimento é gerado pelo que a autora denominou “o substrato psicossocial da comunidade”: a coesão e a consciência de um “nós”, que vive e compartilha um processo histórico semelhante. A coesão se traduz na solidariedade, na união entre as pessoas frente às circunstâncias diárias, na disposição de colaborar com o outro e com o coletivo em atividades difíceis, nos momentos de perigo ou de necessidades. A consciência do “nós” se dá a partir do reconhecimento de uma “igualdade”, ao serem percebidas condições semelhantes de vida. A autora atribui uma importância fundamental à questão da solidariedade, ao discutir a comunidade no campo da psicossociologia. Suas idéias com relação ao nosso objeto de investigação são, portanto, relevantes.

Assim, este capítulo se concentra mais no campo das interações que são construídas no espaço comunitário – afetos, construções simbólicas e significados, cotidianamente compartilhados, que dão origem ao “sentimento de comunidade” – do que na questão do “lugar” e dos problemas pertinentes ao conceito de comunidade (segundo Sawaia, 1996, “um conceito tão antigo quanto a humanidade”) ¹⁴. Esse foco condiz com o referencial teórico da

¹⁴ Para a familiarização com o debate conceitual de comunidade, sugerimos a leitura do rico texto de Sawaia (1996) “Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade”. A autora discute este conceito de múltiplas facetas mostrando que, embora a sua inserção nos estudos da Psicologia Comunitária tenha por um lado representado “a opção por uma teoria crítica que interpreta o mundo com a intenção de transformá-lo” (Ibidem, p.35), por outro o uso do conceito remete à proposta de uma utopia romântica, do retorno a um tempo passado idealizado, “(...) como arquétipo de situação ideal, que teria ocorrido nos primórdios

Psicologia Comunitária, e nos aproxima dos objetivos de nossa investigação: o estudo psicossocial de práticas solidárias entre os moradores de um mesmo bairro.

Segundo Montero (2004b), para a Psicologia Comunitária importam “os processos psicossociais de opressão, transformação e libertação que se dão nas pessoas que, por conviverem em um certo contexto com características e condições específicas, desenvolvem formas de adaptação ou de resistência e desejam fazer mudanças” (p.198, tradução nossa). Embora concordemos com a autora, acreditamos que os processos de adaptação e resistência se dêem simultaneamente, e não de maneira excludente. Desta forma, podemos entender que as práticas solidárias podem ser vistas tanto como uma forma de adaptação – talvez no sentido de representarem estratégias de sobrevivência – quanto como uma forma de resistência – em relação à cultura do individualismo.

Assim, Montero (2004b, p.207) propõe a seguinte definição:

“uma comunidade é um grupo (seu tamanho pode variar), em constante transformação e evolução, onde a interação interpessoal gera um sentimento de pertencimento e identidade social que faz com que os integrantes tomem consciência de si como grupo e se fortaleçam como unidade e potencialidade social.” (Tradução nossa).

Para a autora, o sentimento de pertencimento e identidade social, e a conseqüente consciência grupal, são os dados que definem uma comunidade enquanto tal, e podemos supor que sejam os mesmos que estão por trás das práticas solidárias; estas podem ser vistas como práticas de unidade e fortalecimento da potencialidade social. Como veremos adiante, essas discussões iniciais sintetizam um certo consenso sobre a comunidade, entre os demais estudos da psicologia social.

Acompanhando a mesma linha de raciocínio, Bolívar (1994, apud WIESENFELD, 1998) define que cada bairro possui características específicas, representando uma determinada realidade social com aspectos culturais e históricos que lhe são próprios. Isto é identificado por Wiesenfeld (1998) ao pesquisar a consolidação de bairros na área metropolitana de Caracas (Venezuela), quando define que a comunidade é algo que emerge

da humanidade e que o homem perdeu” (Op.cit., p.36). Esta idéia de utopia teve influência na psicologia tradicional, que abordava a comunidade enquanto campo consensual, o que está distante do objetivo desta pesquisa. As principais teorias e debates acerca da questão da comunidade podem ser encontrados neste texto, através de teóricos do pensamento social tais como Nisbet, Tönnies, Weber, Simmel, Marx e Freud, entre outros. Outra sugestão de leitura para aprofundamento é a obra do sociólogo Zygmunt Bauman, “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003) que discute a questão da busca da comunidade como busca de um acolhimento prazeroso, tecendo uma crítica sobre a tensão inevitável entre os valores de segurança e liberdade, ou seja, entre comunidade e individualidade.

desta consolidação, ou seja, não vem pronta e não é definida exclusivamente pelas condições físico-estruturais e geográficas do espaço, mas principalmente pelas relações que nele se estabelecem. Podemos pensar, portanto, que a comunidade não é algo estático no tempo e no espaço – visão funcionalista-positivista (GUARESCHI, 1996) –, mas uma construção histórica dinâmica e coletiva, advinda do convívio entre seus habitantes. Ao mesmo tempo, os processos grupais de “pertencer”, “tornar-se membro” e “identificar-se” também são analisados por Wiesenfeld (1998) como aspectos que dão sentido à comunidade e são indissociáveis do desenvolvimento físico desta. Ao longo dos passos de consolidação de um bairro, o último deles, que consiste na formação de um senso de comunidade edificado nas relações grupais, é considerado pela autora como parte essencial de um processo que possibilita resistência e construção de estratégias para lidar com ameaças. Romper o isolamento, e a preocupação exclusiva com a vida da própria família, começa quando se percebe que a satisfação das necessidades individuais depende das práticas sociais e estas “suscitam encontros, intercâmbios, negociações com outros que compartilham a mesma carência” (Idem, p.44, tradução nossa).

De maneira semelhante, Prado (1994) associa à comunidade um sentido de “processo” e convivência; de relações (enquanto articulação das igualdades e diferenças) que estão sendo construídas com base em valores compartilhados por seus membros. Neste processo, o autor identificou que existe um fortalecimento de valores solidários a partir de um reconhecimento de condições comuns de carência.

No curso de tais contatos e trocas, mecanismos de ação são criados, e fica cada vez mais claro que o sucesso das mobilizações está ligado à dependência uns dos outros e à união entre eles, que é chamada por Wiesenfeld (1998) de rede social. Com isso, a autora enfatiza que a formação de um grupo a partir da consolidação do bairro, representa uma construção que é social e psicológica também. O medo, sentimento constante no início, transforma-se aos poucos em postura de enfrentamento, que é a base para o planejamento de ações coletivas, de metas que ultrapassam a esfera do privado. Quando estas ações tornam-se reivindicações frente à esfera governamental, revela-se uma evolução que se dá pela passagem da “consciência da necessidade” à “consciência do direito”, ou seja, há uma mudança de entendimento e se passa: “(da) moradia como refúgio à moradia como lugar, da busca de sobrevivência à luta para melhorar a qualidade de vida.” (Ibidem, p.45., tradução nossa). No entanto, vale lembrar que a mudança é um movimento de construção dialético e, portanto,

discordamos que possa ser representado “pela passagem” definitiva de um estado para outro. Ambos os estados de consciência coincidem e coexistem no tempo e no espaço.

Assim, a comunidade emerge não só de aspectos físico-estruturais mas também das relações que se estabelecem neste espaço. A teia de relacionamentos num bairro é criada a partir do reconhecimento de que precisamos do outro para conseguirmos viver. E é a partir desses contatos com outros que compartilham das mesmas carências, que valores solidários são reforçados e estratégias de proteção, enfrentamento e reivindicação são criadas.

Segundo Montero (2000), é neste contexto que a psicologia social comunitária se situa: “A psicologia social comunitária se dá em um mundo relacional. Seu objeto versa sobre formas específicas de relação, entre pessoas unidas por laços de identidade construídos em relações historicamente estabelecidas, que por sua vez constroem e delimitam um campo: a comunidade.” (MONTERO, 2000, p.79, tradução nossa).

Como estamos vendo, um aspecto intrínseco que parece essencial, ao abordar a comunidade, é o das relações humanas. Estas aparecem como uma dimensão coexistente com o desenvolvimento do espaço físico, que atribui significado e sentido à convivência (WIESENFELD,1998). Com isso, a definição de comunidade passa necessariamente pelo conceito de relação. Para Guareschi (1996), é claramente a existência de relações sociais que determina um grupo ou comunidade¹⁵. Como este estudo se baseia em práticas solidárias que emergem de relações cotidianas (leia-se históricas, e portanto, culturais) num determinado espaço, tentaremos compreender a questão da relação humana e de que tipo de relações seriam promotoras de tais práticas.

Quando falamos em relação, sugerimos a existência de um outro. Ao compreendermos a pessoa em si como relação, supomos um outro como parte essencial, integrante da essência deste ser em si: “Relação existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência” (Ibidem, p.83). Desta forma, não podemos excluir da compreensão de relação a concepção de homem que temos. O autor destaca três idéias principais: a da filosofia liberal, de homem enquanto ser auto-suficiente, isolado dos outros, “sempre em competição para poder sobreviver” (Op.Cit, p.96); a adotada pelos regimes totalitários, que enxergam as pessoas como partes de um todo uniforme, onde não há espaço para singularidades; e a de homem enquanto relação, uma visão dialética da subjetividade que, embora singular, não

¹⁵ Neste texto, por se tratar de relações, o autor trabalha com um conceito amplo de grupo, incluindo neste o de comunidade. No entanto optamos por continuar trabalhando especificamente com o conceito de comunidade, contexto de nosso estudo.

exclui a participação constante dos outros em sua composição¹⁶. Tendo em vista que uma comunidade se constitui no momento em que relações entre seus moradores começam a existir – caso contrário o que existiria seria um aglomerado ou agrupamento de pessoas –, o que eles possuem em comum é a própria relação. “Relativo”, lembra o autor, é o que nunca está pronto ou acabado, logo, a compreensão de uma comunidade nunca será completa, acompanhará sempre o ritmo e as formas dinâmicas das relações.

Finalmente, para Guareschi (1996; 2004) a concepção de homem enquanto relação é a única que pode dar sentido às relações comunitárias e, conseqüentemente, à solidariedade na prática. Para ele, práticas comunitárias vêm de relações pautadas em igualdade e participação democrática, onde as pessoas podem manter sua individualidade ao mesmo tempo que reconhecem a necessidade do outro “para sua plena realização.” (Idem, 1996, p.96).

Ainda pensando nas relações, a consideração de sentimentos e afetos é o que distingue comunidade de sociedade (GUARESCHI, 2004). A comunidade seria, desta forma, a provedora de relações afetuosas e estaria também relacionada a um tipo de vida onde “as pessoas são reconhecidas como ‘sujeitos’ que participam, com subjetividade própria (...). Tal dimensão é fundamental para que o ser humano possa se realizar como ‘ser político’(...)” (Ibidem, p.57). Num raciocínio semelhante, Rabinovich (2004) afirma que o sentimento de comunidade propiciado pela convivência e familiaridade é obtido através das redes de sociabilidade: vizinhança, parentesco, compadrio. Este sentimento se contrapõe ao “anonimato” vivido nas grandes cidades.

Prosseguindo nesta concepção de comunidade enquanto campo relacional – e conseqüentemente formador de laços de identidade –, e da importância da qualidade dessas relações para mobilizações coletivas, temos a pesquisa de Prado (1994) sobre a constituição de valores comunitários. Aprofundando a questão, o pesquisador se utiliza da teoria de Agnes Heller para uma concepção do “comunitário”: um valor que pode ser criado nas relações interpessoais além da socialização característica do cotidiano, dando origem ao que ele chama de “espaço de realização do humano” (Ibidem, p.177). Este espaço de humanização implica a materialização de valores – igualdade, reciprocidade, objetivação e liberdade – que permitem ao homem se colocar enquanto entidade individual, e só podem ser desenvolvidos através de um processo de conscientização. Com isso, o autor faz uma crítica às teorias que associam a idéia de “vida comunitária” ao bairro pobre, como se valores comunitários já estivessem

¹⁶ Guareschi (2004) define singularidade como a propriedade que nos torna “um”, no sentido de únicos, e subjetividade como um resultado do encontro desta singularidade com o outro, ou seja, “o ‘conteúdo’ dessas relações”(p.54).

automaticamente consolidados em tais bairros através de práticas de solidariedade e justiça. Para ele, este é um idealismo que obscurece as contradições vividas no cotidiano, que muitas vezes revelam somente a reprodução de um modo de vida isolado e individualista. Esta crítica reforça a idéia de que comunidade não se resume a uma delimitação espacial e não é, da mesma forma, determinada por ela – não basta ser um bairro pobre para que hajam práticas solidárias desenvolvidas –, mas sim por uma dimensão processual, relacional e valorativa (HELLER, 1972; WIESENFELD, 1998; CARNEIRO, 1988).

Em Arcoverde (1984, apud WANDERLEY, 1993), encontramos também semelhança na definição de comunidade que estamos adotando. A autora identificou duas correntes epistemológicas principais no Serviço Social sobre comunidade: “uma de orientação estrutural-funcionalista, em que a noção de estrutura constitui o ponto central para a definição de comunidade; e outra de orientação histórico-estrutural, em que prevalece a noção de processo, tratando-se de uma ‘abordagem progressista, podendo ser considerada um avanço teórico’” (Ibidem, p.150). Esta segunda perspectiva, defendida pela autora, coincide com a idéia que escolhemos trabalhar aqui: assumimos a comunidade como processo histórico, a partir do qual se constitui a identidade de um coletivo específico, que por sua vez, influencia suas ações. Vale dizer que desta forma, como afirma Wanderley (1993), Arcoverde se insere na matriz analítica crítica, pois no Serviço Social o conceito de comunidade é definido sob a influência da ideologia dominante – a estrutural-funcionalista – que associa à comunidade aspectos que são comuns aos bairros pobres, ou seja, sugere a existência de uma uniformidade advinda de condições materiais, em detrimento de determinantes histórico-culturais locais. Nesta abordagem crítica, o coletivo é percebido como conteúdo de uma comunidade, e não o comum entre seus moradores. Com isso, as ações deste coletivo não são pensadas como espontâneas, mas como produto de ação organizada, decorrente de interesses percebidos como comuns, numa situação de classe.

Esta visão contribui para a compreensão do fenômeno que estudamos. As práticas solidárias – e outras – se parecem com “ações espontâneas” quando consideradas na sua expressão imediata, e não como advindas de uma organização coletiva. Ao tratá-las como ações espontâneas¹⁷, caímos numa visão ideológica – semelhante à estrutural-funcionalista trazida por Arcoverde (apud WANDERLEY, 1993) e à crítica de Prado (1994) –, que não concebe contexto histórico e cultura. Se estamos considerando processo histórico, estamos

¹⁷ Em Gramsci (Apud LANE e SAWAIA, 1988) o “espontâneo” também aparece como fruto da estrutura ideológica hegemônica, através da expressão “consentimento espontâneo”. Ou seja, o significado de espontâneo como ideológico é mantido.

considerando que não existem ações espontâneas; as ações são sempre produzidas dentro de um contexto, advindas de um processo. Neste sentido, é por isso que Heller (1972; 1991) fala da ruptura do cotidiano como caminho de desenvolver consciência: enquanto a forma de estruturação do cotidiano não é questionada, enquanto não se percebe que ela não é natural (“espontânea”), não se percebe que existem determinantes historicamente construídos, e, conseqüentemente, não se desenvolve a capacidade de interferir no presente e mudar o futuro. O mesmo afirma Guareschi (1996) sobre a concepção funcionalista-positivista, que vê grupos e comunidades como estáticos: “as possibilidades de ver que são possíveis mudanças ficam veladas, diminuídas.” (p.87). Logo, se adotarmos essa postura, iremos contradizer o próprio referencial de pesquisa da Psicologia Comunitária Latino-americana, para o qual o homem é um sujeito ativo, capaz de controlar sua vida e destino. (FREITAS, 1986; LANE e SAWAIA, 1988; MONTERO, 1990; MONTERO, 1994; CAMPOS, 1996; MONTERO, 2000).

1.2 O olhar sobre a vida cotidiana e a valorização de saberes

Desta forma, para Heller (1991) a vida cotidiana é um conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares¹⁸, e como conseqüência a reprodução social do concreto. Ao mesmo tempo, tem-se que o cotidiano não se reduz a uma instância de alienação, mas possui forças contraditórias, tal como o homem particular e individual. Este processo se dá da seguinte forma:

“Todo homem ao nascer se encontra em um mundo já existente, independentemente dele. (...). Antes de tudo, deve aprender a ‘usar’ as coisas, apropriar-se dos sistemas de usos e dos sistemas de expectativas, isto é, deve conservar-se exatamente no modo necessário e possível em uma época determinada, no âmbito de um estrato social dado. Por conseguinte, a

¹⁸ “Homem particular” é uma categoria utilizada por Heller (1991), que se refere ao homem enquanto ser singular, possuidor de características próprias que, embora sejam reconhecidas como naturais ou inatas, são, por definição, sempre sociais: “O homem como ente natural particular é um produto do desenvolvimento social”. (p.35, tradução nossa). No entanto, Heller distingue duas dimensões da natureza do homem particular: particularidade e individualidade. Ambas coexistem no indivíduo, no sentido de que não é possível “separar rigidamente o homem particular do homem individual” (p.49, tradução nossa). A particularidade refere-se às atitudes de resposta – adaptação ou alienação – às exigências da vida cotidiana estruturada. Segundo a autora: “Defender minha particularidade não significa, evidentemente, defender somente minhas motivações particulares (...), mas também a totalidade do sistema que está construído em cima disto.” (p.47, tradução nossa). A distinção entre ambas as dimensões reside basicamente no fato da autora ter associado à particularidade a idéia de alienação: “(...) o desenvolvimento pleno da essência do homem caminha ao lado da desessencialização do particular. Por conseguinte, neste processo, a alienação é o que alimenta a particularidade (...)” (p.48, tradução nossa). Dessa forma, a individualidade é o desenvolvimento nunca acabado, é o processo do contínuo devir humano, e portanto, “um processo de superação da particularidade é o processo de síntese através do qual o indivíduo se realiza.” (p.49, tradução nossa).

reprodução do homem particular é sempre reprodução de um homem histórico, de um particular em um mundo concreto.” (HELLER, 1991, p.22, tradução nossa).

Da mesma maneira, no pensamento de Marx (1976, p.66): “O modo de produção da vida material condiciona de forma geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, pelo contrário, a sua existência social que determina a consciência”, isto é: somente através de rupturas do cotidiano – espaço de reprodução – pode o homem compreender (conscientizar-se) das origens de seus atos e pensamentos e modificá-los.

Para Heller (1991), o homem se objetiva na vida cotidiana, e esta objetivação está estritamente relacionada com a produção de seu ambiente imediato – seu mundo: ambos, homem e mundo, constituem-se mutuamente. Ao exemplificar que “o âmbito cotidiano de um rei não é o reino, e sim a corte” (p.25), ela afirma que o seu mundo se resume, de início, a este ambiente imediato. A partir disso, podemos dizer que romper com o cotidiano estruturado – atividade necessária para adquirir consciência de determinantes históricos e desnaturalizar a realidade – é justamente ir além do que o ambiente imediato oferece. Paradoxalmente, a autora reconhece que a capacidade para fazer isso é adquirida no cotidiano:

“Todas as capacidades fundamentais, os afetos e os modos básicos de comportamento com os quais transcendo meu ambiente e que remeto ao mundo ‘inteiro’ ao meu alcance, objetivando-os nesse mundo, são na realidade coisas das quais me aproprio no curso da vida cotidiana. (...). Portanto, não se trata só de que a ação exercida em meu ambiente continue repercutindo de modo imperceptível e invisível, senão também de que eu mesmo, sem as capacidades das quais me apropriei nesse ambiente, sem minhas objetivações ambientais, seja incapaz de objetivar de forma mais elevada minhas capacidades humanas. *A vida cotidiana é mediadora do não-cotidiano, e também a sua escola preparatória.* (...) Na vida cotidiana, a atividade com que ‘formamos o mundo’, e aquela com a qual ‘formamos a nós mesmos’, coincidem.” (Idem, p.25, grifos da autora, tradução nossa).

Numa perspectiva dialética, tal afirmação coincide com a possibilidade de se considerar a superestrutura “como portadora da possibilidade de reprodução da dominação, mas também da sua negação, portadora, portanto, do germe da transformação.” (LANE e SAWAIA, 1988, p.30)

Portanto, embora o cotidiano seja enxergado como contexto de reprodução alienada¹⁹, é nele que são aprendidas as habilidades que levam o indivíduo a superá-lo. Desta forma, podemos pensar que práticas solidárias cotidianas – fenômeno em estudo nesta pesquisa – não são necessariamente ações conscientes de natureza emancipatória e transformadora, mas podem ser vistas como mediadoras deste processo (sem descartar a hipótese de que podem também ser conscientes – através do desenvolvimento de individualidades. Como a própria autora afirma, não se pode separar homem particular de homem individual, por isso pode ser difícil identificar se uma ação é produto de um processo de libertação ou de reprodução).

Acreditamos que é a partir desta idéia de mediação trazida por Heller (1991), na citação acima, que os interventores sociais buscam junto com a população estudada, no concreto do cotidiano vivido, as formas de superação (conscientização) e desenvolvimento da individualidade propostas pela autora.

Para alguns autores o viver cotidiano (de carência, sofrimento, submissão, conformismo) é um importante obstáculo à politização do sujeito – mas, apesar disso, os sujeitos têm a oportunidade de romper com alguns dos mecanismos de submissão e viver, no movimento social, experiências coletivas que são pedagógicas, já que criam possibilidades de vivenciar outras formas de enfrentar os problemas e conhecer o sistema político, através de contatos com membros das elites políticas.

Além disso, a importância de um estudo atento do cotidiano está em abordá-lo como expressão de historicidade, através da qual processos culturais possam ser compreendidos. Talvez por isso, a valorização do estudo do cotidiano está presente em quase toda pesquisa que vise a construção de uma ciência a partir de saberes populares. Por exemplo: na *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1983) afirma que uma educação libertadora se faz a partir da experiência concreta do educando com aquilo que faz parte de sua vida cotidiana, com aquilo que tem sentido para ele. Assim, é a partir do cotidiano que uma perspectiva de emancipação é construída.

Para Prado (1994), tomar o bairro como campo de pesquisa implica em privilegiar o estudo do cotidiano, considerando os múltiplos aspectos coexistentes num mesmo espaço de convivência: religiosos, políticos, econômicos, culturais, sociais, etc. Da mesma forma, Carneiro (1988) afirma que a comunidade é o espaço de manifestação da vida cotidiana; constitui-se numa organização complexa, que promove em seu cotidiano o encontro de motivações pessoais com coletivas e revela todos os aspectos intrínsecos de um processo de

¹⁹ Alienação no sentido marxista: inconsciência do processo total de produção (seja material, social ou política).

construção social, tais como a natureza das relações estabelecidas neste espaço. Heller (1972) mais uma vez contribui para esta compreensão, quando afirma que “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. (p.17).

1.3 Cultura: entre a história e a recriação de novas práticas

Considerando os aspectos de comunidade até aqui levantados – que conduzem a uma compreensão de comunidade enquanto campo relacional, dinâmico e historicamente construído –, e nossos objetivos de compreender práticas num modo de vida cotidiano, numa realidade específica, podemos dizer que este é um estudo que trata de cultura. Oliveira (2001) afirma a importância de valorizar aspectos que compõem o cotidiano para compreensão da cultura. Desta forma, ao considerar a relação íntima entre cotidiano e cultura, esta não se trata de “(...) experiências feitas nas névoas do passado, externamente ao processo de construção social da história das pessoas (...)” (BRANDÃO,1995,p.85), mas sim do meio pelo qual os grupos organizam normas sociais que regulam a conduta das diferentes pessoas. Segundo o autor, a elaboração dessas regras é o que dá sentido às experiências, traduzindo-se “(...) nos sistemas de crenças, valores, visões do mundo e identidade social, étnica, sexual, profissional etc.” (Ibidem, mesma página). Assim, a cultura consiste num conjunto de símbolos e significados que orientam e possibilitam às pessoas a construção e elaboração da vida social. Para Brandão (1995), este processo se desenvolve concomitantemente com a formação da identidade social, a qual se dá na medida em que os vários grupos sociais existentes se diferenciam.

Neste sentido, Paiva (1998) faz uma contribuição importante ao definir que existe um entrelaçamento entre cultura, história e a forma de relacionar-se com o outro. Para a autora, é o tipo de interação entre as pessoas que cria o ambiente no qual elas convivem e determina o tipo de relação que elas estabelecem com o mundo.

Para Campos (1996), o conceito de cultura remete a um conjunto de significados, construídos e compartilhados coletivamente, que exerce influência sobre as atividades dos sujeitos. Embora concorde que tais significados possuam origens radicadas na tradição e história do grupo, atenta para o fato de que cultura também se trata de um processo dialético, de recriação de novas práticas e, conseqüentemente, de novos significados.

Considerando a abordagem de Agnes Heller sobre os determinantes históricos no cotidiano, costumamos a idéia de que nenhuma ação é espontânea, mas sempre produto de um processo histórico. Desta forma, podemos dizer que as ações são pensadas e construídas num âmbito cultural.

Cultura vem do latim *colere*, que significa “colher”, “cultivar”; daí a origem do termo para o plantio: cultura de arroz, de soja, etc. (GUARESCHI, 2004). Daí tiramos também um conceito de cultura como algo que é coletivamente construído, só se mantendo durante o seu tempo de cultivo. Para Paulo Freire (Apud Guareschi, 2004) e Alfredo Bosi (Apud Oliveira, 2001), cultura consiste em toda atividade e produção do homem, como fruto de um trabalho e enquanto ação transformadora que envolva simultaneamente o agir e o pensar. De acordo com estes autores, temos então uma definição de cultura como ação reflexiva e criativa do homem sobre o mundo.

A criação simbólica é parte constitutiva desta ação e deste cultivo, sendo o que atribui, ao lado dos significados, sentidos às produções, os quais, por sua vez, possuem referenciais e códigos específicos (GUARESCHI, 2004). Com isso, podemos estabelecer um paralelo com as questões locais e a especificidade de cada comunidade. Para compreender uma cultura é imprescindível entender o referencial simbólico desta, que se constitui a partir das relações humanas e faz com que “um objeto (possa) significar coisas absolutamente diferentes para duas comunidades humanas distintas.” (Ibidem, p.99). Ou seja, a cultura se expressa através de manifestações simbólicas, do significado que as pessoas atribuem às suas relações consigo, entre si e com o mundo. (Chauí apud Oliveira, 2001, p.20).

Desta maneira, a comunidade abriga suas tradições e desenvolve uma cultura que se revela em seus hábitos e práticas cotidianas. As práticas de solidariedade fazem parte deste dia-a-dia, juntamente com as práticas de individualismo e exclusão. Oliveira (2001) lembra que os diferentes significados e suas manifestações são muitas vezes antagônicos. O que acontece é que uma coisa não exclui necessariamente a outra, e o objetivo deste trabalho é dar valor às práticas solidárias enquanto culturas criadas por um coletivo específico numa época desfavorável, durante a qual foram geradas como respostas afirmativas de rejeição a uma situação de discriminação sofrida.

1.4 Cultura popular e desenraizamento

De acordo com Bosi (1992b), toda cultura (popular ou erudita) tem capacidade de resistência. Para a autora isso quer dizer uma diferença, ou, como estamos chamando, uma especificidade, que tem uma história e um ritmo próprios, um “modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo.” (BOSI, 1992 a, p.10).

Um aspecto que temos observado nas entrevistas já realizadas, e que serve de exemplo da divergência de referenciais simbólicos, é o significado de solidariedade. Embora muitos compartilhem cotidianamente de práticas que estamos chamando aqui de solidárias – quer dizer, para *nós*, de acordo com o *nosso* referencial, são solidárias –, alguns são enfáticos ao dizerem que no bairro não existe solidariedade. O que seria então solidariedade? Temos percebido através das respostas que embora solidariedade esteja relacionada com “ajuda”, para eles vai mais além, trata-se de algo mais intenso (ou afetivo, talvez) do que é vivido por eles²⁰. Conforme discutiremos na parte das análises, as experiências de troca e apoio mútuo que compõem o cotidiano dessas pessoas são consideradas “obrigações”, isto é, regras de conduta, de sociabilidade, que estão enraizadas no dia-a-dia. A isso se deve a importância deste capítulo: não temos como compreender as regras (origens, significados e conceitos) que são estabelecidas por um coletivo específico, se não as compreendermos enquanto construção cultural.

Tendo em vista o fato do termo “solidariedade” ter se revelado como estranho, ou esvaziado de sentido, para os sujeitos desta pesquisa – tal “choque” de conceitos é comum em pesquisas de campo –, usamos nas entrevistas a palavra “ajuda”. Mas percebemos que este não é um termo completo, que corresponda exatamente ao que estamos chamando de solidariedade; existem manifestações que não são propriamente de ajuda, relacionando-se mais com gentilezas que talvez possam ser melhor compreendidas como regras de sociabilidade. A título de exemplo, houve um dia que eu estava conversando no quintal de um morador, e ele comentou a situação difícil pela qual a sua vizinha estava passando: o marido estava internado por causa de um tumor cerebral, e ela, com dois filhos para criar, não tinha conseguido aposentadoria. Pouco tempo depois, essa mesma vizinha estendeu por cima da cerca que separa os terrenos deles uma garrafa de café fresco, dizendo: “passei este café para você oferecer para sua visita”. Quer dizer, não era uma típica situação de ajuda. A vizinha,

²⁰ No dia em que o projeto desta pesquisa foi apresentado numa assembléia da associação, um morador disse que “solidariedade é amor”, que “sem amor, ela não existe”.

que estava passando por mais dificuldades que ele, ofereceu um café ao perceber que estávamos tomando água. Estas idas a campo fizeram com que desistíssemos de trabalhar nas entrevistas diretamente com a questão da “solidariedade” e alterássemos nosso roteiro, permitindo que tais expressões partissem deles e pedindo apenas que nos falassem sobre o seu dia-a-dia no bairro.²¹

Refletindo sobre a questão das raízes culturais, elas aparentemente não se manifestam nas grandes cidades, lugares onde as populações acompanham as inovações tecnológicas e recriam formas “modernas” de vida, associando freqüentemente cultura à aquisição de conhecimentos eruditos. Com isso, parece que a responsabilidade de preservar as raízes culturais recai sobre as camadas populares, já que, por não possuírem as mesmas oportunidades de acesso ao “crítico” ou ao “erudito”, só lhes resta recorrer à mídia ou a seus ancestrais. Para Brandão (1995), “até meados de nosso século, a cultura popular esteve associada às tradições rústicas do povo, em especial no mundo rural. Um sentido político mais agudo raramente foi atribuído a este conceito europeu que, não raro, confundia-se com o de *folclore*” (p.135).

Segundo Weil (Apud Bosi, 1992b, p.16), raízes culturais se formam a partir da “(...) participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.” A partir disso Bosi (1992b) propõe que se discuta, em associação com a cultura popular, a questão da migração e do desenraizamento:

“*Como pensar em cultura popular num país de migrantes? O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada ‘código restrito’ pelos lingüistas; seu jeito de viver, ‘carência cultural’; sua religião, credence ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão.*” (Ibidem, p.17)

Desta forma, a autora sugere o “renascimento” como o caminho que daria novamente sentido à cultura popular, e mais adiante completa este pensamento, dando ênfase às práticas de solidariedade:

²¹ A banca do exame de qualificação contribuiu bastante para essas alterações do roteiro, sugerindo que trabalhássemos levantando dados sobre a convivência e o dia-a-dia no bairro, o que possibilitou entrarmos em contato com os vários significados atribuídos à questão da solidariedade.

“Os valores antigos, religiosos, artísticos, morais, lúdicos, que o capitalismo encontra, são consumidos até o osso e transformados em mercadoria para turismo, propaganda para TV... São rebaixados a objetos de curiosidade do espectador urbano. Como poderia tal tradição desgastada ser o amparo dos que foram despojados do seu único saber? Só laços comunitários nascidos a despeito dessas relações, só uma práxis de solidariedade entre os espoliados, poderia criar novos valores.” (Op.Cit, p24).

Com isso, Bosi (1992b) traz à tona a questão da solidariedade entre os que compartilham a condição comum do desenraizamento. Na análise da autora, a formação deste laço, fundado na práxis, viria como forma de reconstrução e recriação do novo. Não se trata de trazer o antigo – porque “suas raízes já foram arrancadas”, ou seja, trata-se de um momento espaço-temporal que não corresponde a hoje – mas de unir-se para criar o novo, no tempo-espaço atual. Como afirma Bosi (1992 a.p.11), “O tempo da cultura popular é cíclico (...). O seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor.” Acreditamos que de certa forma a solidariedade esteja sendo compreendida como um elemento cultural de resistência que, embora esteja à disposição do novo, reconhece os determinantes históricos de tal tipo de associação entre as pessoas.

Analisando a riqueza da formação dos laços e práticas solidárias como constituintes da vida diária, Brandão (1995, p.13) retrata que

“nos espaços internos de seus mundos de vida e trabalho, os sujeitos, os grupos e as comunidades cujas culturas constituímos de fora como “populares”, não são bricolagens, nem fragmentos independentes. São estruturas muito complexas de relacionamentos. (...) São conjuntos de trocas de bens entre formas de serviços regidos por princípios de direitos e deveres, são (...) misturas de almas através de coisas e de coisas através de almas.”

Não se baseando apenas numa questão de ordem prática e econômica, as trocas aparecem como uma construção cultural cotidiana (uma negociação), que por trás da matéria, revela a “alma”.

CAPÍTULO II

SOLIDARIEDADE

Dado que o objetivo desta pesquisa é compreender a natureza psicossocial das ações solidárias entre os moradores de um bairro popular, há necessidade de definir o que estamos chamando de “solidariedade”, ou seja, como este conceito está sendo abordado neste estudo. Portanto, faremos uma revisão dos significados trazidos nas diversas literaturas pesquisadas, e a partir daí procuraremos identificar algumas categorias que possam contribuir para a análise das práticas solidárias enquanto fenômeno psicossocial.

Como veremos adiante, a maior parte dos estudos encontrados tratam como sinônimo de solidariedade as práticas de cooperação, ajuda ou apoio mútuos, sem se aprofundarem muito nos aspectos subjetivos que estão por trás disso. Concordamos que estas práticas entre vizinhos (objeto de nosso estudo), assim como a organização de alguns movimentos sociais, freqüentemente representam uma manifestação deste fenômeno. Mas propomos que, através de uma análise psicossocial, cheguemos a novas interpretações e significados de tais práticas.

Acreditamos que esta análise é de suma importância hoje, exatamente por se tratar de um conceito que é pauta do dia nos movimentos sociais, na propagação da economia solidária, em projetos sociais propostos pelo terceiro setor, etc. A discussão aqui proposta poderá contribuir tanto para a fundamentação de pesquisas, quanto para o planejamento de projetos sociais preocupados em desenvolver valores e ética, opostos à lógica competitiva do “cada um por si”.

2.1 Reflexões em torno do conceito de solidariedade

De acordo com Assmann e Sung (2000), solidariedade é uma palavra de diversos significados muitas vezes divergentes entre si, e isso se deve ao fato de ser “um discurso que flutua por diversos campos do sentido” (p.35). Afirmam que embora os sentidos da solidariedade tenham sido bastante explorados (passando por Habermas e Durkheim, até o uso feito por diversas organizações sociais e políticas), existem ainda lacunas não preenchidas e aspectos pouco aprofundados.

Pretendemos com este capítulo apresentar algumas discussões da ciência em torno do conceito e dos diferentes significados ou sentidos em que ele é empregado, com a intenção de

considerar a construção histórica do conceito e os aspectos ideológicos e psicossociais que ele envolve.

2.1.1 A teoria da coesão social de Durkheim

Émile Durkheim é tido como o primeiro a trabalhar com o conceito de solidariedade nas ciências sociais. Segundo Assmann e Sung (2000), Comte já havia usado o termo, mas é Durkheim que o evoca transformando-o no princípio básico da sua teoria de coesão social. Conscientes da complexidade de seu estudo e do tempo limitado para o desenvolvimento desta dissertação, fizemos apenas um recorte de algumas das suas contribuições, sendo inevitável o apoio de outros intérpretes.

Influenciado pelo positivismo de Comte, Durkheim (1999) se deteve no estudo da solidariedade social, acreditando que o “estado interno” do qual ela se deriva – um fenômeno totalmente moral – seria inatingível para o conhecimento científico. Tal como outros cientistas da época (viveu de 1858 a 1917), ele equiparava as ciências sociais às naturais, achando que, para melhor determinar a natureza de um fenômeno, a ciência deveria se basear em manifestações objetivas, já que estas eram mais passíveis de medição e observação exata. Nesse contexto, eles partiam do princípio de que um fato social só poderia ser bem conhecido através de seus efeitos sociais.

Para isso, havia a necessidade de substituição do fato interno por um externo que o simbolizasse, pois assim o primeiro poderia ser estudado através do segundo. O fato externo eleito pelo cientista como símbolo visível da solidariedade social foi o Direito (DURKHEIM, 1999). Esta concepção de ciência explica a maneira de realização do estudo do cientista: partindo do princípio de que o Direito reproduz as formas principais da solidariedade, ele classificou as diferentes espécies de Direito para descobrir os diferentes tipos de solidariedade social correspondentes a elas.

Para compreendermos melhor a escolha do Direito como instância representativa máxima da solidariedade social, vale lembrar que, ao lado de outros positivistas do final do século XIX, Durkheim acreditava que o avanço da ciência, a modernização do Direito e a crescente industrialização, levariam ao progresso. (ASSMANN e SUNG, 2000). Isso se devia ao fato de haver, nos fins do século XIX, um estado de desordem jurídica e moral onde valia a “lei do mais forte”, no qual as leis intervinham para proteger os interesses comuns. Segundo

Oliveira (2003 ,p.128), a “ (...) legislação significava o zelo pelo cumprimento das convenções coletivas, neutralizando o poder do arbítrio e do individualismo.”

Para o autor, quando a solidariedade é forte, as pessoas se sentem fortemente inclinadas umas para as outras, e, por estarem freqüentemente em contato, multiplicam as ocasiões que têm de se relacionar. O autor afirma que é difícil dizer se a solidariedade produz esses fenômenos ou é resultado deles, mas que, seja como for, os dois aspectos estão relacionados e têm uma correlação positiva entre si: quanto mais as pessoas de uma sociedade são solidárias, mais mantêm relações diversas umas com as outras ou com o grupo na sua acepção coletiva, e se os seus encontros fossem raros, elas só dependeriam umas das outras de maneira intermitente e fraca. (DURKHEIM, 1999)

Embora possam haver divergências entre o nosso referencial teórico e a perspectiva positivista de um estudo distanciado, neutro e objetivo, a afirmação acima acrescenta um ponto interessante que acreditamos que possa se aplicar ao nosso estudo: a relação que Durkheim (1999) estabelece entre solidariedade e freqüência de contatos entre as pessoas. Abriremos um parêntese para uma breve análise. Podemos constatar que os bairros populares são freqüentemente descritos como espaços de “alta sociabilidade”, “mais humanos e solidários” (WIESENFELD, 1998; RIPPER, 2004), ao lado das características de escassez de recursos e alto índice de criminalidade. Não é difícil observar que os moradores de tais bairros geralmente se encontram com mais freqüência do que aqueles dos bairros das classes altas, o que se dá por diversos fatores. A quase inexistência de veículos particulares, por exemplo, é algo a se considerar, pois para sair as pessoas têm que caminhar pelas ruas, esperar o ônibus no ponto junto com as outras, dividir o mesmo transporte e, muitas vezes, o mesmo banco. Outro fator que pode contribuir é a frágil demarcação dos espaços privados que separam as casas, tanto umas das outras como da rua. Este foi um dos fatores observado por Mello (1981), em sua pesquisa na Vila Helena: “(...) as conversas de quintal para quintal e a contigüidade dos barracos impedem qualquer sentimento de solidão.(...)” (p.73). E por último, o fator mais significativo, talvez: as condições materiais de vida nos bairros em questão suscitam relações e encontros freqüentes (fator esse também analisado por Lomnitz (1985), no seu estudo sobre as estratégias de sobrevivência dos marginalizados). Neste sentido, a pesquisadora descreve condições de dependência mútua que regem a vida na Vila, remetendos à consideração de Durkheim (1999) acerca da solidariedade:

“Há uma troca permanente de serviços nas famílias, um apoio de todas as horas e para todos os problemas. Esses serviços têm grande

importância porque permitem enfrentar as épocas de escassez, de doença, de maternidade, de desemprego que todos conhecem. E não só a família, mesmo no sentido amplo em que está sendo considerada, presta serviços: a relação de vizinhança também é importante. Há um modo permanente de estar próximo, de estar em contato quase físico, ao alcance da voz, de trocar informações e serviços, ou, simplesmente, chegar e contar um caso acontecido, pedir uma opinião, um objeto emprestado.” (Mello, 1981, p.105).

Retornando ao pensamento de Durkheim (1999), o autor justifica a partir deste aspecto – a frequência de contatos e a solidariedade –, que a vida social tenda a se organizar. O Direito foi privilegiado pelo seu estudo por representar, para ele, a organização social no seu aspecto mais estável e preciso – condição fundamental para os anseios de objetividade e exatidão da ciência positivista. O autor explica que a vida jurídica acompanha a vida social em termos temporais e proporcionais, e que por isso poderiam ser encontradas refletidas no direito as variedades essenciais da solidariedade social. Vale dizer que, para o método científico utilizado, os tipos de solidariedade social que os costumes manifestavam eram tidos apenas como secundários: o Direito estaria encarregado de reproduzir os tipos essenciais e, portanto, aqueles que mereciam ser estudados.

Outra contribuição importante de Durkheim (1999), consiste em sua afirmação de que as características específicas da solidariedade estão relacionadas com a natureza do grupo cuja unidade ela assegura, motivo pelo qual ela varia de acordo com os tipos dos grupos (a solidariedade do grupo familiar não é a mesma das sociedades políticas ou, poderíamos acrescentar, dos bairros populares). Segundo o autor, essas diferenças são advindas de causas sociais e só poderiam ser apreendidas através das diferenças que os efeitos sociais da solidariedade apresentam. Neste sentido, poderíamos deduzir que as práticas de ajuda mútua e troca de favores, tão comuns e observáveis nos bairros populares, expressariam o efeito de um tipo de solidariedade: a que ocorre entre um grupo de vizinhos, cujas características pretendemos descrever.

Se os efeitos não fossem considerados, as variedades de solidariedade não poderiam ser identificadas, e só se perceberia o que é comum a todas: “(...) a tendência geral à sociabilidade, que é sempre e em toda parte a mesma”.(Ibidem, p.34). Para ele, a sociabilidade não passa de uma abstração que só pode ser concretamente definida a partir das formas particulares de solidariedade (a familiar, a profissional, a nacional, etc.). Essa consideração do autor justifica o cuidado que estamos querendo tomar com as generalizações: ora, se para cada grupo existem características específicas de solidariedade, não temos a

pretensão de achar que esta pesquisa aborda uma discussão de solidariedade na sua acepção universal. Trata-se apenas de uma abordagem relativa ao modo de vida de um bairro popular.

Em síntese, Durkheim (1999) distingue dois tipos principais de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A título de uma melhor compreensão de seu pensamento, vale lembrar o contexto histórico no qual o autor viveu: França, final do século XIX, industrialização em franca expansão.

Segundo Assmann e Sung (2000), “Durkheim projetou verdadeiro entusiasmo sobre o que ele via como fonte de uma dinâmica coesivadora: a empresa industrial.” (p.47). Ou seja, não a compreendia como “(...) divisora de classes sociais antagônicas. Ele a comparava com organismos integradores.” (ibidem, p.47).

De fato, é nas experiências da divisão do trabalho nas indústrias que se baseia a construção desses dois tipos de solidariedade. Mas discordamos dessa visão tendenciosa dos autores, que consideram Durkheim praticamente um ideólogo do capitalismo industrial. Segundo Oliveira (2003 p.132), a preocupação de Durkheim era outra: “ (...) a essência da divisão social do trabalho é a de ser uma fonte de solidariedade (...) o efeito mais saliente não é que aumenta o rendimento das funções divididas, mas que as torna solidárias”. Com isso, as pessoas tinham a possibilidade de se associar, sem isso, estariam desligadas e independentes, e foi isso que deu origem ao conceito de solidariedade orgânica.

Logo, a solidariedade orgânica se baseia num ato de cooperação dinâmica, construída mediante negociações e entendimentos (ASSMANN e SUNG, 2000). A coesão social é o alicerce deste conceito e se baseia, essencialmente, em fenômenos socioculturais. Embora se acredite que a solidariedade orgânica precise das regras e poderes da sociedade para superar os conflitos, ela não se nutre basicamente dessas regras, que apenas lhe servem como controle de limites, orientando-se, em vez disso, “por um conjunto de crenças e consensos em relação a um projeto solidário da sociedade como um todo”. (Ibidem, p.51). Nas palavras de Martin-Baró (1989), a solidariedade orgânica se baseia na dependência funcional entre os membros de uma sociedade, quer dizer, refere-se mais à unidade de um grupo, baseada nas suas relações e interações, do que a comportamentos individuais padronizados.

Para Oliveira (2003, p.134), a solidariedade mecânica é expressa pelo direito repressivo, que busca punir os que ofendem a consciência coletiva: “é preciso que o temor da pena paralise as más vontades (...)” (DURKHEIM apud OLIVEIRA, 2003, p.134). Situa-se neste âmbito o modo de funcionamento de organizações e grupos sociais, geralmente orientados por regras, onde a “ruptura das normas e o abandono das convicções e acordos

grupais são vistos pelo grupo como ruptura da solidariedade (...)”, fazendo com que a organização em questão se resuma, assim, a uma “cooperação automática, rígida, funcional entre semelhantes” (ASSMANN e SUNG, 2000, p. 50). Martin-Baró (1989), ao discutir os fundamentos do grupo humano, analisa que a solidariedade mecânica definida por Durkheim é essencialmente o tipo de solidariedade fundada na comunidade de elementos, ou seja, de indivíduos que pensam, sentem ou agem de uma mesma maneira.

Este modelo precursor, de solidariedade mecânica e orgânica, é até hoje levado em consideração por pesquisadores que se propõem ao estudo de grupos. O estudo de Martin-Baró (1989), por exemplo, utiliza e interpreta estes conceitos na sua problemática, que consiste na análise psicossocial de grupos. Veremos como os conceitos de solidariedade são trabalhados pelo autor.

2.1.2 O estudo de Ignacio Martin-Baró sobre o grupo humano

Martin-Baró (1989) busca conhecer aquilo que define um grupo, ou seja, o elemento que unifica uma pluralidade de pessoas, transformando-as num grupo. Com o objetivo de chegar a uma definição mais precisa do ponto-de-vista psicossocial, ele analisa seis enfoques psicossociais dominantes sobre grupos. Conclui que por um lado temos os modelos que postulam, como elemento unificador, a existência de um caráter comum a todos os indivíduos aceitos como membros (foco sobre características dos indivíduos: percepção da unidade, motivação compatível ao buscarem nas relações a satisfação de necessidades próprias, objetivo comum), e por outro, os modelos que ressaltam algum tipo de vínculo entre os membros (o foco não está nos indivíduos ou em alguma característica comum que possuam, mas sim na estruturação organizada de suas relações mútuas, na interdependência e na interação).

Para Martin-Baró (1989), por mais que esses critérios sejam válidos, nenhum deles é suficiente para definir um grupo. Segundo o autor, em essência eles coincidem com as duas formas de solidariedade social pensadas por Durkheim: a mecânica e a orgânica. Para ilustrar esta idéia, o autor utiliza duas teorias de grupos, dominantes na psicologia, que na sua opinião melhor representam os enfoques descritos anteriormente: a teoria psicanalítica de grupo de Freud, e a teoria de campo de Kurt Lewin.

Na teoria de Freud, a identificação com um mesmo líder é o que vincula os membros, e com isso a união entre eles se dá por um caráter comum: a natureza libidinal e afetiva,

vivida por uma repetição psicossocial do conflito edípico. Por se basear num aspecto que iguala os membros de um grupo, Martin-Baró (1989) compara o pensamento freudiano ao modelo de solidariedade mecânica. De maneira diferente, Lewin afirma que os vínculos de mútua dependência são o elemento de aproximação dos indivíduos, garantindo a unidade grupal. Com base nisso, Martin-Baró (1989) o associa à idéia durkheimiana de solidariedade orgânica.

Na teoria de Lewin, a união entre os membros surge da confluência de necessidades, motivações ou aspirações. No entanto, inclusive pela semelhança com as definições de Durkheim, embora reconheça a contribuição de ambos os modelos para captar o que transforma uma diversidade de pessoas num grupo, Martin-Baró (1989) os considera limitados e insuficientes para uma perspectiva psicossocial. Esta crítica se fundamenta: na parcialidade dos paradigmas dominantes e no perigo reducionista que isso acarreta (o fato das teorias de Lewin e de Freud terem sido desenvolvidas a partir da observação de grupos muito pequenos e específicos para serem generalizados); na ênfase sobre elementos subjetivos de um (Freud) e no caráter não-histórico do outro (Lewin define o espaço vital a partir de elementos que exercem influência no aqui e agora, o que encerra a possibilidade de compreensão do caráter ideológico por trás das realidades dos grupos).

Martin-Baró (1989), a partir de uma perspectiva dialética, acaba definindo grupo humano “(...) como aquela estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou os interesses coletivos.” (p.14, tradução nossa). Ou seja, o grupo é uma estrutura social que supõe uma relação de interdependência entre seus membros, dotada de um caráter histórico e constituída pelo fato de unir-se em grupo ter sido a melhor maneira de satisfazer às suas necessidades que os homens encontraram. Portanto, ele afirma que

“cada grupo constitui, assim, a realização (...), a configuração histórica de algum aspecto das exigências ou potencialidades humanas. Daí a imensa variedade de grupos, desde aqueles diretamente orientados à satisfação das necessidades biológicas mais fundamentais, até aqueles que surgem como produto das opções mais peculiares e exóticas ou de coincidências circunstanciais.” (Ibidem, p. 14, tradução nossa).

Os interesses pessoais e coletivos são dimensões que, de acordo com esta definição, estão interligadas e constituem mutuamente um grupo. A possibilidade de uma análise psicossocial se dá através de um exame da ideologia que influencia as ações de um grupo, e esta é essencialmente dotada de historicidade. A partir daí, o autor define três principais

parâmetros para análise do grupo: a identidade do grupo – o que o distingue de outros; o poder e a significação social. A identidade grupal se desdobra em outros três elementos que acreditamos serem de valia para nossa análise de solidariedade: sua organização, suas relações com outros grupos e a consciência de pertencimento de seus membros. Faremos uma breve análise desses aspectos.

A formalização organizativa, ou normas de pertença, podem nos ajudar a refletir sobre as regras de sociabilidade existentes num bairro. Estas normas regulam as atividades dos membros de um grupo, distinguindo quem está inserido nele e quem não está. Segundo Martin-Baró (1989), elas existem e são estabelecidas de diferentes maneiras para os diferentes grupos existentes: formal ou informalmente, direta ou indiretamente, flexível ou rigidamente, estaticamente ou em constante mudança, mas o que existe em comum é que elas definem a identidade do grupo. Vejamos nossa comunidade em estudo. Poderia a cooperação entre seus moradores ser compreendida como uma norma de pertença? Se assim fosse, aqueles cujas ações não se orientam por esta regra seriam excluídos, de alguma maneira, do convívio com o grupo ou rechaçados de alguma forma, não podendo, por exemplo, contar com seus vizinhos num momento de necessidade. Ao admitir a ajuda mútua como uma norma de pertença, estamos definindo um caráter condicional para essa ação.

Considerando que as práticas solidárias são ações do dia-a-dia não previamente planejadas em reuniões ou previstas em estatutos, podemos afirmar, como Martin-Baró, (1989) que elas se dão de uma maneira implícita mas não menos importante, pelo contrário, já que para o autor refletem com maior precisão a característica do grupo.

Um aspecto bastante interessante é que, para o autor, a identidade do grupo e suas raízes históricas serão tanto mais claras e profundas quanto mais vinculados a uma classe social seus interesses estiverem. Sobre a questão do pertencimento, o autor faz uma distinção entre pertencer (fato objetivo) e consciência de pertencer (fato subjetivo). Essa pertença subjetiva sugere que a pessoa use o grupo como referência da sua própria identidade. Essa referência depende da identificação do membro com o grupo, ou seja, da aceitação do grupo. Consciência e identificação levam a um profundo compromisso com o grupo.

Compartilhamos desta preocupação do pesquisador em ir além dos aspectos apenas sociológicos ou individuais, buscando uma precisão maior do que ocorre neste encontro de ambos.

2.1.3 Solidariedade, pertencimento e interdependência

O Ministério da Educação e da Cultura, em um texto sobre “Solidariedade” (ASSMANN e SUNG, 2000), define que “ser solidário é, efetivamente, além do respeito, partilhar de um sentimento de interdependência, reconhecer a pertinência a uma comunidade de interesses e afetos – tomar para si questões comuns, responsabilizar-se pessoal e coletivamente por elas” (p.70). Esta afirmação coincide com a consciência de pertencer, trabalhada por Martin-Baró (1989), que gera identificação e compromisso.

Podemos reconhecer que uma das origens deste pensamento está em Weber (1917, apud SAWAIA, 1996). Segundo Sawaia (1996), o sociólogo teceu reflexões sobre as relações sociais solidárias, que foram por ele divididas em dois grupos: o da Comunalização e o da Sociação. O primeiro envolve as relações afetivas, radicadas no sentimento subjetivo de pertencer, que fundamentam as relações familiares, de vizinhança e de fraternidade religiosa. A Sociação remete-se a um “compromisso de interesse motivado racionalmente (em valor ou finalidade) e resultante de vontade ou opção racionais, mais que na identificação afetiva.” (Ibidem, p.41).

O pedagogo Lawrence Kohlberg (Apud ASSMANN e SUNG, 2000), afirmou em sua tese sobre desenvolvimento moral que poucas pessoas atingem a “maturidade ética exigida por uma consciência solidária universal” (p.37). Com isso, propunha um tipo ideal de “consciência de si” que a humanidade deveria atingir, e uma educação que pudesse trabalhar para a superação de suas limitações éticas. Mas, para Assmann e Sung (2000), seria mais apropriado considerar que existem limitações comprovadamente difíceis de se superar, portanto a educação deveria trabalhar com enfoques menos exigentes quanto ao agir humano comum e cotidiano. Na opinião dos autores, a teoria da linguagem e da ação comunicativa de Habermas permite visualizar saídas, ao sugerir que os seres humanos são negociadores de linguagens em busca de coincidências comunicativas. Em sua obra, o tema da solidariedade é relacionado a essas negociações lingüísticas, que representam o cerne da Ética do Discurso de Habermas.

De toda maneira, os autores concordam com a definição adotada pelo MEC ao concluírem que “(...) a solidariedade como atitude, ou a solidariedade como uma questão ética, nasce do reconhecimento de que a solidariedade/interdependência é um fato, uma necessidade para a vida e na sociedade” (Ibidem, p.75), e chamam atenção para o fato de que esta noção de interdependência não faz parte do cotidiano de muitas pessoas. A explicação

dos autores para a falta desta noção, reside na cultura do individualismo, ou seja, numa “(...) visão fragmentada da realidade, com um individualismo exacerbado, incentivo unilateral à concorrência, diminuição da importância da identidade nacional e do compromisso com a construção de um futuro melhor, entre outras características (...)” (Ibidem, p.79) – que seria responsável por dificultar a consciência da importância da interdependência e da coesão social. Este reconhecimento seria “o primeiro passo para uma atitude de solidariedade ativa.”(Op.Cit., p.81).

Sennett (Apud OLIVEIRA, 2000, p.22) afirma da mesma forma que os laços sociais se consolidam essencialmente através da noção de mútua dependência, e que é sobre esta base que a confiança e o compromisso mútuos, fundamentais para todo projeto coletivo, se constroem.

Edgar Morin (Apud ASSMANN e SUNG, 2000, p. 84), na perspectiva da teoria da complexidade, afirma de maneira semelhante que a ausência desta percepção enfraquece o sentimento de responsabilidade coletiva e o de solidariedade, definida por ele como sentimento de estar vinculado a outros que compartilham a mesma sociedade.

Em suma, os autores concordam que a percepção e consciência de interdependência estão relacionadas a uma atitude de solidariedade. Como estamos lidando neste instante com a teoria da complexidade, vale esclarecer que embora os autores possuam uma visão de solidariedade relacionada à ética global, e proponham ações com esta perspectiva, não desconsideram a solidariedade praticada dentro de um grupo específico:

“Restringir o campo da interdependência ao pequeno grupo é um caminho mais fácil para perceber e se viver a prática de solidariedade. Mas, na medida em que este grupo se fecha ao sistema mais amplo dentro do qual vive e age, considerando-se como uma parte autônoma e independente, perverte as noções de interdependência e de solidariedade, o reconhecimento de que vivemos todos em relações de interdependência e que o presente e o futuro de cada um/a está ligado ao presente e ao futuro da coletividade.”(Ibidem, p. 85).

Esta afirmação sugere uma prática solidária que transcende a esfera do local imediato, vinculando-a ao âmbito do global, da sociedade de uma forma mais ampla.

Voltando ao texto do MEC, os autores fazem uma referência a essa definição: “É necessário considerar, também, as diversas formas de ser solidário. (...) Uma delas (...), diretamente relacionada com o exercício da cidadania, é a da participação no espaço público, na vida política. (...) É importante que um aluno perceba que pode ser solidário tanto ao

ajudar um amigo doente, que necessita momentaneamente de auxílio, como ao lutar por um ideal coletivo da sociedade”. (Op.cit., p.70).

A tese de Fortunato (1998) *A categoria solidariedade humana no pensamento de Kropotkin*, analisou obras do anarquista russo Kropotkin, descobrindo a solidariedade como cerne de toda sua obra e da proposta do movimento anárquico:

“Solidariedade, afirma, pressupõe relação igualitária, justa e livre entre todos os membros de uma mesma sociedade e sua prática foi aprendida e desenvolvida no decorrer dos tempos, quando se criava as organizações sociais passadas.” (p.124).

Kropotkin (Apud FORTUNATO, 1998), biólogo e filósofo social, viveu entre os anos de 1840 e 1920, e dentre diversas atividades no movimento anarquista, trabalhou com Ferrier na definição da educação libertária. Revela a dimensão da interdependência ao definir que a liberdade do homem depende da liberdade dos demais, e que, da mesma forma, o desenvolvimento do indivíduo acontece mediante o compromisso com o desenvolvimento dos outros indivíduos (Ibidem, p.17). Esta relação de mútua dependência torna-se essencial para um processo de transformação social. A autora diz que por trás desta relação está a solidariedade humana, a qual, embora não seja suficiente para tal projeto anárquico, se mostra como o caminho e a finalidade principal deste. Segundo a autora, Kropotkin se apóia na categoria de solidariedade humana para construir sua proposta de ação revolucionária. Propõe uma interpretação particular do evolucionismo de Darwin, substituindo competição por solidariedade.

O trabalho de Abdalla (2002), apóia-se também numa explicação evolucionista do princípio da cooperação, advogando que a continuidade da existência da espécie humana depende de substituir a racionalidade competitiva do mercado por uma racionalidade cooperativa, fundada em novas relações entre os homens, e destes com a natureza. Essa transformação se daria por uma práxis (reflexão-ação), no sentido da ação histórica, e, tal como Oliveira (2001), o autor acredita que este é um movimento que já foi iniciado através das experiências dos grupos autogestionários de trabalho, que fogem às regras da exploração e da produção capitalista.

A solidariedade aparece também relacionada com a autogestão em Kropotkin (Apud FORTUNATO, 1998), no sentido de rejeição à autoridade aliada a uma defesa de valores morais e a uma crítica ao liberalismo. A preocupação do autor era compreender por que os homens se unem, e ele mostra, com base em estudos da evolução dos animais e do progresso

humano, que a solidariedade foi mais importante que a luta mútua, no processo de evolução. Isso se contrapõe ao “darwinismo social”, teoria criada pela burguesia, que se baseia na lei do mais forte. Com isso, ele buscou demonstrar que nas sociedades sempre existiram potencialidades, tendências de comportamentos sociais que dispensam o sistema competitivo e autoritário e geram a possibilidade de se criar uma sociedade ácrata.

Na sua perspectiva evolucionista, o filósofo anarquista observou que entre diferentes espécies, e na própria história da humanidade,

“a prática do apoio mútuo oferece melhor proteção contra inimigos; maior facilidade a obtenção de alimentos; prolonga anos de vida; facilita o desenvolvimento das faculdades intelectuais – que auxiliam ainda mais a humanidade a sobreviver na luta dura contra os fenômenos naturais e sociais, a autoperfeiçãoar-se, apesar de todas as vicissitudes da história. Além do mais, as espécies que, voluntária ou involuntariamente renunciaram à prática da solidariedade, estão condenadas à extinção.” (FORTUNATO, 1998, p.123).

2.1.4 Cotidiano e cultura solidária

Mello (1981) observa na Vila Helena o que descreve como um “forte sentimento de família”, nas formas de amizade e interesse pelo outro, onde “a solidariedade surge quando é necessária (...)” (p.73). Para a pesquisadora, a solidariedade é descrita mais enquanto prática, e não como sentimento, percepção ou consciência. Procurando exemplificar a solidariedade que aparece quando necessária, ela cita as trocas de favores entre vizinhos:

“A troca de favores é uma constante: o vizinho de Maria limpa o rego das águas servidas porque Maria não tem homem em casa, mas serve-se sempre da água do seu poço; as casas e barracos são feitos nos fins de semana, de mutirão, em troca do almoço, que o interessado fornece (...); quando há um doente ou nasce uma criança, as visitas sucedem-se porque toda a Vila sabe do acontecimento. (Ibidem, p.73)”

Neste sentido vê-se uma concepção de solidariedade que liga os indivíduos de um pequeno grupo ou localidade. Os costumes e valores caracterizam a sociabilidade dos moradores da Vila. A pesquisadora afirma que as adaptações que asseguram a base material da sobrevivência estão relacionadas a padrões sociais e culturais do bairro, fazendo com que se mantenham traços culturais próprios. Ao mesmo tempo que a Vila reproduz contradições da sociedade mais ampla, permite também a conservação e a transmissão de padrões tradicionais de cultura que são comuns a todos, preservando a união e a solidariedade:

“(…) tanto favorece a manutenção dos grandes aglomerados familiares, como sua rede de dependências mútuas, como consente que os padrões individualistas, peculiares à sociedade urbana de classe, se alojem e se desenvolvam no interior de cada uma das famílias nucleares. A Vila é um fator de preservação cultural mas é também o elemento que absorve as tensões geradas pelo modo de vida urbano e facilita os reajustes necessários à sobrevivência material, cultural e afetiva dos seus habitantes.”(Op.cit, p. 121)

Oliveira (2001) descreve o surgimento de uma cultura solidária a partir da participação dos indivíduos em associações ou cooperativas de trabalho solidárias, acreditando que esta experiência tende a levá-los a praticar relações solidárias em outras esferas da vida, como a família, a comunidade ou organizações políticas. Na opinião do autor, este seria o benefício da implantação de um programa como o de economia solidária.

A cultura solidária nasce quando as pessoas passam a reconhecer seus direitos e responsabilidades, articulando-os através de ações recíprocas, de experiências práticas de convivência com o diferente, no compartilhamento de costumes e tradições comuns. Para o autor,

“Quando há interações sociais solidárias, espera-se, isto sim, que as pessoas se respeitem entre si e se vejam como iguais nos seus direitos. Mas também que saibam ou que se proponham a aprender a trabalhar as diferenças. (...) a manifestação das diferenças é importante porque garante que as individualidades possam aflorar.” (Ibidem, p.22).

Num sentido mais amplo, a origem de uma cultura solidária está relacionada à construção coletiva de um projeto que, pela natureza de seu processo, estabelece interações que são cuidadosamente concretizadas sobre uma base de igualdade, e nunca pela exclusão e dominação de outros. Com isso, temos a defesa de um projeto orientado para “uma prática política de transformação” (Op.Cit., p.20). Explica o autor que o ato de recusar qualquer tipo de exclusão social gera alternativas emancipatórias e democráticas.

Apesar de estarmos falando de lugares diferentes, nós de um bairro, Oliveira (2000) de um projeto de organização cooperativa de trabalho, acreditamos que a definição de cultura solidária contribui para nossa reflexão sobre o tema da solidariedade na comunidade. Primeiramente, observamos que a definição trazida pelo autor, como vimos anteriormente, se aplica às atividades que são desenvolvidas coletivamente e à condição de igualdade que queremos enfatizar. Se estendermos nosso olhar para os objetivos da associação de bairro, por exemplo, os princípios defendidos pelo autor poderiam ser aplicados na luta por condições

dignas de habitação. Ora, esta é uma luta e um propósito que teoricamente serve a todos da comunidade, sem distinção. Mas devemos considerar que ser um projeto coletivo não basta: ele deverá ser construído sobre bases de igualdade. As características dessas bases são descritas em termos de: reconhecimento de direitos e responsabilidades, ações recíprocas, convivência com o diferente e desenvolvimento de individualidade, respeito entre as pessoas, baseado na percepção de que todas elas têm direitos iguais, disposição para aprender a trabalhar as diferenças, rejeição da exclusão e da dominação de uns sobre outros.

Como podemos perceber, a perspectiva da ajuda mútua, da igualdade e da interdependência entre as pessoas, aparece com frequência quando se fala em solidariedade. É menos freqüente se falar no desenvolvimento de uma solidariedade que não se faça em detrimento da individualidade, mas felizmente este ponto é enfatizado por Oliveira (2001).

2.2 Práticas de solidariedade: da segurança econômica à organização da vida política e social

Os pressupostos teóricos desta pesquisa baseiam-se em quatro estudos principais. O primeiro, de Larissa Lomnitz (1985), sobre estratégias de sobrevivência dos marginalizados, analisa a reciprocidade como centro e condição *sine qua non* de todas as formas de ações desenvolvidas. A seguir utilizamos a pesquisa de Pedrini (1998), que define a solidariedade como fator que tanto está envolvido na recriação de caminhos de sobrevivência (como afirma Lomnitz, 1985), como promove transformação social através de amparo mútuo e compromisso social. A partir daí, trabalhamos com a teoria de mobilização política de Sandoval (1989a, 1989b), que analisa a solidariedade como um dos motivos principais que levam os indivíduos a se mobilizarem. E finalmente temos a teoria de Spink (1989, 2004), que define a solidariedade como proveniente de uma relação entre iguais e discute os processos organizativos informais, complementando as definições anteriores ao abordar o desenvolvimento habitual de processos organizativos no cotidiano e, portanto, a capacidade pré-existente de auto-organização dos indivíduos.

Acreditamos que a associação de tais estudos e teorias nos forneça um referencial teórico adequado para os objetivos desta pesquisa, onde consideramos as práticas de solidariedade como ações entre iguais, estratégicas para assegurar a sobrevivência de cada um e de todos simultaneamente, que têm sido consideradas relevantes na mobilização das pessoas para ações de luta e reivindicação política.

Embora estejamos adotando a teoria dos movimentos sociais de Sandoval (1989a, 1989b), que relaciona a solidariedade à organização social e política, não foram observadas no momento da pesquisa grandes mobilizações no bairro em estudo. Mas este é mais um motivo pelo qual a consideração do fator é importante, já que, segundo o autor, a solidariedade antecede as mobilizações. E, de acordo com Melucci (1999), existe uma ligação entre as mobilizações coletivas mais visíveis e as variedades de ação menos aparentes, realizadas pelas pessoas numa esfera mais íntima.

Sobre a questão organizativa do bairro em si, vimos que as considerações de Spink (1989) são bastante cabíveis para este estudo, que não enfoca um movimento organizado em plena atividade. Para ele, a organização das pessoas não é algo necessariamente previsível, que segue um padrão formal, mas sim algo que está presente no dia-a-dia delas. De acordo com o autor, podemos entender que as práticas solidárias são exemplos de expressões organizativas do cotidiano.

Melucci (1999) indica a tentativa de compreender as novas formas de ação coletiva a partir das práticas cotidianas. Para o autor, as últimas tendências dos estudos sociais voltaram-se para a questão da subjetividade, das práticas da vida cotidiana e da intimidade; ele cita como exemplo Giddens, Touraine, Habermas e Bauman.

Desta forma, o cotidiano passou a assumir um papel central para os pesquisadores dos movimentos sociais, deixando de ser visto como um espaço esvaziado de sentido. Sader (1988, p.12), por exemplo, afirma : “ movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso (...) passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras num conjunto que lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico”. O autor propõe que as experiências populares passem a ser o foco de análise das estruturas (econômicas, sociais e políticas), caso em que não partiríamos de definições prévias da política, mas sim deixaríamos que as conclusões emergissem das experiências dos sujeitos envolvidos. Com isso, os temas dos movimentos mudaram da contestação para a reavaliação do cotidiano das classes populares, valorizando as práticas concretas, apoiadas em estruturas comunitárias e fundadas na solidariedade grupal (SADER, 1988).

Segundo Paiva (1998), a solidariedade que é freqüentemente trazida pela dimensão comunitária não está necessariamente relacionada a valores de ordem moral, podendo ser enxergada como uma estratégia dos empobrecidos, construtora de um saber relativo a um modo de vida em particular. O trabalho de Lomnitz (1985) se associa a este tipo de solidariedade.

A antropóloga Larissa Lomnitz (1985) desenvolveu um estudo econômico sobre os mecanismos de sobrevivência dos marginalizados, e identificou a reciprocidade como cerne do modo de vida na Cerrada del Cóndor, México. A pesquisadora realizou um mapeamento completo das práticas de sobrevivência, chamadas de redes sociais de ajuda mútua, que coincidem com o objeto que estamos considerando nesta pesquisa. A diferença entre os estudos está no foco de análise: pretendemos fazer uma análise psicossocial, enquanto Lomnitz (1985) desenvolveu uma análise de antropologia econômica. Para ela, “essas redes representam parte de um sistema econômico informal, paralelo à economia de mercado, que se caracteriza pelo aproveitamento dos recursos sociais e opera com base num intercâmbio recíproco entre iguais.” (p.12, tradução nossa). Portanto, para a autora os comportamentos que estamos chamando aqui de solidários, estão intrinsecamente relacionados a uma questão econômica. A reciprocidade aparece como essencial para a solidez e a estabilidade das redes sociais, dela dependendo a sobrevivência do grupo e a sua segurança econômica e social: “A marginalidade assegura sua sobrevivência mediante o uso da reciprocidade: ao compartilhar seus recursos escassos e intermitentes com aqueles que se encontram em igual situação, o morador de favelas consegue enfrentar em grupo circunstâncias que o fariam sucumbir como indivíduo isolado.” (Ibidem, p.26, tradução nossa).

Não precisamos nos estender muito para demonstrar a importância deste estudo para a nossa pesquisa. No entanto, a autora observou a reciprocidade entre os moradores do bairro enquanto sistemas de troca e ajuda mútua, voltados para a segurança econômica, que não se dão de uma maneira desinteressada. Não foram muito consideradas pela autora as ações solidárias de qualquer natureza, as quais, embora possuam de toda maneira uma relação com a situação de carência, não existem necessariamente em função de uma troca. A autora cita “solidariedade” ao se referir aos apoios de ordem emocional (poder contar com o vizinho para desabafar, ouvir algum conselho), mas não se aprofunda nesses aspectos afetivos.

Lomnitz (1985), definiu três categorias gerais de transações para trocas de bens e serviços no bairro pesquisado: o mercado – baseado na lei da oferta e demanda, sem gerar relações sociais duradouras; a redistribuição – que se concentra numa instituição, ou indivíduo, chegando à comunidade por seu intermédio; a reciprocidade – trocas de favores que são consequência e parte integral de uma relação social.

Detalhando a formação das redes de reciprocidade, a autora define que nos estudos sobre favelas e comunidade urbanas freqüentemente encontramos referências a este tipo de troca. Cornelius (1973 apud LOMNITZ, 1985), por exemplo, menciona a existência de redes

informais que facilitam a adaptação ao meio urbano das populações advindas do campo. A autora observa que a constituição dessas redes lança mão de todos os recursos institucionais tradicionais para reforçá-la: parentesco, vizinhança, compadrio e amizade masculina, entre outras, que se integram numa ideologia de ajuda mútua. Um aspecto observado é que a reciprocidade depende basicamente da proximidade física e da confiança. De acordo com esta análise, além da proximidade gerar maiores possibilidades de interação social, a vida nesses bairros se compõe de uma sucessão de acontecimentos e emergências imprevisíveis; logo, a ajuda mútua requer proximidade para ser viável e eficaz. A confiança é abordada como um viés cultural que se dá em maior grau entre os que possuem uma igualdade de carências, mas também é vista como resultado de diversos fatores: capacidade para, e desejo de entrar numa relação de troca recíproca; vontade de cumprir as obrigações implícitas na relação; familiaridade, como base de uma aproximação onde a probabilidade de rejeição seja baixa.

Por último, a autora analisou que a existência de tais redes envolve a possibilidade de usar os recursos sociais dos marginalizados não apenas como mecanismos de sobrevivência, mas sim como fins de produção, ou seja, as soluções concretas dos problemas vividos poderiam ser encontradas junto às redes de troca.

Na nossa opinião, isto se aproxima da definição de solidariedade que relaciona o senso de ajuda mútua ao de ação coletiva rumo à transformação social. Vejamos por exemplo a definição de Pedrini (1998), que realizou um estudo sobre associativismo, autogestão e identidade coletiva. Para ela, é a solidariedade que faz o grupo recriar formas de sobrevivência e transformar a realidade, através de apoio mútuo e comprometimento pessoal e social. Esta definição coincide com a observação de Simone Weil (Apud BOSI, 1992b) sobre o que acontecia quando os trabalhadores grevistas ocupavam as fábricas. Segundo a autora, o espaço fabril se transformava num espaço familiar, caracterizado pela amizade, e a solidariedade era vista como necessária para este novo conceito de organização:

“Nas oficinas ocupadas, os montadores, o pessoal da linha, as mulheres e os horistas, travam camaradagem com contramestres e especializados. (...) A classe operária aprende lições sobre si mesma. Aprende, junto às máquinas paradas, nos refeitórios vazios, que é preciso criar um espaço para a solidariedade e que, em todos os sentidos, ‘a fragmentação é a essência da escravidão.’” (Ibidem, p.20, grifo da autora).

Para Guareschi (2004), o termo solidariedade é “um valor que tem como pressupostos duas dimensões centrais: a dimensão de uma *relação de comunhão* (isto é, *gente amiga junto*)

e a dimensão da *ação*. Na solidariedade existe um espaço para a concretização do sentido de pessoa: a necessidade de outros, com a garantia da singularidade das pessoas.” (p.55, grifos do autor). Na perspectiva da ação, o texto indica a semelhança entre a origem grega dos termos “solidariedade” e “sindicato”, lembrando que solidariedade também quer dizer “associação entre iguais”.

Pedrini (1998) aborda a solidariedade como uma conseqüência da confiança mútua, uma meta e uma utopia. No sentido de meta e utopia, enfatiza a busca das associações temáticas, que têm acrescentado temas e enfoques novos às pautas tradicionais dos movimentos sociais, buscando a construção de uma “nova cultura política”. Esta busca se refere à inserção de novos valores que orientem a compreensão da realidade e constituam o discurso e o estilo da prática política (VIOLA e MAINWARING, 1987 apud PEDRINI, 1998). A solidariedade aparece entre estes valores, ao lado da ética e da “responsabilidade situacional perante as relações humanas e o meio ambiente”. (Ibidem, p.58). Além disso, ela é também destacada como princípio de criação da estratégia de ação das “redes de movimentos” – práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais –, “resultante(s) da emergência de novos valores no imaginário social dos atores coletivos, como a solidariedade comunitária, a cooperação e a democracia.” (SCHERER-WARREN, 1996, apud PEDRINI, 1998, p.16).

Ao lado disso se alinha o pensamento de Melucci (1991, apud PEDRINI, 1998, p.18), que nos aproxima da questão da individualidade e da afetividade ao defender a existência de “um entrelaçamento crescente entre as questões da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não é separável da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicativas dos membros, na sua existência cotidiana.”

Na análise de Pedrini (1998) – baseada na teoria da ação coletiva de Melucci – a solidariedade permeia os elementos que compõem a categoria analítica de identidade coletiva. O primeiro seria a organização, o segundo, a consciência de pertencimento ao grupo, o terceiro, as interações, o quarto, as ações de solidariedade sociopolíticas, e o quinto, as relações com outros atores coletivos e com a situação externa. A solidariedade é definida pela autora como central no processo de formação de uma identidade coletiva, ao se constituir como uma série de laços interpessoais que dão origem a sentimentos de coesão social.

A consolidação da identidade coletiva e da consciência política, a partir da identificação de interesses comuns com outros da categoria, dá origem ao sentimento de reivindicações coletivas definido por Sandoval (1989b).

Os pesquisadores do comportamento político geralmente consideram a solidariedade uma habilidade essencial no processo de luta, por promover coesão grupal, união e cooperação entre aqueles que lutam por um mesmo objetivo. Vejamos alguns exemplos. Para Gramsci (Apud AMMANN, 1980), a solidariedade é elemento intrínseco da politização, processo que passa por três etapas: a econômica-corporativa, mais elementar, onde a solidariedade se dá no interior das categorias; a da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social; e a da solidariedade entre os diversos grupos subordinados até à constituição de um partido, que é o momento mais abertamente político.

Paiva (1998) complementa este pensamento ao relacionar a solidariedade ao sentimento gerado pelo desemprego e pela proposta neo-liberal do “Estado mínimo”. Este é um sentimento de abandono, fruto de um Estado incapaz de prover as necessidades básicas de sobrevivência da população, que gera o sentimento de solidariedade como uma estratégia de atuação política que rompe com a fragmentação e o isolamento.

Wiesenfeld (1998) também destacou o papel importante dos vínculos sociais e afetivos construídos no bairro, junto com a construção das moradias. Segundo a autora, eles formam a base do espírito de organização e luta que os moradores consolidaram, para resistir às ameaças de desalojamento. Desta forma, ela confere aos vínculos um papel político.

Sandoval (1989a, 1989b), em sua pesquisa sobre o fenômeno psicopolítico, atribuiu igual valor à questão da solidariedade. Para o autor, a função da psicologia nos estudos políticos é identificar os motivos (subjetivos) que levam as pessoas a se envolverem nos movimentos sociais, função essa que preenche uma lacuna deixada pelas ciências sociais, que se ocupam mais com a compreensão dos próprios conflitos e movimentos. A partir daí, o autor propõe o estudo das inúmeras instâncias envolvidas: eventos do ambiente social que propiciam o envolvimento, eventos da vida cotidiana que o propiciam, etc. Esta pesquisa é importante para o nosso estudo por dois motivos: primeiro, pela idéia de solidariedade trazida pelo pesquisador, e segundo, por propiciar um melhor entendimento do papel da solidariedade na organização política, contribuindo para a compreensão de como práticas da vida cotidiana são capazes de favorecer ações políticas.

Partindo de uma pergunta central – quais os fatores que poderiam levar os indivíduos a participar, ou não, de um movimento social? – o estudo do pesquisador define, como fatores relevantes no plano psicossociológico: os fatores que demarcam as fronteiras dos agrupamentos e da comunidade, caracterizando a coletividade em termos de localização; os fatores que contribuem para a existência de uma solidariedade entre os membros da

coletividade, entre os quais dois tipos se destacam – as categorias sociais (que compartilham dos mesmos critérios ou atributos), e as redes sociais (que consistem numa certa variedade de relações sociais de um conjunto de indivíduos interligados, direta ou indiretamente; estas são formais e informais, e ligam os membros do conjunto, afetiva e funcionalmente, através de laços interpessoais que muitas vezes se sobrepõem às instituições locais); os fatores relacionados à vida organizativa (aspectos de categorias e redes sociais se combinam, influenciando o desenvolvimento de formas de organização cuja finalidade é mobilizar recursos para atingir coletivamente alguma meta de interesse mútuo); o repertório de ações coletivas da comunidade (um acervo de experiências de mobilização de recursos e ação coletiva, e o valor atribuído a essas experiências).

Neste estudo, a solidariedade aparece como aspecto que pode facilitar a participação das pessoas num movimento, e o autor focaliza os fatores que contribuem para o desenvolvimento da solidariedade. Ele destaca, primeiramente, a questão das categorias sociais – já levantada por Gramsci e Marx – e, em segundo lugar, atribui aos diferentes tipos de redes sociais o papel de vincular as pessoas funcional e afetivamente, contribuindo para o desenvolvimento da solidariedade. O interessante é que, nesta análise, os dois fatores – categorias e redes sociais – se somam na mobilização e organização de uma ação coletiva em prol de uma meta de interesse comum. São aspectos diretamente relacionados às ações coletivas, pois o sucesso da ação depende da “capacidade de juntar recursos dentro da comunidade e no engajamento de membros da comunidade na utilização dos recursos em atividades coletivas” (TILLY, 1972, apud SANDOVAL, 1989 a, p. 72). E para isso, nada mais útil do que a utilização das redes sociais já existentes.

Avançando em relação aos processos coletivos organizativos, nos ateremos neste momento às reflexões de Spink (1989, 2004). O autor afirma que quando partimos de uma visão liberal da comunidade, partimos da idéia de que na comunidade não existe capacidade de auto-organização, de que ela não tem condições próprias de adquirir consciência de cidadania, sendo eternamente dependente, para isso, de agentes externos capazes de conscientizá-la. A opinião do autor coincide com os princípios que fundamentam esta pesquisa: o estudo das capacidades e criatividade próprias da comunidade, de práticas e hábitos que não foram “ensinados” por agentes externos, mas sim criados pela população. Seria o que Wiesenfeld (1998) chama de potencialidades sociais endógenas, ou seja, capacidades que a comunidade possui para enfrentar as diversas situações que encontra. Acreditamos que a preocupação fundamental desta pesquisa consista,

“no respeito para com as formas organizativas existentes, e na capacidade de reconhecer a sua centralidade enquanto recursos de mobilização e ação.(...) no reconhecimento que os processos de ação social andam passo a passo, porque não há um caminho pré-estabelecido, capaz de ser planejado.” (SPINK, 2004, p.68).

Spink (2004) critica a concepção liberal, que exerceu grande influência sobre a psicologia; esta concepção define comunidade como produto da associação de indivíduos independentes. O autor acredita que, graças às idéias liberais, poucos estudos existem sobre conceitos que, na sua opinião, são importantes para a compreensão de processos de mudança social tais como o cooperativismo, a autogestão e a solidariedade. São conceitos que envolvem coletividade, formas de interação existentes, e que portanto não podem ser reduzidos ao nível individual para fins de compreensão, formando, por este motivo, aquilo que o autor chama de uma “psicologia social independente”.

Ao longo deste estudo, percebemos que existe uma distinção bastante usual entre dois conceitos de solidariedade: um que se refere a uma ação dirigida às pessoas carentes de algum tipo de recurso – temos aí um sentido de diferença, de verticalidade – e outro, existente entre pessoas que vivem em circunstâncias semelhantes, e portanto carregado de um sentido de igualdade, daquilo que Spink (2004) chama de horizontalidade. Considerando que existem “solidariedades”, e portanto poderíamos encontrar várias distinções entre os conceitos que são empregados, esta pesquisa destina-se apenas à análise da solidariedade existente entre pessoas que vivem em condições semelhantes, ou seja, cujas ações de ajuda, organização ou troca, se dão dentro de uma esfera de proximidade.

A definição proposta pelo autor sobre a prática da solidariedade, revela uma condição de igualdade que acreditamos estar por trás das práticas existentes na comunidade em estudo:

“Solidariedade consiste no “ato de juntar-se aos outros de maneira ‘sólida’. (...) lado a lado, dividindo as mesmas responsabilidades e conseqüências. É uma referência a uma relação horizontal e não vertical; ou melhor, de horizontalização enquanto processo social. Não é, portanto, uma relação de ajuda ou caridade; ao contrário, é uma relação de ação, de compartilhamento” (Ibidem, p.67).

Com isso temos uma solidariedade que se expressa em termos de compromisso e compartilhamento entre iguais (em termos de posição social). Sem dúvida esta definição enriquece este trabalho como hipótese central, sendo utilizada adiante para a análise das representações dos moradores acerca de seu cotidiano.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA: REFERENCIAIS E CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

3.1. Referencial Metodológico

3.1.1 Um estudo sobre Representações Sociais

Esta é uma pesquisa empírica cujo método de análise qualitativa se baseia na associação de dois referenciais principais: o das Representações Sociais (RS) e o da análise de conteúdo, utilizados para o tratamento das informações obtidas nas entrevistas e nos registros dos diários de campo.

Pretendemos, à luz da teoria das RS, chegar a uma compreensão dos significados e sentidos das práticas solidárias para os moradores do bairro, a partir da leitura dos dados coletados. Com este fim, será feita uma análise de conteúdo com produção de categorias, admitindo-se que estas categorias psicossociais consistam no que regula a conduta dos sujeitos – logo, nada melhor que as RS para defini-las, já que envolvem um sistema simbólico coletivo que modela as ações individuais e grupais a partir da história, da cultura e do cotidiano.

Para isso, buscamos perceber as representações associadas às práticas solidárias. Essas representações se configuram como preciosos testemunhos dos valores presentes em tais práticas, possibilitando o acesso a conflitos e contradições existentes. Embora estejam sendo considerados pressupostos teóricos para a análise das categorias, não baseamos este estudo apenas em categorias apriorísticas: procuramos dar atenção, também, às categorias que surgem em relatos verbais.

Considerando-se as implicações de nosso referencial teórico, julgamos que a teoria das RS seja compatível com o compromisso ético-político que temos afirmado ao longo de todo o texto – pois se baseia na abordagem das correntes que vêem o saber do senso comum como legítimo e motor de transformações sociais (SPINK, 2002).

Segundo Sá (1993), para desafiar a tradição “psicologista” que influenciava a Psicologia Social e propor uma “psicossociologia do conhecimento” que de fato preenchesse a lacuna entre as ciências sociais e a psicologia, Serge Moscovici transformou as Representações Sociais em campo de estudo psicossociológico. Em suas palavras, “(...) os

conjuntos de conceitos, afirmações e explicações que são as representações sociais devem ser considerados como verdadeiras teorias do senso comum, ciências coletivas *sui generis*, pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção das realidades sociais.” (MOSCOVICI, 1976, apud SÁ, 1993, p.26). Com isso, ele propõe um olhar para o cotidiano e o ambiente natural, espaços onde as representações são construídas; e caberia à psicologia desvendar o funcionamento interno das representações nesses espaços.

Assim, para compreendermos um fenômeno como o estudado nesta pesquisa, devemos entender a interação entre o social e o individual que se dá no contexto social do cotidiano – formado por determinantes estruturais, relações sociais e pelo tempo histórico (SPINK, 2002). Cada sujeito traz uma história e um repertório de participação em grupos anteriores que compõem o seu conhecimento e a sua subjetividade; e interage em um novo tempo histórico, em um novo espaço, onde novos conhecimentos são produzidos.

Esse novo processo de adaptação e produção se desenvolve graças às RS, pois estas são pensamentos que organizam a vida prática e orientam as ações cotidianas. Em outras palavras, “(...) o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar (...)” (MOSCOVICI, apud SÁ, 1993 p.35). Existem dois processos de formação das RS: a ancoragem e a objetivação. O primeiro se baseia na formatação cognitiva de uma nova representação às já existentes, tornando-a familiar. A objetivação dá corpo ao conhecimento adquirido. Para Moscovici (Ibidem), os conhecimentos que podem se tornar imagens concretas – porque nem todos podem – formam um “núcleo figurativo”, ou seja, “um complexo de imagens que reproduz visivelmente um complexo de idéias” (Op.Cit, p.40).

Segundo o autor, a origem das representações está na conversação cotidiana, que se dá nas interações sociais e se desenvolve através de teorias implícitas. Os sujeitos são vistos como “(...) pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, ‘produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos’.” (MOSCOVICI, 1984 apud SÁ, 1993, p.28).

Como afirma Campos (1996), a RS “(...) procura descrever representações coletivas enquanto construções simbólicas historicamente determinadas, socialmente compartilhadas e comunicadas (...) que ao mesmo tempo que modelam as ações dos grupos no interior da formação social considerada, (...) são por elas modeladas.” (p.171). Assim, revela dois aspectos importantes para esta pesquisa: o histórico-cultural, que é compartilhado e se

expressa nas ações coletivas – correspondendo à nossa intenção de investigar determinantes histórico-culturais por trás das práticas solidárias – e o dialético, ao considerar que embora as atividades sejam imbuídas de um caráter de determinação histórica, há o novo, o presente, que interage e dá nova forma a elas. Na teoria das RS, este movimento se traduz pela atuação simultânea do universo reificado – o conhecimento “erudito” que é produzido pela ciência, o “novo” – e do universo consensual – onde são produzidas as RS. Conforme Sá (1993, p.37),

“Uma *realidade social*, como a entende a teoria das Representações Sociais, é criada apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais.(...) O fato de que isso ocorra sob o peso da tradição, da memória, do passado, não significa que não se esteja criando novos elementos à realidade consensual, que não se esteja produzido mudanças no sistema de pensamento social (...).”

Campos (1996) considera que esta dinâmica dialética, de renovação constante das ações e representações, tem origem nas práticas cotidianas. Assim, para compreender a natureza das práticas de solidariedade cotidianas, temos que dar atenção aos seus significados para aqueles que as compartilham, considerando que, embora tais práticas reflitam a continuidade de uma tradição²², frequentemente novos significados lhes são incorporados em virtude de novas relações construídas num espaço diferente. As representações são sociais porque são construídas dentro de um grupo com uma cultura determinada, e fazem parte das relações sociais e das práticas específicas desse grupo.

O entendimento das RS como advindas de histórias já construídas e de um movimento dialético que atua no presente “(...) é importante na compreensão dos efeitos da complexidade cultural sobre a conduta e sobre a própria construção da subjetividade no interior da cultura” (Ibidem, p.172), o que nos dá base para a construção de uma análise psicossocial a partir da interpretação da atividade de sujeitos culturalmente inseridos.

Isto revela uma segunda questão dialética, fundamental para a compreensão do processo de construção das representações: o fato de se estudar uma realidade social e coletiva através dos significados que esta possui para alguns sujeitos. Neste sentido, Spink (2002) afirma que, para as RS, o indivíduo é um sujeito social; portanto, o pensamento

²² Conversas com dois moradores diferentes nos mostraram isso. Para um deles, ‘a união entre os moradores’ é um hábito comum na sua cidade natal, em Pernambuco; ele acha que trouxe algo de lá para cá, embora aqui (no Padre Josimo, Campinas-SP) seja diferente. O outro morador, ao lhe perguntarmos durante uma conversa informal por que ajudava um vizinho, respondeu: “acho que nasci assim... na roça era assim, a gente trabalhava junto, um ajudava o outro e comia junto depois.”

expresso nas entrevistas e contatos com o pesquisador deve ser entendido como uma manifestação das tendências de um grupo – aquele do qual o entrevistado participa.

Bastante pertinente a esta pesquisa, é a análise do contexto a partir de uma perspectiva temporal. O contexto de produção das RS pode ser definido através de três tempos (SPINK, 2002): o tempo curto da interação (que revela a funcionalidade das representações); o tempo vivido (que é expresso no processo de socialização, ou seja, a partir de disposições adquiridas em função da participação num determinado grupo social) e o tempo longo (o campo das memórias coletivas, que habitam o imaginário social e se acumulam nas manifestações culturais de nossa sociedade). A autora analisa que, quanto mais dirigirmos nossas análises para o tempo longo, mais próximos estaremos dos núcleos mais estáveis das representações (relativos ao hábito e à cultura); e, de maneira inversa, quanto mais abordarmos o tempo curto da interação, mais nos voltaremos para os aspectos da diversidade e da criação. O tempo vivido se refere ao contexto do cotidiano, do qual fazem parte as contradições vivenciadas, frutos da coexistência entre a permanência e a diversidade cujos conteúdos são essencialmente heterogêneos (Ibidem).

3.1.2 O uso da observação-participante e a constituição do campo de pesquisa

O método adotado para nos inserirmos na realidade do campo foi o da observação-participante. Este método foi escolhido por preservar a aproximação e a convivência com os moradores da comunidade durante a maior gama possível de atividades. As atividades vividas e os conhecimentos adquiridos foram cuidadosamente registrados em diários de campo, e as partes relacionadas ao tema em estudo serão utilizadas na análise.

Como contamos na introdução deste trabalho, a inserção no bairro se deu cerca de dois anos antes do início desta pesquisa. Por isso, de certa forma já estávamos um pouco familiarizados com o espaço e com algumas pessoas, tendo até travado algumas relações de amizade. Embora esse contato inicial tenha inspirado o tema da pesquisa, o contato pesquisadora-bairro teve que ser construído lentamente.

Tal lentidão não se deveu às relações com as pessoas: a amizade e a proximidade continuou a mesma, pois não saberíamos estar lá de outra maneira (o que justifica a escolha da observação-participante como método essencial). A estruturação de um “campo” de observação e pesquisa é que foi demorada. De certa forma, a organização do nosso campo

representou um desafio: eram escassos os encontros “estruturados” ou formalizados, e tínhamos pretendido usá-los como estratégia primordial de inserção.

De toda forma, em abril de 2005 participamos de uma assembléia da Associação do Bairro onde quase toda a diretoria estava reunida, e apresentamos nossa proposta. De uma maneira informal, já havíamos consultado os membros da Associação sobre a possibilidade de desenvolvimento desta pesquisa. Mas como partiríamos para um processo de investigação mais sistemático (com entrevistas e presenças mais assíduas no bairro), e teríamos que obedecer a princípios éticos de pesquisa, sentimos essa necessidade de apresentação e discussão. Ficou combinado que o trabalho seria apresentado a eles depois de concluído (em agosto foi entregue à Associação, para arquivamento, a proposta por escrito deste estudo, acompanhada por um parecer sobre os procedimentos que estavam sendo desenvolvidos. Vide ANEXO I).

Nessa reunião, as reações em relação ao trabalho de pesquisa foram bastante interessantes. Quando falei que minha proposta era compreender as práticas de cooperação, de ajuda e solidariedade existentes no bairro, houve um silêncio. Enquanto uns balançavam a cabeça, mostrando que entendiam o que eu estava falando, outros ficavam quietos. J. pensou alto: *“solidariedade, solidariedade... solidariedade é amor, ora! Sem amor não existe solidariedade!”* Iniciou-se uma breve discussão que, aos olhos das RS, pode ser vista como criação de universo consensual. D. logo se precipitou: *“amor?! Nem que eu quisesse não conseguiria amar todo mundo. Acho que solidariedade não é amor não, é ajudar o próximo, seja ele quem for, gostando dele ou não.”* E J. revidou: *“ué, mas aos olhos de Deus isso é amor, ora!”* E eles se voltaram para nós, perguntando o que entendíamos por solidariedade (busca do universo reificado das ciências). Dissemos que também não conhecíamos uma palavra exata que a definisse, que solidariedade podia ser tudo eles tinham dito, mas que estávamos interessados em estudar os hábitos que eles possuíam de se ajudarem no dia-a-dia.

Mais tarde, através das entrevistas-piloto, descobrimos que a palavra “ajuda” não foi o melhor sinônimo de solidariedade, mas que esta possui realmente múltiplos significados, que variam conforme a experiência e conhecimento de cada um. Isso levou a uma reestruturação de nosso roteiro de entrevistas.

Chegamos a participar de algumas reuniões da Associação, as quais – conforme o recorte histórico das preocupações daquele momento – nos deram idéia da organização de seus dirigentes e de como estavam sendo feitas as negociações para regularização do bairro. As assembléias aconteciam no primeiro domingo de cada mês. A média de frequência

observada foi de cinco pessoas, e nem mesmo os diretores estavam sempre presentes. Pudemos sentir um desânimo com relação às reuniões (tanto dos moradores em geral, quanto dos próprios diretores) que não era compatível com as vitórias conseguidas no período. Este é um fato interessante como objeto de análise, e poderá ser melhor examinado em pesquisas futuras. Como pode ser visto no corpo teórico deste trabalho, conseguimos apenas fazer uma reflexão teórica acerca desta característica do bairro.

Além das assembléias da Associação, e dos cultos e missas religiosos, não havia nenhum outro tipo de encontro regular e formal dos moradores. Então o grande desafio foi nos prepararmos para mergulhar na esfera do informal. E foi isso que caracterizou nossas idas a campo: estarmos lá para ver o que acontecia.

Para isso, principalmente no começo, tivemos que contar com o apoio de algumas amigas. Ligávamos informando que estávamos a caminho. A casa dessas pessoas era a nossa base de apoio. Chegando lá, havia sempre um café, um lanche que era oferecido, e um bate-papo. Lá criávamos a estratégia de caminhada pelo bairro. A cada dia, uma nova estratégia. Esta variava de acordo com o que observávamos no caminho: quantidade de pessoas na praça, casas de alguns conhecidos, crianças na rua. Assim, com o tempo, descobrimos o nosso campo: a casa das pessoas, foco principal para a observação das práticas solidárias interpessoais, e a praça, para observação das práticas solidárias comunitárias. O campo se ampliava à medida em que mais amigas eram feitas, e isso não era difícil – em pouco tempo de conversa, lá vinha o convite: “venha tomar um guaraná na minha casa”. Em cada casa, ouvíamos as histórias da chegada de um povo imigrante, da saudade da família e do lugar que ficou para trás, da alegria de morar numa região rica; e assistíamos televisão juntos, ouvíamos rádio, conhecíamos crianças, adolescentes, adultos e idosos. Bebíamos e comíamos. De repente, um vizinho chamava ou era chamado por cima do muro. De perto, pudemos presenciar os contatos costumeiros e assistir a diversas manifestações de solidariedade.

3.2. Objetivos

Em termos gerais, o objetivo desta pesquisa é o estudo da solidariedade enquanto um fenômeno psicossocial. Para isso estão sendo investigadas as práticas de cooperação e ajuda mútua existentes no cotidiano de moradores da comunidade *Padre Josimo*. Procuramos descrevê-las observando as circunstâncias em que aparecem e o significado que possuem para

os moradores, buscando através disso analisar as bases psicossociais que as compõem e o papel do contexto histórico-cultural na construção de relações de cooperação.

3.3. Participantes

Esta pesquisa contou com a participação de três tipos de sujeitos: os amigos, os sujeitos escolhidos aleatoriamente, e os que foram escolhidos de acordo com critérios. Os amigos, conforme explicamos anteriormente, foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Suas casas também serviram como campo de observação-participante. Entre os participantes aleatórios, encontram-se as pessoas com as quais interagimos no caminho, algumas na rua, outras na praça e outras que nos convidaram para conhecer suas casas, possibilitando que compartilhássemos um pouco das suas vidas e atividades diárias. A maior parte desta amostra é composta por mulheres adultas. Em todos esses contatos, explicitamos que estávamos fazendo uma pesquisa sobre o bairro e que nossas conversações (conversas informais) fariam parte dela, se eles permitissem. Procuramos não informar que “estávamos em suas casas para observar se acontecia algum tipo de interação solidária”. Avaliamos que esta informação afetaria a espontaneidade de suas ações. Estes encontros, e algumas das conversações que assim se deram, compõem nossos diários de campo.

Os participantes selecionados a partir de critérios foram os sujeitos das entrevistas. Decidimos entrevistar pessoas adultas (na faixa de 23 a 55 anos), e procuramos garantir uma distribuição equilibrada de gêneros, bem como de moradores de diferentes ruas e redes de relacionamento. O propósito desta distribuição é caracterizar melhor o universo das práticas solidárias, já que acreditamos que elas podem se dar de maneiras específicas a cada grupo e gênero. No entanto, não conseguimos uma amostra equilibrada de gêneros (foram entrevistados quatro homens e sete mulheres), pois nos horários disponíveis para as entrevistas (manhãs e tardes de dias de semana, ou seja, horário comercial de trabalho) era mais difícil encontrar os homens em casa.

Procuramos os moradores mais antigos do bairro, de preferência aqueles que tivessem passado pelo período da ocupação. Dos onze entrevistados, conseguimos oito que tivessem chegado ao bairro neste período. Foi realizada apenas uma entrevista com uma ex-moradora e ex-líder, com o objetivo de enriquecer nossos dados sobre a história do início do bairro (ou seja, a história do movimento de ocupação).

3.4. Instrumentos

De acordo com nossos referenciais metodológicos, utilizamos os seguintes instrumentos para coleta de dados:

- Diários de campo: foram registrados diários de todas as idas a campo realizadas entre abril de 2005 e janeiro de 2006 (somam ao todo 16 relatos). Esse instrumento geralmente serve como auxiliar nas pesquisas que utilizam o método da observação-participante. Consiste em registrar os acontecimentos observados e vividos, as conversas informais²³ e as impressões do cientista acerca destes. As informações foram registradas logo após a saída de campo. Uma contribuição importante deste instrumento é complementar as falas dos entrevistados. Percebemos que algumas práticas são tão comuns que eles não as consideram “solidárias”, esquecendo-se de mencioná-las nas entrevistas (isso foi verificado comparando-se os fatos observados com os relatados). Assim, encaramos a fala como um ingrediente a mais nesta análise, e não como aspecto central.

- Entrevistas semi-estruturadas: A escolha de um roteiro semi-estruturado se justifica pela possibilidade de abordar assuntos que surjam como desdobramentos do tema principal, tendo, ao mesmo tempo, a chance de fazer perguntas diretamente relacionadas ao tema. Na realização das entrevistas, o roteiro foi utilizado na sua função orientadora, permitindo que os entrevistados desenvolvessem seus discursos com maior liberdade.

As questões formuladas tinham o propósito de levantar dados sobre as experiências dos entrevistados com relação à cooperação entre vizinhos, e sobre a história de consolidação do bairro, considerando-se as relações de vizinhança estabelecidas no espaço e as origens dos moradores. O roteiro (ANEXO II) foi dividido em três partes: a primeira, relativa à história do bairro, levantava também informações sobre o local de origem do morador e sua participação na ocupação. A questão inicial era: “*me conte um pouco como foi a ocupação*”; ou, para os que tinham chegado ao bairro um pouco depois: “*como foi a chegada no bairro, o que você viu?*” Em seguida, para entrar nas questões mais direcionadas à solidariedade,

²³ Em algumas destas conversas conseguimos reunir dados acerca do bairro, sua história e características, em momentos onde uma entrevista não fazia parte das previsões (por exemplo, durante as nossas inserções iniciais no campo, quando ainda não tínhamos formulado o roteiro). Tais conversas tiveram um papel fundamental na inserção do pesquisador, servindo como aprendizagem e ponto de referência para a definição de um roteiro formal de entrevista. Serão consideradas ao lado das entrevistas na análise das representações, pois, segundo Moscovici (2002), “(...) os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum.” (p.9).

perguntávamos: “*como é o dia-a-dia no bairro?*” Esta pergunta foi interessante, pois possibilitou, em algumas entrevistas, abordar a questão da interação solidária entre os moradores sem a necessidade de um “termo adequado” para isso ²⁴. De toda maneira, para aqueles que nada comentavam a esse respeito, prosseguíamos com a questão: “*como é a convivência com os outros moradores?*” E a partir daí tentávamos obter narrativas sobre as práticas e os seus significados. Em seguida, na segunda parte, procurávamos levantar informações acerca do que chamamos de “solidariedade interpessoal”, ou seja: a solidariedade oriunda das relações pessoais entre amigos e vizinhos, direcionada especificamente para “alguém”. Para a terceira parte, organizamos questões sobre a vivência da “solidariedade comunitária”, isto é, aquela que visa benefícios coletivos para o bairro.

- Leituras de atas, boletins informativos e documentos: tivemos acesso aos primeiros boletins informativos feitos pela Associação do bairro, que são interessantes porque mostram as preocupações do início do bairro e de seus primeiros líderes. As primeiras atas realizadas nos ajudaram a conhecer melhor o bairro e as estratégias de organização deste. Tais dados foram condensados na narrativa da história da ocupação.

3.5. Procedimentos

Tendo em vista que todo o procedimento de entrada no campo (e por sua vez, o acesso às informações por meio das observações-participantes) foram relatados no item 1.2 deste capítulo, nos ateremos nesta parte à realização das entrevistas formais.

Para a seleção dos participantes das entrevistas, pedimos auxílio à V., membro da diretoria da Associação que, em virtude de entregar os boletos (da COHAB) e recolher as taxas dos moradores de casa em casa, é a pessoa da Associação que mais os conhece.

V. apanhou a sua lista de moradores e foi sugerindo diversos endereços que satisfaziam aos requisitos (citados no item 3 deste capítulo), cujos habitantes poderiam ser encontrados em casa naquele horário e não nos ofereceriam nenhum tipo de constrangimento²⁵. Pedimos o maior número possível de pessoas, para que a partir daí pudéssemos fazer uma escolha mais ou menos aleatória, reduzindo um pouco a interferência de V. na pesquisa.

²⁴ Estas questões foram formuladas junto com a banca no exame de qualificação, e, como se pode ver, foram de grande valor - dentre outras contribuições importantes para este estudo.

²⁵ Embora sejam raros os casos, tomamos a precaução de evitar casas cujos moradores pudessem estar envolvidos em algum tipo de ação ilegal.

Com a lista de endereços sugeridos, fomos passando pelas casas e procurando os moradores que estavam disponíveis. Tivemos uma boa recepção por parte de todos os entrevistados. Nós nos apresentávamos, dizendo que estávamos desenvolvendo uma pesquisa sobre o bairro e que V. tinha sugerido que procurássemos o morador em questão. Acreditamos que esta referência de alguém do bairro tenha facilitado o nosso trabalho. Quando uma entrevista é uma conversa planejada, com uso de gravador (quando autorizado), e algumas vezes sem conhecimento prévio do entrevistador, as pessoas tendem a se intimidar um pouco. Por isso a referência de V. foi de fundamental importância, bem como as demais amizades feitas no bairro.

As entrevistas foram realizadas dentro das casas, orientadas por um roteiro que tínhamos à mão e com uso de gravador. Antes de tudo, esclarecíamos que se tratava uma pesquisa de psicologia social, com o intuito de analisar a convivência dos moradores do bairro. Propositalmente, procuramos não revelar o objetivo específico de estudo da solidariedade, para que isso não influenciasse as respostas. Explicávamos a importância do uso do gravador para nossos registros, e nos comprometíamos a manter o anonimato das informações. Por último, apresentávamos um termo de “livre consentimento” (ANEXO III) de participação na pesquisa, que era assinado por eles.

3.5.1 Considerações sobre as entrevistas-piloto

A amostra foi escolhida de acordo com o critério de “moradores mais antigos do bairro”, já que a intenção era conhecer a história do bairro e buscar aspectos que levassem à compreensão das origens histórico-culturais das práticas solidárias. As três entrevistas-piloto duraram de uma hora e quinze minutos a uma hora e quarenta e cinco minutos. Foram realizadas da seguinte maneira: primeiro, a pesquisadora foi apresentada por amigos do bairro (também membros da Associação) aos dois moradores que ainda não conhecia. A intenção da pesquisa foi explicada, e, após o consentimento, os horários disponíveis foram levantados e as entrevistas foram marcadas nas próprias casas dos moradores.

A primeira entrevista, feita com D., foi agendada diretamente com ela, graças ao vínculo existente entre nós (desde 2002). Nos dias das entrevistas os participantes assinavam um termo de livre consentimento (igual para toda a amostra) mediante o qual a pesquisadora se comprometia com certos aspectos éticos relativos à entrevista, garantindo, por exemplo, o

anonimato das informações. Foi feito uso do gravador com permissão dos entrevistados, para que não se perdesse dados importantes.

Tendo-se em vista o consenso, entre várias teorias, a respeito de abordar a solidariedade como sinônimo de cooperação e ajuda mútua, partimos desta definição consensual para os três primeiros roteiros-piloto. Observamos que o uso deste termo gerou um problema metodológico: por um lado, a representação que temos de “ajuda”, “cooperação” e “colaboração”, não correspondia à deles, e, por outro lado, tais conceitos não estão associados às práticas vivenciadas por eles. Ao contrário do que possa parecer, não negamos o fato de nem todos se envolverem solidariamente com os vizinhos, nem o de que as pessoas não costumam estar disponíveis em todos os momentos. Mas isso foi interessante, pois permitiu avaliar que o problema maior era que a estrutura do roteiro-piloto atribuía antecipadamente um valor às práticas que estávamos estudando.

A questão central do roteiro era: *Você diria que os moradores deste bairro costumam se ajudar? De que forma/ com que atitudes ou coisas?* Entre os vários dados obtidos, percebemos que para duas das três pessoas entrevistadas a “ajuda” era algo que não existia no bairro: *“aqui vive cada um para si...”*, afirmou R., e, nas palavras de L.: *“aqui ninguém ajuda ninguém não!”* No entanto, tais respostas não coincidem com o que estávamos observando. Uma suposição é que essas práticas podem existir dentro da estrutura do cotidiano como regras de sociabilidade, ou ainda, como mera obrigação.

Além disso, as entrevistas-piloto se mostraram um tanto extensas (cansativas para os entrevistados) e, embora interessantes, os relatos se afastaram do tema central deste estudo. Havíamos focalizado muito a história, e pouco as práticas cotidianas.

Após a análise das entrevistas-piloto realizadas, construímos um roteiro definitivo que foi utilizado na amostra restante (ANEXO II). Como conseguimos alguns dados significativos nas entrevistas-piloto, decidimos aproveitá-los para fins de análise.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Descrição e análise das Práticas Solidárias Cotidianas

Tendo em vista os nossos objetivos, iniciamos este capítulo pelo primeiro deles: descrever as práticas em estudo. Já falamos bastante delas nos capítulos teóricos, referindo-nos a práticas modestas e corriqueiras que, por serem tão “naturais”, quase não são mencionadas pelas pessoas como algo de especial. No início desta pesquisa, quando tentávamos levantar os significados dessas atividades para os moradores, costumávamos chamá-las de “ajuda”, “colaboração” ou “contribuição”. Por diversas vezes perguntamos: “*na sua opinião, os moradores daqui costumam se ajudar de alguma maneira?*” ou: “*tenho percebido como é comum vocês se ajudarem, colaborarem um com o outro no bairro. Por que acha que existe isso?*”

Esta questão foi feita tanto em conversas informais, quanto nas entrevistas-piloto. Várias pessoas não sabiam a que estávamos nos referindo, ou respondiam que isso não existia no bairro. Embora tivéssemos observado que existia de fato, nossa primeira interpretação das reações foi acreditar que as práticas de ajuda mútua não faziam parte da vida de todos, ou seja, estavam restritas a uma minoria. Abordar este tema foi complicado.

Decidimos então recorrer a alguns moradores que compreendiam o que estávamos querendo estudar, e pedimos a eles sugestões de termos ou significados. A resposta que tivemos foi que o problema não estava no termo, mas sim no fato de que as pessoas do bairro viviam isso e não “sabiam” (teoricamente, claro).

Resolvemos então conversar sobre isso na casa de D. e H., nossa “base”. Estavam presentes A., D., H. e V., moradores que desde o início compreenderam o que estávamos querendo com esta pesquisa, e o que chamávamos de “ajuda”. Primeiro, perguntei se havia algum outro significado destas práticas além de “ajuda”. Acharam que não, que esta é a palavra que melhor exprime o que queríamos estudar. Mas houve claramente um consenso, expresso num comentário de D.:

“isso que chama de solidariedade são coisas que as pessoas fazem, que faz parte do dia-a-dia do bairro, mas que ninguém sabe que tem esse nome”. (Diário de campo, 25/07/2005).

No dia do encontro com A. na casa de S., quando lemos juntos as informações sobre o “Padre Josimo”, lemos também uma carta da pesquisadora para a Associação sobre a pesquisa (ANEXO I). Ao ouvir falar pela primeira vez no tema da pesquisa, S. logo comentou:

“aqui ninguém quer saber de ninguém, só pensa em si”.

E A., que estava ao lado, disse:

“tá vendo? ela não vê.” (Diário de campo, 20/08/2005).

A nosso ver, isso mostra por que não poderíamos ter baseado esta pesquisa apenas nas entrevistas ou no que as pessoas falam. O contato com S.L. nos mostrou isso. Quando fomos à sua casa não a conhecíamos ainda, e o que ficou claro durante a entrevista foi que ela era uma pessoa que não tinha muitas amizades, por não ter tempo de sair de casa e por ser um pouco tímida. Ao lhe perguntarmos sobre a convivência no bairro, ela respondeu:

“aqui ninguém confia em ninguém, bom pra mim, na minha opinião. Não tem, eu não confio em ninguém, também não tenho liberdade com ninguém (...)”

A impressão (ingênua) que tivemos de sua casa parecia confirmar este dado: uma casa com um muro enorme e um portão todo fechado, por onde não se via a rua. Cerca de uma semana depois, numa manhã ensolarada, estávamos passando pela praça quando nos surpreendemos ao avistar S.L. sentada numa cadeira à sombra das árvores, conversando com M. Sentamos com elas, participando da conversa um pouco. Cerca de meia hora depois, S.L. levantou-se para fazer o almoço. Neste momento, iniciamos uma entrevista com M. seguida por outra com A.N., que descansava na sombra da praça depois de capinar o mato. Pouco depois, M. veio me chamar. Disse-me que S.L. havia feito um prato de comida para nós três. Servi-me e fiz uma pergunta sobre a amizade delas: se era comum esta atitude de S.L. M. disse que sim; que como S.L. sabia que ela estava passando por dificuldades, sempre perguntava se ela já tinha almoçado e o que ia comer.

“Acaba sempre trazendo alguma coisa.” (Diário de campo, 16/01/2006)

No entanto, não podemos ignorar o fato de que para algumas pessoas a amizade, a proximidade e a solidariedade com outros moradores é difícil, seja por situações desagradáveis já vividas, por timidez ou por saudades do lugar onde moravam antes. Embora este não seja nosso foco de análise neste trabalho, vamos citar alguns exemplos.

C. tinha muitas saudades do bairro onde morava antes de ir para o *Josimo*. Era um bairro próximo, no qual continuava trabalhando e onde fazia questão de manter suas amizades, apesar da mudança. Ressentia-se da grande diferença entre as pessoas e os costumes dos dois bairros. Para ela,

“no Josimo as pessoas não ficam papeando na rua, fica todo mundo pra dentro de casa.” (Diário de campo, 03/04/05).

Um dia, lavando uns quiabos depois de ter me servido um café na sua casa, C. falou sobre as suas dificuldades no *Josimo*, afirmando que lá não tinha amigos. A primeira amizade que tinha arranjado a decepcionara: acabara emprestando dinheiro e levando um “calote”, além de ter ficado com o nome sujo numa loja de móveis por obra da pessoa à qual dera o empréstimo. De repente, o marido dela chegou e perguntou onde ela havia arranjado aqueles quiabos. C. respondeu:

“o Seu T., que mora lá na rua 9, que me deu”.

Foi interessante a observação do contraste entre o que ela falava e os fatos reais. Ficou ainda mais evidente que tais “gentilezas” realmente fazem parte do dia-a-dia, permeando a vida de quase todos por lá.

R. contou em entrevista sua chegada na ocupação e o fato de não ter recebido e nem oferecido ajuda, atribuindo isso à timidez de seu marido:

“(...) tem gente que ajuda outra pessoa, tem gente que num ajuda. Só faz seu cantinho. Que ele era um pouco tímido, arrumou só o nosso, carpiu só o nosso. Cada um carpia o seu (...).”

Em outros momentos da entrevista, ela voltou a afirmar que no bairro a ajuda entre vizinhos é muito pouca, contando que, quando ela e seu marido ergueram a casa e o muro, as pessoas viam, passavam pela frente olhando, mas não ofereciam ajuda. Na sua opinião, este é o tipo de coisa que não se pede: a gente vê que outros precisam de ajuda, e a oferece. Mas, embora seja incisiva quanto a isso, ela falou das suas trocas de favores com vizinhos, inclusive uma vizinha com a qual não tem um bom relacionamento. Essa experiência, que está sendo analisada no próximo item entre as práticas de solidariedade, mostra que estas não se fundamentam apenas na amizade.

De toda forma, não conseguimos ter acesso a nenhum morador que vivesse completamente isolado, sem estabelecer qualquer tipo de troca, cooperação ou ajuda. O que podemos afirmar, é que existem graus de proximidade e circunstâncias que a contextualizam. Poderemos observar isto melhor na análise das práticas existentes.

Iniciando a descrição das práticas de solidariedade interpessoal que foram identificadas nas observações e entrevistas, nós as agrupamos em diferentes categorias, de acordo com a circunstância desencadeante: desemprego e situação de extrema pobreza,

acidente, doença, maternidade, construção, proximidade, amizade, e – talvez as mais comuns – compartilhamento de recursos pessoais e trocas de favores.

Estas são as situações que geram o contato solidário entre os moradores. Os significados que são trazidos, e os motivos que os levam a “estender a mão”, serão analisados no próximo capítulo.

4.1.1 Desemprego e situação de extrema pobreza

Uma interpretação de “ajuda” foi relacionada com a falta de assistência do Estado e das políticas públicas – que, se fossem mais efetivas, evitariam esta prática – como podemos observar na entrevista com L.:

“Nós temos muito pessoa aqui no bairro, carente, viu? (...) Tem muita pessoa que necessita de ajuda do outro, viu? Muita. Que precisa de uma cesta básica, que nós não tem, viu, o posto de saúde ali atende bastante aqui nós (...) a gente tem esse privilégio muito bom, viu, sempre a Saúde tá aqui dentro cuidando, vendo como é que tá as fossa, como é que tá o bairro, neste ponto a Saúde tá bem junto da gente, sempre vem fazer visita, mas a parte de carência de pessoa que precisa de uma ajuda, não tá tendo, tem pessoa que precisa de muita ajuda aqui e não tá tendo. Tem pessoa que não tá podendo pagar a COHAB, tem pessoa neste ponto, que não tem um emprego, não tem um salário (...) Ajuda financeira, ajuda do trabalho... Isso é o que eu falo aqui pro meu filho e pra minha esposa, se o governo trabalhasse certo, ninguém precisaria da ajuda de governo, porque tinha um salário digno, o direito do cidadão.”

Assim, a ajuda deveria vir do Estado. Entre vizinhos é complicada, porque

“(...) como se diz, o bairro é pobre, a pessoa ajuda hoje e amanhã não ajuda, porque não tem também como ajudar (...)”.

E portanto, na opinião de L., o Estado deveria garantir o mínimo:

“Só do camarada ter o direito de trabalhar pra manter a família, já é o primeiro passo. Ter a saúde dele para ir pro trabalho pra se manter, pra não precisar da ajuda do vizinho, nem do governo pra pedir cesta básica (...)”.

Desta forma, L. acha que o governo deveria resolver a questão da ajuda material proporcionando emprego para todos, e não distribuindo cestas básicas:

“Eu não concordo com isso aí, esse trabalho do governo de dar cesta básica, eu não concordo; é preciso? É preciso. Mas eu não concordo, eu como um pobre, eu sou pobre

mesmo, porque eu acho que o emprego pro cidadão é o essencial pra ele manter a família dele (...)”

Mas ainda assim, a proximidade e a amizade com os vizinhos é fundamental para L. Como veremos mais adiante, L. acredita que é necessário se aproximar do vizinho, se importar com a vida dele e com as dificuldades pelas quais ele está passando.

Na entrevista com F., a dimensão do desemprego também aparece. Enquanto fazíamos a entrevista, havia cerca de 6 ou 7 rapazes fazendo obras na casa dele; todos amigos, como ele comenta:

“Que nem hoje, vejamos aqui, hoje os menino tá aí, ó, porque a maioria dos colega meu tá desempregado. Mas como tem um biquinho aqui, um ajuda o outro, ‘ô, quer dar uma força ali, dou um tanto...’ ‘ô, preciso de tal coisa assim, você pode me ajudar...’ ‘não tem preguiça, hoje é a hora’. É unido. Temos um time de futebol aqui (no Josimo) que chama união. (...)”.

Quer dizer que neste contexto o trabalho aparece como uma forma de ajudar um amigo que está desempregado; em contrapartida, a resposta positiva do amigo é um sinal de união e amizade.

H. ficou muito mal na época em que estava desempregado. D., sua esposa, conta na entrevista que eles ganhavam muitas coisas; e, ao mesmo tempo em que se sentiam envergonhados com isso, também se emocionavam com a generosidade dos vizinhos:

“Ficou eu e o H. desempregado, a V. trazia comida pra gente, a S.M. que... às vezes eu chorava, porque eu ficava com dó dela. Eu não tinha nada de comer, ela comprava 10 pão. São ela, e cinco crianças. Ela comprava 10 pão, ela ainda trazia um para mim, um para H. e um para I. (sua filha). Sabe, eu ficava chorando, como agora tá me dando vontade de chorar (...)”.

Hoje, que os dois estão empregados, H. pede para D. encher a despensa de comida e quer convidar todo mundo para comer. Percebemos que, em diversas circunstâncias, a comida é importante para aproximar as pessoas, sendo com frequência considerada um gesto de gentileza e generosidade.

L. montou com a esposa uma barraca na Festa Nordestina, com a intenção de arrecadar dinheiro para investir no campinho. Lembrando-se de sua vizinha, que estava desempregada, ele lhe ofereceu trabalho:

“(...) então ela tem duas criança, não tem como trabalhar, então eu disse assim: se quer ganhar um pouquinho, se um pouquinho te serve, não posso te oferecer muito, mas

conforme meu lucro da noite, eu divido contigo o pão. Tu quer ir me ajudar lá na barraca, ganhar o pão pro teus filho, bora, o lucro que der lá nós divide.”

Casos de extrema pobreza que ocorrem em algumas famílias chegam a impressionar os demais moradores. Como relata V. em entrevista,

“Não sei a cara da fome. Não sei a dor que é sentir fome. Não sei o que é isso, e aqui você vê muita gente passar por isso. Muita gente, muita, muita, tem gente que passa ainda. Tem casa que você entra aqui fica horrorizado”.

Estas situações tendem a gerar algum tipo de mobilização da parte dos moradores. V. oferece o que tem em casa:

“(...) tem pessoas aqui que você (...) sente na pele o que a pessoa passa. Aí eu chamo pra casa, falo: vamo pegar umas coisinha lá em casa, dou carne, o quê que tá faltando na sua casa? (...) Graças a Deus, Deus sempre me deu, pra poder ter pra servir essas pessoas, e sempre tem, graças a Deus sempre tem. Então, mas é... tem gente aqui que passa uma vidinha feia, viu?”

O tipo de mobilização varia tanto de pessoa para pessoa, como de gênero para gênero. Ao se deparar com uma família em extrema necessidade, D. percorre o bairro mobilizando a todos, tentando juntar o maior número possível de doações ali dentro:

“Então assim, eu chego numa casa, aí eu vejo as crianças tá tudo descalça, sabe, neste frio tá de camisinha. Falo, ‘nossa, não tem blusa de frio?’ ‘ah, não tenho...’ ‘não tem um tênis?’ ‘não tenho.’ Então eu, (...), outras mulheres, ‘ah, então tá.’ Aí vai para casa, aí fala pra vizinha assim: ‘nossa, eu fui ali, o menino não tem um tênis, não tem uma blusa de frio.’(...) ‘ah, então vamo ajudar’. Aí outra já fala para outra: ‘você não tem uns casaquinhos?’, ‘você não tem um tenizinho do seu menino para dar pro fulano?’ ‘Tenho’. Aí nisso, sai juntando aquela sacola de cobertor, roupa de frio, sapatinho, tênis, tal. Aí vai lá e leva para aquela pessoa que não tem.”

D. ressalta que isso se dá entre as mulheres. Os homens se mobilizam mais para socorrer construções e obras no bairro (encanamento, energia elétrica, etc.). Por exemplo: um caso de extrema necessidade, citado por diversas pessoas, foi o de um senhor aleijado das duas pernas que se mudou para lá. Segundo relatam as pessoas, ele e sua esposa são de idade e têm dormido dentro do carro, um Corcel velho. Como nos conta M.G.,

“os homens do bairro se juntam para erguer a casa dele aos finais de semana. Ele compra o material, mas a mão-de-obra é de graça, é voluntária”.

Mas um problema é que, embora as pessoas do bairro ajudem, a maioria só tem disponibilidade nos finais de semana. Com isso, a casa dele nunca termina. L. pensa em fazer o seguinte:

“(...) eu quero ver se faço uma reunião aí com o povo pra gente arrecadar um dinheiro ou então um pedreiro pra construir a casa da mulher, porque é uma família que não tem perna (...). Ele não tem as duas perna. É uma pessoa muito que precisa de ajuda, ele é de idade e não tem as duas perna, esse tá precisando de nossa ajuda. Entendeu? E não tem um canto pra morar, inclusive, ele dorme dentro do carro.”

4.1.2 Acidentes

Os acidentes referem-se principalmente a desabamentos de construções. Isso é muito comum em dias de chuva forte e tempestades, por ainda existirem muitas moradias feitas de remendo de tábuas e telhas. Estivemos lá num dia em que o telhado de S.M. havia desabado com a chuva, na noite anterior. Observamos que havia 3 vizinhos ajudando os filhos dela a erguê-lo, e pudemos observar que alguns se aproximavam estudando uma forma de contribuir com algo. Este dia foi lembrado por D. em entrevista:

“(...) vou citar o barraco da S.M. que caiu (...) o H. saiu chamando, eu fui na casa da C.I., (...) a C.I. trabalha com a S.M., (...) só que os maridos não se conheciam. Aí eles se conheceram, o H. foi lá, o D.I. deu umas madeirites, (...) veio, trabalhou sábado todinho aqui ajudando, entendeu, (...) e eles não se conheciam. Aí o outro menino lá da rua 7, o H. foi lá atrás, ele não veio ajudar, mas ele deu um pacotão de prego, sabe, o L. deu madeira. (...) Às vezes eles não vêm ajudar, mas eles dão as coisas que precisam..”

Como D. observou, quem presta este tipo de socorro são geralmente os homens:

“(...) tem um cano furado ali. Vamos arrumar aquele cano?’ Aí chama os vizinhos, e um dá o cano, o outro dá a cola, o outro vai com a enxada, e aí vai lá e arruma o cano. Aí vamos dizer... outra coisa assim, que envolve todo mundo. O seu barraco caiu, tá, então junta os vizinhos tudinho da sua rua, os homens, uns pega madeira, os outros dá prego, o outro leva o serrote, e junta um dia de domingo e vai os homem tudinho arrumar seu barraco, entendeu?”

A mobilização é feita da seguinte maneira:

“(...) a gente mora na rua 10. Se ele chegar na rua 6, na rua 7, na rua 8, falar assim ‘ó, vamos dar uma ajudinha ali para gente levantar o barraco daquela senhora lá que caiu?’

os homem vêm tudinho. ‘Marca pra domingo que a gente vai’ . Aí marca um domingo assim, certo que tem que levar uma garrafa de cachaça, mas vai. (Risos)(...) Aí um amigo já chama o outro, o outro já chama o outro, daqui a pouco tá aquele monte de homem lá, num instante faz o barraco.”

Com esta afirmação, D. faz referência a uma variável bastante interessante: a garrafa de cachaça, citada com risos, que é uma forma de agrado pelo serviço prestado. Como veremos, isso é bastante comum nos casos das construções, mas nem tanto quando há acidentes.

Outro tipo de acidente narrado, foi quando S.L. teve que socorrer uma menina que quebrou o braço e cuja família não estava presente:

“Socorri a menina da esquina uma vez. Quebrou o braço e... não tinha outro quem levar, aí eu fui. Fiz o irmão dela levá, tem problema com droga, o irmão dela, então... a gente foi lá (...).”

4.1.3 Problemas de saúde

Após entrevista com V, encontrei com sua vizinha, A.L. Ela estava com babosa na mão, dizendo que havia trazido para V. pôr no pé. V. sofre de lupus, e, como A.L. anda muito, tinha pedido que ela lhe trouxesse a planta, caso a visse. Esta também foi uma situação importante de se observar, pois na entrevista V. havia dito que sempre colabora com os outros, mas não gosta de incomodar pedindo coisas. Embora tenha falado que o lupus estava progredindo, não fez referência alguma à colaboração de outros.

Uma outra situação interessante, embora tenha sido a única, sugere que nem sempre a colaboração e o compartilhamento se dão em função de boas relações, existindo mesmo quando o relacionamento é ruim. Isso ocorreu no caso de duas vizinhas que tiveram um problema no passado que prejudicou a relação entre elas. A filha de R. estava com muita febre, e, naquele apuro, ela pediu um termômetro emprestado à vizinha:

“Só que ela não conversa comigo. Pra mim o que aconteceu foi passado. Já tá perdoado, não ligo mais não. (...) Um dia minha filha tava aqui queimando de febre aqui (...) Aí eu fiquei (...) doida, doida, doida, aí sabe, sem querer você fala assim: ‘ai, fulano, pede lá se ela tem um termometo pra eu medir... e quando eu falei... já foi. Aí ela veio aí no portão, ela disse assim ‘você mandou pedir o quê?’ ‘não pra ver se você tem um termometo, para medir a febre da M.C. que desde ontem ela tá com febre, não adianta eu levar ela no médico,

porque ele vai passar dipirona e dipirona eu tenho em casa. Daí ela me deu, me emprestou. De noite eu devolvi, devolvi na mão dela, porque ela não gosta que quando pega as coisa emprestada dê pras criança, quer que dê na mão dela, eu já conheço a peça (...)”

4.1.4 Maternidade, crianças e cuidados

Difícilmente uma criança se perde pelo bairro. Os moradores se conhecem, sabem quem mora e quem não mora ali:

“Um dia o B. era pequeno, (...) abriu aí e subiu a rua.. eu procurando o B., nada de achar o B., eles que foi trazer o B. aqui. O B. era pequenininho ainda... os cara, eles disseram que achavam que o B. morava aqui (...)”(Entrevista com R.).

D. resolveu ajudar uma amiga de sua filha, de 16 anos, que não recebia muita atenção da família e estava começando a beber demais. A jovem já tinha saído da casa da mãe para ir morar no bairro, com a irmã e o cunhado. Eles tinham pedido que ela voltasse para a casa da mãe, porque não estavam conseguindo estabelecer limites nem responsabilidades para ela. D. deixou que ela passasse uns dias na sua casa, porque era amiga da sua filha, com a condição de que ela assumisse algumas responsabilidades. D. não se conforma com o descaso da mãe da menina e quer ajudar, porque sabe que a garota anda bebendo demais e se preocupa com isso.

D. também se habilitou a levar uma amiga de sua filha na maternidade, a pedido da mãe da menina. Foi cobrada por isso, como se estivesse fazendo demais:

“(...) ela sempre viveu aqui em casa (...). Só que a mãe dela pediu para mim levar ela, eu fui levar e tal. (...) No dia que eu fui buscar ela uma pessoa falou: ‘poxa, mas você já foi levar, você foi visitar, você foi levar a menina, foi levar roupa, agora você vai buscar ela na maternidade? E cadê a família?’ Eu falei ‘ué a família tá em casa, eu vou porque eu quero!’. Eu me sinto feliz, eu tô doida pra ir buscar ela para casa. Pra mim isso não é nada demais. (...) Eu queria realmente, do fundo do meu coração, eu queria buscar ela, sabe? É alegria para mim. Falando nisso eu ainda não fui lá ver meu netinho (risos).”

Cuidar do filho de uma vizinha é algo bastante comum também, e geralmente se dá entre mulheres que são mães, como D.N. nos contou em entrevista:

“(...) às vezes, quando ela não tem dinheiro eu fico... mas quando ela quer pagar... a gente sempre precisa de dinheiro, né? (...) mas quando ela precisa mesmo eu sempre fico com ela, quando tem que sair, que ela faz pecinha pra firma ali, depois ela vai no médico, no

mercado, e tá com muita pressa e vai voltar logo, aí (...) eu fico com os filhos dela, quando eu preciso ela fica com minha filha, geralmente eu vou na cidade ou vou num médico também, entendeu? Não dá pra mim levá ela, aí eu pergunto pra ela: você vai sair? Ela fala não, vou ficar o dia todo em casa, então pode ficar com minha filha? Posso.”

4.1.5 Construção

Um aspecto característico de bairros como o *Padre Josimo* é o fato de estarem em construção; isso se dá tanto com relação aos espaços coletivos, quando aos espaços privados. A construção é uma das atividades que mais podem ser observadas nos finais de semana do bairro. A luta pela terra foi vencida; agora luta-se por recursos para construção e ampliação das casas. Muitos moradores, como M. (que estava desempregada até pouco tempo), vivem em um só cômodo; alguns ainda não têm banheiro:

“Hoje? Hoje isso aqui é o paraíso porque eu gosto disso aqui, sou apaixonada por isso aqui...(…) Eu gosto muito daqui. (...) E aqui mesmo, eu não tô, não tô bem ainda não, mas... Eu quero construir, ainda não construí minha casa, tô nesse pedaço, nessa coisiquinha aí, mas eu tô sonhando ainda, e esse sonho vai realizar...”

Nesta circunstância podem ser observados diferentes tipos de ajuda. As construções quase sempre envolvem algum tipo de recompensa (quando não se dão em situações de extrema necessidade ou acidentes), pois o serviço é geralmente pesado.

Diante de uma obra, M.G. comenta que estavam ajudando por interesse, porque depois o dono ofereceria churrasco e cerveja para aqueles que ajudassem.

“E se ele não oferecesse o churrasco? Seria mais difícil, porque a laje é muito trabalhosa de ser feita. Mesmo com churrasco não deixa de ser um trabalho voluntário, porque não estão recebendo nada pela mão-de-obra. Mas isso é bastante comum aqui, dos vizinhos colaborarem uns com outros? É, muito.”

Quanto às obras que oferecem um salário pelo serviço, não deixamos de considerá-las como práticas de solidariedade da parte do contratante, pois este geralmente pensa nos vizinhos e amigos que estão desempregados. Este segundo tipo de solidariedade foi citado no primeiro item desta parte, quando nos referimos às práticas que surgem em função do desemprego.

Vale dizer que a amizade geralmente está presente entre aqueles que participam de uma mesma obra. M.G. acha que ajudar depende da amizade existente. Ela precisou de gente

para erguer um cômodo, e C.A. o ergueu para ela. Ele diz que foi por amizade, porque só faz isso por amizade. C.A., que costuma colaborar com os amigos em construções, sentiu-se ofendido com o convite do dono de uma casa e desistiu de colaborar com ele. Ao convidá-lo, o dono disse:

“Já consegui 15 peão para ajudar.”

A reação dele, foi:

“Eu não sou peão... por isso não fui.”

D. se lembra de uma mulher que estava saindo com o filho da casa da irmã, porque havia conseguido um terreninho; num só dia ela arranhou toda a madeira, todas as telhas, e juntou um monte de homens para fazer o seu barraco:

“(...) foram lá e fizeram um barraquinho para ela. Ó, os homens, juntou 3, 4 para cavar a fossa, fazer o banheiro, os outros levantou a madeira tudo, em um dia fizeram um barraquinho para ela com o bebezinho. (...) Só porque para ela não ficar na rua, todo mundo foi lá e fez. (...)”

R. se referiu novamente aos vizinhos com os quais não se relaciona bem, mas que costuma ajudar quando é necessário. Geralmente eles chamam seu marido para ajudar a construir alguma coisa:

“O T.G. aí de primeiro sempre chamava o F.B. para ajudar ele, ele pedia opinião para fazer os barraquinho dele aí, (...) acho que o F.B. ajudou ele a construir o poste, parece... (...) a gente ajuda muito, mas a favor, sabe, pedindo alguma coisa que eles não tem, nós tem, eles sabe que nós tem...”

E. conta que precisou de ajuda para fazer o seu barraco:

“(...) eu precisei de pessoas para ajudar. O O. meu amigo ajudou, até a gente dormiu uma noite no fusquinha lá no terreno pro povo não invadir, aí quando foi no outro dia eu chamei algumas pessoas lá pra me ajudar a fazer, porque mulher não sabe fazer nada dessas coisas, nem pregar prego e essas coisa (...). A dificuldade maior que tive foi essa, minha particular, foi isso.”

E complementa:

“Então, a convivência das pessoas na minha época era maravilhosa, porque todo mundo ajudava todo mundo. Você ia fazer um barraco, os vizinho ajudava.”

4.1.6 Proximidade

A proximidade é uma dimensão interessante, pelo fato de ser reconhecida como um aspecto importante por muitos moradores. Não se trata propriamente de amizades (veremos que a amizade envolve escolha e uma confiança maior), mas do simples fato de que estar perto é ter com quem contar. Para L., só de perto podemos saber o que o outro está precisando. L. veio do interior do Pará, e não se adaptou a Campinas nem ao estado de São Paulo; um dos motivos, é a distância que percebe entre as pessoas:

“ (...) isso é comportamento da cidade... te faz você ser assim, você não querer saber quem seu vizinho é. Porque do meu ponto de vista eu penso assim, ajudar meu vizinho com alguma coisa (...), é muito bom, e ser ajudado pra mim seria muito bom também (...). Já tem vizinho que não quer saber da vida do vizinho, ele não quer saber se o vizinho mata, se o vizinho rouba, se o vizinho fuma droga, ele não quer saber, ele quer saber dele. É isso que faz a pessoa ficar longe do vizinho, de ter aquela união. Porque às vezes o vizinho usa droga e você não quer se envolver com ele. Então você ficava aqui dentro, você acha que aquilo ali vai atrapalhar a sua amizade com ele, porque ele fuma droga e você não fuma. Mas não é, você tem que ficar é do lado dele, pra ver se ele sai daquele vício que ele tem. Só que ele tem que ter uma ajuda de alguém. Aí que tem que se aproximar dele. (...) Olha esse meu vizinho aqui. Ele é um bom vizinho, mas ele é viciado com bebida. Você viu quando ele veio me chamar? Eu tenho ele como um filho, a partir que eu tenho minha idade, 49 anos, ele eu não sei quanto tem, mas eu falo pra ele: pára de beber, rapaz! Você fica bebendo aí, não come, não se alimenta (...) então o que faz mais o povo ficar afastado um do outro é (...), o vizinho não quer saber quem o vizinho é. Não quer se envolver com o vizinho, devido o jeito do lugar. Às vezes o vizinho tem o defeito dele e o outro não quer se envolver com ele.”

Desta forma, a proximidade com a vizinhança significa se importar com as dificuldades do outro e poder oferecer alguma ajuda. Esta fala de L. expressa bem a importância da proximidade e da solidariedade que dela advém, referindo-se principalmente às situações de diálogo, conselho e escuta. Numa outra situação, relativa a outra pessoa, L. conta que já conhecia os problemas que ela enfrentava, mas não tinha tido ainda uma oportunidade de se aproximar. Na oportunidade que teve (através de um pedido de ajuda), pôde amenizar um pouco o sofrimento da pessoa:

“A vizinha aqui do lado, ela não se dá bem com o esposo, né, vive brigando, brigando, brigando... agora se separaram. Aí a luz caiu, acabou a força, ela pediu se eu

podia mexer. (...) Eu digo: 'tu tem escada aí?' 'Tenho.' Eu digo: 'eu tenho também uma ali, vou emendar e vou mexer na tua luz. E o vizinho fulano?' 'Separou, não deu certo, ele é agressivo, já tentei viver com ele uma par de dias mas não dá certo.' Então ela me falou isso aí, da vida dela um pouquinho (...)"

D.N. demonstra a mesma preocupação de L., ao ser questionada sobre a convivência com os outros moradores no bairro:

"Às vezes, a pessoa tá carente, ou tá triste ou tá com algum problema, você pode sentar e conversar, né? Falar uma palavra amiga pra pessoa (...)"

Num dia em que estávamos no quintal da casa de A., conversando sobre o bairro, a vizinha o chamou pelo muro com uma garrafa de café fresco na mão, dizendo que era para ele oferecer à sua visita. Agradecido, ele a convidou para entrar e se sentar com a gente. Ela estava deprimida, passando por dificuldades muito sérias (falta de dinheiro e problemas de saúde na família), mas nem por isso deixou de vir oferecer uma garrafa de café fresco, coisa que nos impressionou.

As pessoas que possuem cargos na Associação procuram conhecer os moradores e se aproximar mais deles. Não fazem isso só por causa das cobranças (de pagamento, de limpeza e cuidado com o terreno) que também fazem parte da função. Fazem porque acreditam que a união é fundamental para o bairro progredir. E também porque, conhecendo as pessoas, podem descobrir as necessidades do bairro e dirigir seus esforços para saná-las. Segundo E., esta prática existe desde o início do bairro, quando estavam tentando melhorá-lo para ganhar a causa na Justiça.

Nas vezes em que percorremos o bairro com A., observamos como ele trata as pessoas. Não passa por uma só pessoa (seja criança, adolescente, adulto, homem, mulher...) sem cumprimentá-la. Está sempre batendo nas portas das casas das pessoas para trocar uma palavra, estreitar os laços e tomar um café. Vimos que este é um comportamento de várias pessoas que são ou já foram líderes do bairro.

V., por exemplo, é uma liderança do tipo que faz questão de estabelecer contato com as pessoas:

"(...) eu forço a amizade. Tem pessoas que passa com uma cara feia; eu falo: 'oi, tudo bom com você?' (...)O J. (marido dela) quer morrer. Ele fala que eu sou cara-de-pau. Eu já saio zoando de manhã já, eu saio ando esse bairro inteirinho, inteirinho... eu acho que já tomei café na casa de meio mundo aqui dentro..."

Embora seja evangélica, V. comenta que o contato que faz com as pessoas lhe permite aceitar e respeitar a opinião de cada uma delas. Lembra-se de duas vizinhas que são da Umbanda:

“Tanto ela quanto a mãe dela são duas pessoas maravilhosas, só que como ela sabe assim, que eu não curto muito (a religião delas)... lógico que quando eu tô bem danadinha, eu vou lá e falo: ai, vô, pelo amor de Deus, me benze! Porque ó, como eu ando muito aqui, tem pessoas que conversam comigo, algumas, a minoria, conversa comigo obrigada. Tem pessoas que fogem. Porque sabe que eu tenho uma lista que ela tá devendo, eu sei que ela tá devendo.”

Este relacionamento no interior do bairro foi gerado pela proximidade que eles se dispõem a vivenciar. Dificilmente se pode observar tal união entre praticantes de religiões tão diferentes.

A proximidade da vizinhança é também uma fonte de informações sobre o bairro:

“Dentro de casa eu falo com ela pela janela (...) É, bater papo, conversar. Contar mesmo história do bairro, porque às vezes ela vai trabalhar, ela chega à noite, o que aconteceu ela quer saber, e eu falo.”

No início da ocupação, momento de bastante insegurança para todos, o apoio dos vizinhos que acreditavam no bairro foi muito importante para P.:

“Eles apoiaram, os vizinho...(…) Teve uns que apoiou, então foi legal, achei legal da parte deles...(…) Assim, ó, ajudando, né, ficava falando que bairro, começo, era aquele jeito, mas ia melhorar mais pra frente, tal, não desanimar, né, ficar firme no bairro. E a gente foi ficando, ficando...até que deu, né, que deu agora, já tá bem organizado, já a área já tá paga, né. Tá legal agora.”

Em alguns casos, principalmente quando envolvem um compartilhamento de recursos e amizade, a proximidade com os vizinhos é estabelecida de uma maneira bem visível. Observamos nas primeiras idas à casa de D. que havia uma espécie de passagem no muro (feito de madeira) que separava o seu terreno do de S.M. Quando precisavam de alguma coisa, ou queriam falar uma com a outra, não era preciso chamar: bastava passar pelo muro e entrar direto na casa da outra, sem precisar dar a volta. Mas claro que não era sempre. A intimidade em alguns momentos era preservada, e o sinal visível disso era o fato da porta estar aberta ou fechada. Vale dizer que, depois de mais de três anos deste contato, elas tiveram problemas e a amizade acabou. Percebemos isso num dia em que estivemos lá e reparamos que a passagem estava fechada. Aí D. nos contou o que tinha acontecido. Mesmo assim, elas

continuam compartilhando recursos sempre que é necessário, porque, como dissemos anteriormente, isso existe independentemente das relações serem boas ou não.

4.1.7 Amizade

Como foi citado acima, o fato das relações serem harmoniosas não é imprescindível para que se desenvolvam práticas solidárias. É como se estas se baseassem efetivamente em regras de conduta (o que será analisado no próximo capítulo). No entanto, sabemos que nos casos em que existe amizade, essas práticas possuem uma característica bastante peculiar. Não envolvem apenas uma questão de necessidade, mas também de prazer em compartilhar. Como afirma M., são as coisas diferentes do comum que são divididas:

“Ela me dá, nossa... é coisa diferente, sabe. Às vezes eu tô sozinha, ela sempre lembra de mim. A gente se vê todo dia, todo dia. (...)”

Dentre as coisas especiais que são divididas com os amigos, M. cita doces e comidas que são gostosas, sendo compartilhadas por isso:

“(...) ela é tão minha amiga, que ela é... ela é aquele tipo assim, se ela come um doce lá, ela tem que me chamar eu, ali, pra dá pra mim, você entendeu como que é? (...) Eu fico até, assim, chateada, por não ter, às vezes, coisa assim... pra retribuir pra ela. Só ela que tem pra mim, elas faz umas comidas gostosa, lá do Norte, do Ceará, que ela é de lá. Toda hora, ela tá, ‘M., experimenta aqui, que eu fiz! Você já almoçou?’ ”

Podemos perceber também que quando há amizade, existe uma disponibilidade que vai além do comum.

No início da ocupação, A. estava com o pé quebrado e E. fazia questão de que ele os acompanhasse nas negociações com a COHAB e onde mais fosse necessário. Os dois eram, e até hoje são, muito amigos, por isso E. nos conta que fazia um pouco mais por ele do que faria por uma outra pessoa:

“(...) porque eu carregava ele pra tudo que era canto: reunião levava A., com a muleta e garrado no meu ombro, pra tudo que era canto que eu ia. Pra COHAB ele, do mesmo jeito. Às vezes arrumava um carro, porque não dava pra carregar, arrastar ele até na pista, aí o J., tinha carro na época, eu pedia pra ele levar a gente na pista. Aí de lá a gente pegava o ônibus e ia pra COHAB. Era esse sofrimento, além de cuidar disso, eu ainda cuidava dele. Cuidava da casa dele, lavava a roupa dele, ainda fazia as coisa pra ele (risos), desse jeito, (...) aí eu cuidava do bichinho, tadinho.”

Nesta categoria aparecem as relações que envolvem confiança. Segundo V., não é difícil fazer amizade no bairro, mas para confiar é preciso escolher.

“Você tem, tenho muitos amigos aqui dentro. Muitos. Muitos amigos, amigas, me dou muito bem com todo mundo. Mas você sempre escolhe uma pessoa. A quem você tem certeza que pode confiar. Não todos. (...) Aqui você tem que saber as pessoas que você conta. (...) Eu tenho a D. (...) é muito triste você viver sem você ter alguém pra se abrir (...). Tem um problema na minha família, eu vou lá, eu choro no ombro dela, ela chora no meu ombro. (...) Como a mesma coisa, é uma troca nós duas, uma desabafa com a outra. Ela vem aqui chorar, eu vou lá chorar quando eu quero, tá entendendo? É... a que eu tenho aqui é ela. É uma amizade, amizade mesmo!”

Assim, os amigos são pessoas de confiança, escolhidas a dedo, com as quais se pode desabafar, como afirma D.N.

“Tem, tem a menina ali, a P.A., é a que eu mais, assim, às vezes, eu desabafo mais com ela, porque é a pessoa que eu confio, entendeu? É uma pessoa que eu confio...”

E para algumas pessoas, como M., os amigos são aqueles a quem a gente recorre preferencialmente nos momentos de apuro:

“Não, por que, eu já vou nessa que eu já tenho amizade mesmo. As estranhas (...) eu não vou, não.”

A busca de amigos foi também uma situação observada como geradora de gestos solidários. Quando D. chegou ao bairro, tinha um pouco de medo; por isso trancava a casa e ficava lá dentro, isolada. Mas logo percebeu que este não era o tipo de vida que queria. Queria fazer amigos, e assim criou sua estratégia:

“(...) para você fazer amizade, depende de você. Porque eu passei um mês sem fazer amizade com ninguém. Por que? Eles saíam para trabalhar, eu botava um cadeado no portão e ficava dentro de casa. Eu passei um mês isolada. Eu ficava com medo, entendeu? (...) Aí eu pensei, mas caramba, eu não vou morar num lugar assim. Aí lá (...) tinha um pé de chuchu, e a moça que morava aqui do lado tava no quintal (...). Aí peguei, falei assim ‘moça... você gosta de chuchu?’ a moça falou, ‘gosto’; ‘eu vou tirar uns para você’. Fui lá, catei um monte de chuchu, pus numa sacolinha e dei para ela. Aí a gente começou a conversar. Aí pronto, a partir daí, no outro dia, a gente ‘ai, bom dia!’ ‘bom dia!’ e já começou a conversar. Começou do chuchu. Aí um dia a V. ia passando, eu tava conversando com a menina daqui, aí eu falei assim: ‘você gosta de chuchu?’ aí a V.: ‘gosto’. ‘Toma uns para você!’. O chuchu que fez as amizades (risos).”

4.1.8 Compartilhamento de recursos

O compartilhamento de recursos pessoais ou privados é gerado muitas vezes em função da proximidade física. Em primeiro lugar porque, como disse L., os vizinhos mais próximos acabam conhecendo as necessidades e os recursos que a gente tem, e em segundo lugar, por uma questão de praticidade.

“É assim... porque meu marido trabalha no CEASA. Aí a gente ajuda assim: uma vizinha diz, ‘ai, R., eu tô precisando disso assim... tô precisando de verdura.’ Digo ‘tem! o que você quiser.’ Aí já faço aquela sacolona, já levo e tudo aqui em casa estraga muito, porque ele traz muito... aí eu dou para os vizinhos todos aqui da minha rua, dou para todo mundo aqui, desse lado, desse lado (aponta para os dois lados da rua).”

Esta fala de R. mostra que os vizinhos sabem de um recurso que ela possui, o fato do marido trabalhar no CEASA. E com isso ela distribui também pela rua. Podemos reparar que R. não disse que distribuiria entre os que mais precisam, mas sim na rua onde mora, pois é onde estão as pessoas com as quais ela tem mais contato.

Vendo de um outro ângulo, F. cita a disponibilidade dos vizinhos que possuem recursos que ele não tem:

“(...) hoje eu não tenho automóvel, tenho minha casinha, alguém passou mal aqui, posso chegar em qualquer vizinho que tem carro aqui, eles me levam. Ou se eu preciso fazer uma compra aí no mercado, ‘marca a hora comigo, a hora que você precisar só liga que eu vou lá.’ Eu não digo assim, não tem muitos pra falar assim, ‘ai, eu preciso de 100 reais’.”

Não só para F., mas para a maioria, dinheiro é o mais difícil.

V. compartilha dos estudos e conhecimentos de informática que possui fazendo currículos:

“(...) eu acho que eu tenho que contribuir de alguma forma, você tá entendendo? Você vê, eu faço o que eu posso, eu faço até currículo (...)”

Os compartilhamentos mais comuns são de ferramentas ou produtos para construção ou cuidados com a casa, de comida e de espaços privados.

Segundo P., ele quase não procura os recursos do vizinho, mas às vezes precisa deles:

“A gente, a gente quase não precisa, assim, mas quando tem... uns vizinhos, a gente precisa jogar um veneno no mato, lá a gente pede, ele arruma, mas essas coisas, assim, uma enxada, né...”

R. nos conta que, como há de tudo em sua casa, os vizinhos freqüentemente lhe pedem coisas:

“(...) direto, direto, vem direto. Porque eles sabem que a gente tem tudo, né: enxada, pá, cavadeira, foice, carriola, tudo, tudo, tudo... e também assim, água, quando falta... a gente tem essa caixa aqui... eles entra aí, pega água e tudo...”

Na casa de D., observamos também o compartilhamento de espaços privados com os vizinhos. Devido à situação difícil que enfrentam, eles ainda não conseguiram construir um banheiro. Por isso, usam o banheiro de D.

Outro caso comum é o compartilhamento da própria casa (o “teto”), que ocorre geralmente quando as pessoas estão chegando ao bairro (desempregadas e sem recursos), e também, na maioria das vezes mas nem sempre, entre pessoas que têm algum grau de parentesco.

“(...) aí a gente não teve dinheiro pra comprar um terreno no Josimo, quando chegou aqui. (...) Aí o irmão de H. pegou e falou assim: ‘H., por que vocês não vêm morar mais eu?’ – ele morava sozinho no barraco – ‘vocês moram comigo e vai juntando dinheiro para comprar um para vocês.’ (...)”

4.1.9 Trocas de favores

O dia-a-dia no bairro é cheio de práticas de troca e reciprocidade entre vizinhos. Existem empréstimos e algumas negociações. Como afirma M., trata-se de uma situação tão habitual que geralmente as pessoas se acostumam a pedir:

“Ah, pra qualquer coisa, muitas coisas mesmo (...). Ah, já peguei coisa (...) porque às vezes não tinha naquele dia pra fazer... sei lá, buscar óleo emprestado...(...) cheguei trocar mantimento, arroz, ia lá buscar, não tinha, olhe, não tive tempo de ir em tal canto, eu tô sem isso...(...) Aqui é assim, aqui é assim, você troca. É um troca-troca, quando um precisa, vai atrás (...)”

P. vivenciou com seus vizinhos apenas a troca de comida, até o momento:

“Até agora, só coisa assim, comida, que a gente pede... vizinho, ele pede aqui, a gente arruma. Quando a gente não tem a gente pede, eles pede (...) Ah, se a gente precisar, assim, a gente grita: tem uma lata de óleo, um feijão, eles arruma, né? (...)É, pela cerca... (...) Ai, vai indo desse jeito...(...) É, às vezes falta, né? Mercado longe, aí fica com preguiça de ir no mercado, aí pede o vizinho.”

Já D., S.M. e V., que eram amigas na época, fizeram um trato: se pedirem emprestado um copo de alguma coisa (açúcar, leite, café, seja o que for), ele será dado de graça, mas no caso de um pacote fechado, elas terão que repor o artigo emprestado.

D.N. conta que, às vezes, precisa recorrer aos vizinhos no meio do mês. Mas seu marido não gosta muito:

“(...) chega no meio do mês acaba, né, (...) às vezes, você empresta de alguém, igual... às vezes eu empresto das meninas um pouco de café, um açúcar, um leite (...). É assim... Um precisa do outro, né? Eu tenho tal coisa, você não tem... (...) tem uma criança que precisa de um leite, você jamais vai negar pra uma criança, ou até mesmo prum adulto, meu esposo mesmo não gosta de a gente ficar de canequinha pra cá, canequinha pra lá... então, mas sempre tem uma dificuldade ou outra, mas fome, fome, graças a Deus eu nunca passei, não.”

Um outro tipo de troca que ela vivencia se refere ao cuidado com as roupas:

“passa uma roupa(...), geralmente a menina ali do bairro, a S.I., sempre pede. Eu, sem, sem pedir nada em troca, vou lá ajudar, ela também me ajuda às vezes, ela torce a roupa pra mim eu bato a minha roupa lá, que eu tenho bastante dor nos meus braços. Tenho que arrumar uma máquina pra mim...”

Na visão de D.N., nada está sendo pedido em troca do serviço; trata-se mais de uma troca de favores que, ao nosso ver, é solidária.

4.2. Análise dos significados que são compartilhados

De acordo com as experiências descritas, percebemos que existem diferentes significados que são atribuídos a uma mesma prática; tudo depende do contexto e da relação das pessoas envolvidas.

Poucas possuem significados bastante específicos. Como por exemplo, as práticas entre amigos. M. nos contou que sua amiga sempre se lembra dela, e falou “do doce” e do “algo diferente” que é compartilhado, embora tenha se referido também a outras pessoas que compartilham um prato de comida – como quando falou que S.L. *“sempre traz alguma coisa”*. O que difere não é a prática de compartilhar alimentos (bastante comum entre moradores amigos e não-amigos), mas o “algo diferente”, o fato de compartilhar algo por ser prazeroso, e não necessário. Em outro caso, V. nos contou que no bairro possui muitos amigos, que *“se dá bem com todo mundo”*, mas que escolheu uma pessoa na qual pode confiar, e é enfática ao afirmar que *“quem tem aqui é ela”* e que se trata de *“uma amizade*

mesmo”, ou seja: é com esta pessoa que ela compartilha os sentimentos mais íntimos que possui.

Com exceção destes gestos tão específicos de amizade, as outras práticas podem ser organizadas em três grandes grupos de representações: o dos valores, o da reciprocidade e o da cultura.

O grupo dos valores não envolve necessariamente uma relação de troca. As representações trazidas neste grupo mostram que muitas vezes as práticas solidárias são altamente valorizadas, vistas como ações louváveis, freqüentemente associadas ao caráter da pessoa que estende a mão.

Inclui os seguintes significados: de amizade (“*não tem preguiça (...) é unido (...) temos até um time aqui no Josimo que chama união*”; “*ela sempre lembra de mim (...)Eu fico até, assim, chateada, por não ter (...) pra retribuir pra ela*”), de compaixão ou generosidade (“*Eu tenho tal coisa, você não tem (...) você jamais vai negar pra uma criança, ou até mesmo prum adulto*”; “*Eu tiro da minha boca e dou pros vizinho, o que eu puder fazer eu faço*”; “*(...) ‘o menino não tem um tênis, não tem uma blusa de frio.’(...) ‘ah, então vamo ajudar’*”; “*ele é de idade e não tem as duas perna, esse tá precisando de nossa ajuda*”; “*Tem vez que eu não agüento e trago pra casa(...) nas pessoas mais necessitadas eu me apego demais*”; “*Se você está necessitada e se eu quero eu vou lá e te ajudo*”; “*tu cuida tanto dos outros que não cuida de tu*”; “*eu tenho vontade de ajudar ela (...)porque ela tem um monte de fio*”), de bondade (“*(...) eu não sei ser ruim(...)*”; “*tem pessoa boa de coração que sempre ajuda*”; “*é bondoso, bom de coração mesmo, e não pode ver o vizinho passar sem comer que ele divide o pão, né*”; “*eu acho que é o amor, viu, é o carinho, é o respeito(...)*”; “*Eu fiquei muito feliz (...), porque a gente é lembrado por uma coisa boa que a gente fez*”) e de religiosidade (“*por que não ajudar o próximo, né? Temos também a igreja aqui do bairro, lá a gente aprende isso*”; “*Eu sempre penso assim: Deus me dá a recompensa*”).

No segundo grupo, o da reciprocidade, estão as representações que envolvem uma idéia de troca, onde as práticas solidárias são vistas como necessárias para a sobrevivência de todos. Este grupo é principalmente representado pela expressão: “*uma mão lava a outra*” e incorpora os seguintes sentidos: de troca (“*vou lá ajudar, ela também me ajuda, às vezes, ela torce a roupa pra mim*”; “*eu fico com os filhos dela, quando eu preciso ela fica com minha filha*”; “*hoje em dia você tem que ajudar pra ser ajudado. Se você não ajudar você também nem sempre pode esperar ajuda, né?*); de segurança (“*eu acho que (...) cada um sabe do seu dia-a-dia e sabe que se você fecha a porta (...) pro seu vizinho (...) nessa situação, que a*

gente tamo hoje, amanhã você pode precisar”; “Uma mão lava a outra. É isso daí, então eu penso no dia do amanhã”; “gente, eu tenho duas filhas... eu não sei o dia de amanhã de nenhuma delas”), de interdependência e igualdade de pessoas que compartilham uma situação comum (“*Eu acho que os pobres se ajudam(...) que pensam mais uns nos outros; “tá tudo no mesmo barco” ; “Um precisa do outro, né?”; “a gente sempre tá aí, um lavando a mão do outro, entendeu?”; “Imagine se todo mundo fosse levar sozinho? A gente não ia dar conta. Tá entendendo, então um ajudando o outro, nós vamos pra frente”*).

Embora as representações da maioria dos moradores sobre as práticas solidárias não tenham sido relacionadas aos seus locais de origem, achamos importante valorizar estas poucas manifestações. Neste terceiro grupo, nos referimos às representações das práticas como fenômenos culturais, associados à vida em lugares específicos:

“(...) isso é comportamento da cidade... te faz você ser assim, você não querer saber quem seu vizinho é. Porque do meu ponto de vista eu penso assim, ajudar meu vizinho com alguma coisa (...), é muito bom, e ser ajudado pra mim seria muito bom também (...) Eu acho que tem uns que é mais durão, devido ao lugar, ele é mais duro de coração, ele fica mais diferente do vizinho, fica mais longe...” (L., autor deste comentário, é do interior do Pará e diz que ainda não se acostumou com o jeito das pessoas de São Paulo); *“sempre ajudei, sempre fui assim... na roça já era assim”* (C.A. faz referência à vida na roça do interior do Mato Grosso, onde era comum os vizinhos se juntarem nas casas uns dos outros para colher arroz, feijão, etc.); *“(...) a cidade que eu nasci chama Pesqueira, é cidade do interior (...) Mas na rua da gente (...) não tinha cada um fazer sua festa de Natal, a gente juntava todos os vizinhos e fazia na rua. (...) Se um ficasse doente, corria um vizinho que tivesse carro, se não tivesse, o outro vizinho que tivesse telefone ligava, sabe, sempre se ajudou todo mundo. (...) não sei se é meus pais, eu, a gente sempre fez amizade com todo mundo, sempre foi assim.”*(D. lembra de sua infância no interior do Recife e das experiências solidárias que teve).

Como analisamos anteriormente, o fato das relações serem harmoniosas não é imprescindível para que se desenvolvam práticas solidárias. A amizade tem o seu lugar, são poucos os escolhidos para confiar, para compartilhar sentimentos mais íntimos ou os momentos mais prazerosos. No entanto, se as práticas existissem apenas entre amigos, não teriam a dimensão que têm.

CONCLUSÃO

De acordo com os dados obtidos, nenhum dos participantes se exime de contribuir com a vida dos demais moradores; pelo contrário, esta é uma atitude altamente valorizada, como pode ser identificado através dos diferentes significados atribuídos a ela. Este fato coincide com a afirmação de Montero (2004b), segundo a qual, à medida em que as pessoas se reconhecem como participantes deste processo, estão afirmando a existência de uma identidade social.

Portanto, a identidade social é o que está por trás das práticas de solidariedade no *Padre Josimo*, sendo propriamente a base psicossocial que as sustenta. Podemos dizer então que sem a constituição de uma identidade social não se desenvolvem práticas solidárias. Se existe uma preocupação com a formação de laços solidários entre as pessoas, deve existir antes a preocupação com sua identidade, ou seja, com a consciência de um “nós”. Estamos afirmando com isso que a solidariedade existe onde a identidade do grupo ou da comunidade está formada, e é plenamente compartilhada. Desta forma, confirmamos nossa hipótese de que a solidariedade se desenvolve entre pessoas que compartilham de um senso de igualdade e pertencimento.

Sem dúvida chegamos a uma categoria que vem sendo bastante estudada pela psicologia social. Este estudo é mais um que prova sua relevância. Existem na psicologia social e nas ciências sociais diversas teorias que discutem a identidade social.

Vimos através de Brandão (1995) que cultura representa o meio pelo qual os grupos organizam normas sociais (dentre elas, práticas solidárias) que regulam a conduta das diferentes pessoas. A elaboração dessas normas dá sentido às experiências, e é uma expressão da identidade social. Para o autor, este processo se desenvolve concomitantemente com a formação da identidade social.

Num bairro, a identidade social se forma a partir da proximidade entre as pessoas, da história que compartilham e da consciência de pertença (MARTIN-BARÓ, 1989; MONTERO, 2004b).

A proximidade aparece em nossas entrevistas como uma condição que possibilita a união entre os moradores. Embora Mello (1981) analise que na Vila Helena, “(...) as conversas de quintal para quintal e a contigüidade dos barracos impedem qualquer sentimento de solidão(...)” (p.73), nossos sujeitos nos mostram que não basta a proximidade física, deve haver uma disposição para que esta relação se estabeleça. L. nos revela através de sua fala que

não basta ser vizinho para estar perto. Tem que haver um interesse pela vida do outro, ou, como afirmou Durkheim (1999), uma “inclinação”. Da mesma maneira que para L., para o autor citado esta preocupação gera união: a solidariedade existe à medida que as pessoas se sentem inclinadas umas para as outras.

A história compartilhada é o segundo fator responsável pela existência de um “nós”. A história constitui uma referência dos saberes e significados construídos coletivamente. O *Padre Josimo* é um bairro que não teria alcançado suas conquistas se não fosse a união de seus moradores em prol de um objetivo comum: o direito ao uso da terra e à moradia digna. Nestes cinco anos de existência do bairro, eles passaram por muita coisa. A conquista da legalização da terra foi fruto de muita luta e dor. Segundo contam os moradores, é impressionante o contraste dos primeiros meses do assentamento com o que existe hoje. Quando pedíamos nas entrevistas que eles nos contassem alguma coisa sobre o dia-a-dia no bairro, todos falavam da tranquilidade que sentiam. Há aí um significado que ultrapassa a questão do “lugar”, dirigindo-a para uma questão de “afetividade” (MONTERO, 2004b).

A consciência de pertença (subjativa) é o que gera compromisso entre as pessoas, levando ao que Martin-Baró (1989) chamou de formalização organizativa (ou normas de pertença). Essas normas regulam e caracterizam as atividades dos indivíduos e são organizadas de diferentes maneiras, conforme os diferentes grupos existentes: formal ou informalmente, direta ou indiretamente, flexível ou rigidamente, estaticamente ou em constante mudança; mas definem a identidade do grupo, sendo isso que existe de comum entre elas.

Assim chegamos à conclusão de que, além de se constituírem numa expressão de cooperação e ajuda mútua, as práticas de solidariedade revelam uma dimensão psicossocial identitária, que consolida um compromisso efetivo no cotidiano das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade aprofundar o conhecimento acerca das práticas cotidianas de comunidades populares, contribuindo para as pesquisas de psicologia comunitária.

A pesquisa acrescenta à literatura uma nova informação sobre as práticas solidárias, ao discutir como diferentes situações suscitam diferentes práticas e como estas possuem significados diferenciados para os sujeitos. Além disso, chegamos à conclusão de que a identidade social é a base psicossocial que sustenta estas práticas.

Nesta pesquisa nos atemos à análise das práticas solidárias interpessoais, restando para um próximo estudo a discussão acerca das práticas solidárias comunitárias, que embora possuam as mesmas bases, configuram-se em outras circunstâncias e trazem diferentes significados.

Pretendemos com esta pesquisa valorizar o saber popular, a partir do modo de vida cotidianamente organizado numa comunidade, e dos significados que este possui para os seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.

ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária – Educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1992a, p.9-15.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo.(org.). *Cultura Brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1992b, p.16-41.

BONILLA, Vitor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBEROS, Augusto. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.).*Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Em Campo Aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia Comunitária, Cultura e Consciência. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996, p.164-177.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (org.). *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CARNEIRO, M. A. *Temas de Educação Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1988.

COUTINHO, Joana Aparecida. *ONGs e políticas neoliberais no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Ciências Sociais da PUC-SP, 2004.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FORTUNATO, Marinice da Silva. *A categoria solidariedade humana no pensamento de Kropotkin*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Educação: História e Filosofia, da PUC-SP, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. *O Psicólogo na comunidade: Um estudo da atuação de profissionais engajados em trabalhos comunitários*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, 1986.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Psicologia na Comunidade , Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 54-80.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho. Relações Comunitárias - Relações de Dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 81-99.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones península, 1991.

LANE, Silvia Tatiana Maurer e SAWAIA, Bader Burihan. *Psicologia: Ciência ou Política?* São Paulo: EDUC, 1988.

LOMNITZ, Larissa Adler de. *Como sobreviven los marginados*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica(II)*. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Canas, 1989.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 1997, vol. 2, n.1, p. 7-27.

MARX, Karl. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70, 1976.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Suely Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MELLO, Sylvia Leser de. *Trabalho e Sobrevivência – mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MONTERO, Maritza. *Perspectiva de la Psicología Comunitaria en América Latina*. Revista *Psicología*, vol. 15, n. 1-2, Janeiro-Dezembro 1990 – Escuela de psicología – Universidad Central de Venezuela, p. 91-108.

_____. *Vidas Paralelas: Psicología Comunitária en Latinoamérica y en Estados Unidos*. In: MONTERO, Maritza. *Psicologia Social Comunitária*. Guadalajara, Jalisco, Mexico: Universidad de Guadalajara. Direcc. De Publicaciones., 1994.

_____. *Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en América Latina*. In: CAMPOS, Regina H. F., GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-Americana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana*. Revista *PSYKHE*, Vol.13, no.2, 2004a, p.17-28.

_____. *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, 2004b.

_____. *Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2004c.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.) *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Uma Fonte de Solidariedade: a divisão do trabalho social em Durkheim. In: SOUZA, André R.; CUNHA, Gabriela C. e DAKUZAKU, Regina Y.(orgs.) *Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PEDRINI, Dalila Maria. *Entre Laços e Nós. Associativismo- Autogestão-Identidade Coletiva: A Empresa Alternativa de Produção Socializada, Brusque(SC)*. Tese de Doutorado, Serviço Social, PUC-SP, 1998.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. *A consciência e a constituição de valores comunitários: um estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Psicologia Social da PUC-SP, 1994.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Barra Funda, São Paulo: As transformações na vida das crianças e da cidade – Estudo de caso. In: GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q.; GUZZO, Raquel S. L., orgs. *Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

RIPPER, João. *O olhar solidário das favelas*. Revista NUEVAMERICA – La Revista de la pátria grande, n.103, setembro, 2004, p. 34-41.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary J.(org.) *O conhecimento no cotidiano : as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, Salvador A. M. *Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais*. Revista Psicologia e Sociedade, vol.7, setembro, 1989 a.

SANDOVAL, Salvador A. M. *A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais*. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, dezembro, 1989b, p.122-129.

SATO, Leny e SOUZA, Marilene Proença Rebello de. *Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia*. Revista PsicologiaUSP, vol.12, n.2, São Paulo, 2001.

SAWAIA, Bader. *Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade*. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK, Mary Jane. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 7ª. Ed., 2002.

SPINK, Peter. *A forma do Informal*. Revista Psicologia e Sociedade, vol. 5, n.7, p.99-107, 1989.

SPINK, Peter. *Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade*. In: GUARESCHI, Neusa M.F. (org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: Cortez, 1993.

WIESENFELD, Esther. *Entre la invasión y la consolidación de barrios: análisis psicosocial de la resistencia al desalojo*. Estudios de Psicología, 1998, vol.3, n.1, 33-51.

ANEXO I

Campinas, 20 de agosto de 2005.

Aos amigos e companheiros da Associação de Moradores e Amigos do Residencial

Padre Josimo:

Com imensa satisfação venho por meio desta agradecer vossa colaboração e prestar esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa “Comunidade e Práticas Solidárias” que vem sendo desenvolvida neste bairro. Esta pesquisa se iniciou após consentimento unânime dos presentes na Assembléia da Associação, do dia 03 de abril de 2005 e será utilizada para um projeto de mestrado de Psicologia Social.

Os dados que forem registrados serão utilizados apenas mediante livre consentimento dos participantes e mediante o esclarecimento dos objetivos e procedimentos da pesquisa a todos os participantes. No meu papel de pesquisadora, comprometo-me perante a população da comunidade com o anonimato das informações concedidas, garantindo que não serão utilizadas em prejuízo da comunidade, nem de qualquer um de seus moradores.

Para a realização desta pesquisa tenho feito algumas entrevistas com moradores do bairro, em suas próprias casas, onde tenho sido muito bem recebida. Desde já os agradeço. Além disso, tenho feito anotações de acontecimentos que presencio que estão relacionados ao tema e que obedecerão aos mesmos critérios éticos das entrevistas.

Segue abaixo apresentação de um resumo da pesquisa, de suas intenções e finalidade.

Coloco-me a disposição para colaborar com o bairro, no que quer que seja que eu possa ser útil.

Atenciosamente e com gratidão,

Luciana Silva Martins de Souza

Psicóloga, pesquisadora e amiga do bairro.

RESUMO DA PESQUISA : COMUNIDADE E PRÁTICAS SOLIDÁRIAS

Luciana Silva Martins de Souza

Este trabalho consiste numa reflexão que tem como tema comunidade e práticas solidárias cotidianas. Na parte teórica, será apresentada uma revisão dos conceitos de solidariedade e comunidade, apontando para as definições que estão sendo utilizadas por esta pesquisa. Acredita-se que a solidariedade, tão presente no dia-a-dia dos moradores de comunidades populares, mais que uma prática de ajuda mútua, é uma expressão do senso de igualdade, reconhecimento e pertencimento. Para alguns pesquisadores e educadores, a solidariedade parece ser fundamental para a motivação para a luta, um gérmen de uma verdadeira transformação social.

A solidariedade em que se baseia este trabalho, consiste na troca existente entre um grupo de pessoas que compartilham certas condições comuns, ou seja, que possuem um sentido de identificação, um certo reconhecimento de si no outro, que perpassa a questão da ajuda mútua. No caso de um bairro, as condições comuns dão-se no mínimo em função do espaço geográfico que é compartilhado, que por sua vez determina e é determinado pelas características sócio-econômicas da população habitante. Este estudo se difere de outros onde o fenômeno é geralmente abordado como uma ação que vem de fora e é estendida em direção aqueles que julga-se necessitar dela, num gesto de doação, altruísmo ou caridade.

Atualmente, o conhecimento destas experiências cotidianas e dos motivos que mantêm as pessoas solidariamente integradas e resistentes à cultura do individualismo, mostra-se de suma importância. A pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo conhecer estas experiências de práticas solidárias, suas origens e os significados que possuem para os que compartilham ou não destas práticas.

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I) Origens dos moradores e da ocupação

(1) Você participou do início do bairro, da ocupação?

Se sim: Me conte como foi (dados sobre a vinda dos moradores, escolha dos lotes, a luta para se manter, todo o processo de organização, as impressões sobre isso)

Se não: Como o bairro estava quando você chegou aqui?

(2) De onde você veio?

(3) Porque veio para cá?

(4) Como foi sua chegada no bairro?

(5) Você está contente de morar no bairro, sente que valeu a pena o esforço da ocupação?

(6) Quais foram as maiores conquistas do bairro em sua opinião? Como foram alcançadas?

(7) Acha que o bairro está precisando avançar?

II) Dados sobre Solidariedade Interpessoal

Você poderia me contar ...

(1) Como é o dia-a-dia do bairro?

(2) Como é a convivência com os outros moradores?

(3) Como você enfrenta momentos de dificuldade e necessidade?

(4) Existem pessoas no bairro que você pode procurar quando precisa?

(5) Costuma procura-las para que tipo de coisas?

III) Dados sobre Solidariedade Comunitária

(1) As pessoas colaboram de alguma maneira com o bairro?

(2) Como costumam cuidar do bairro?

(3) Você contribui para o bairro de alguma maneira?

(4) Se não, porque?

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu, _____ RG. _____ declaro para os devidos fins, que participei voluntariamente da pesquisa de mestrado de Luciana Silva Martins de Souza, RG. 26 141 914 – 6, consentindo livremente com a gravação das entrevistas, sendo informado sobre seus objetivos e procedimentos. A pesquisadora se responsabilizou por garantir o anonimato das informações concedidas, garantindo que as informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo da comunidade, nem de qualquer um de seus moradores.

Campinas, _____ de _____, de 2005.

Luciana S. Martins de Souza
Pesquisadora

Entrevistado (a)

ANEXO IV

Mapa do Padre Josimo

ANEXO V

Informativo de Março de 2005 da Associação

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)